

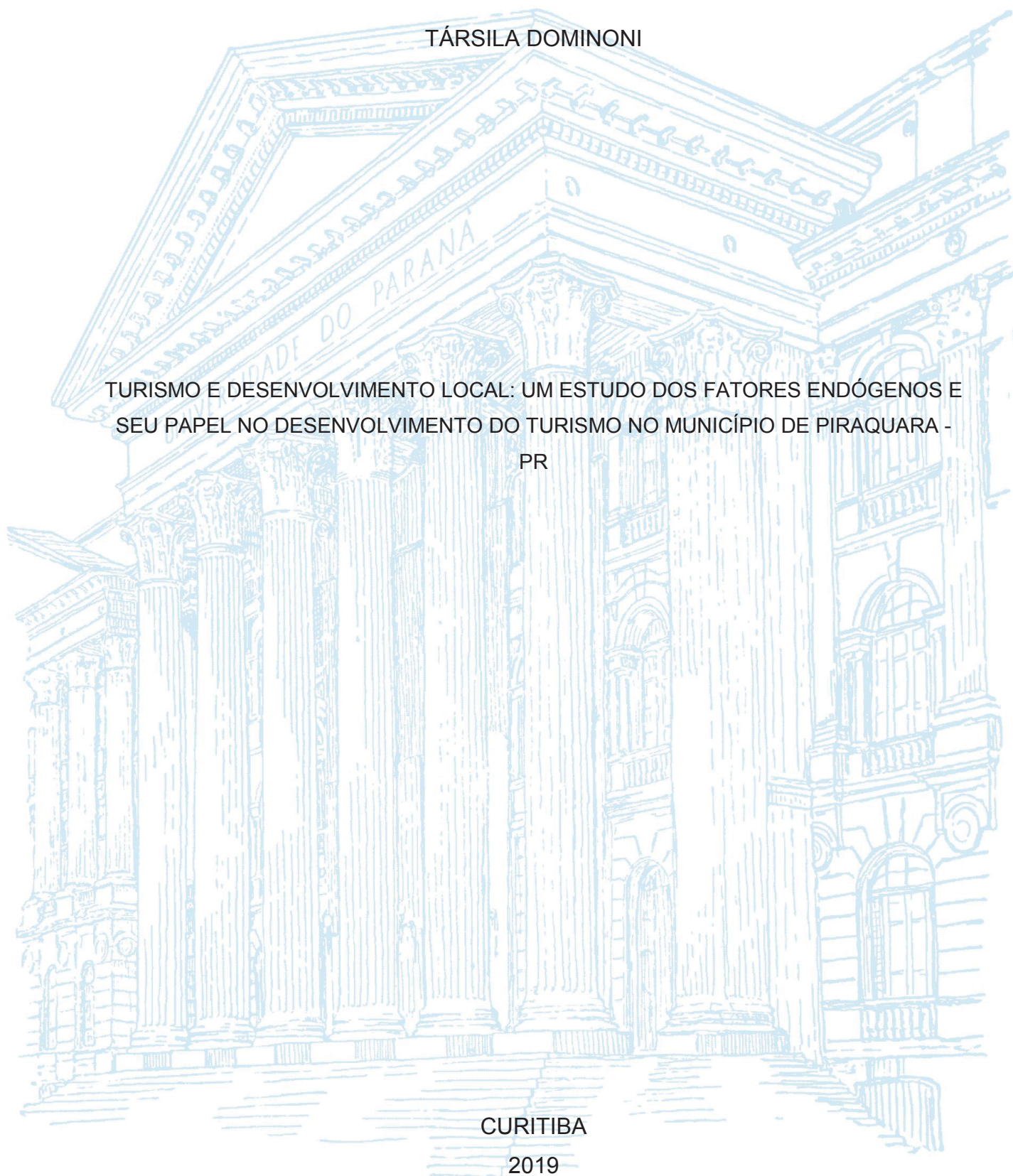
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TÁRSILA DOMINONI

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DOS FATORES ENDÓGENOS E
SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA -
PR

CURITIBA

2019



TÁRSILA DOMINONI

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DOS FATORES ENDÓGENOS E
SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA -
PR

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Turismo, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Professora Doutora Letícia
Bartoszeck Nitsche

Coorientador: Professor Doutor Marcos Aurélio
Tarlombani da Silveira

CURITIBA

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Dominoni, Társila.

Desenvolvimento local : um estudo dos fatores endógenos e
seu papel no desenvolvimento do turismo no município de
Piraquara-PR / Társila Dominoni. – Curitiba, 2019.
137 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.
Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Turismo.

Orientadora: Profª Drª Letícia Bartoszeck Nitsche

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

1. Turismo – Piraquara (PR). 2. Turismo – Aspectos
econômicos. 3. Turismo – Aspectos ambientais. 4. Turismo –
Aspectos Sociais. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO TURISMO -
40001016079P9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em TURISMO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de TÁRSILA DOMINONI intitulada: **TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DOS FATORES ENDÓGENOS E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA - PR**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Maio de 2019.


LETÍCIA BARTOSZECK NITSCHÉ

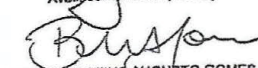
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


MARCOS AURELIO TARLAMBANI DA SILVA

Coordenador - Avaliador Externo (UFPR)


IZAC DE OLIVEIRA BONFIM

Avaliador Externo (UFMS)


BRUNO MARTINS AUGUSTO GOMES

Avaliador Interno (UFPR)

Dedico este trabalho a todos os eternos e incansáveis estudantes que não veem limites para a busca do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha família, pelo amor incondicional que me dá forças para enfrentar os obstáculos e buscar sempre novos desafios.

Aos colegas de profissão e aos alunos que contribuíram para que essa jornada fosse recheada de descobertas e transposição de limites.

Ao professor Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira, pelas recomendações e momentos de reflexão sobre o turismo e a geografia, que delinearam o pensamento para a pesquisa; também pelas conversas que me trouxeram reflexões sobre a atividade acadêmica e profissional.

À professora Leticia Bartoszeck Nitsche, com quem tive o primeiro contato no Programa de Pós-graduação em Turismo, que me proporcionou uma visão mais humanista do turismo.

À professora Margarete Araújo Teles, pelas contribuições na banca de qualificação, pelo exemplo de atenção e companheirismo dedicado aos seus alunos, e principalmente pela amizade, minha admiração fortalecida nesta empreitada.

A Luiza Mitiyo Fugiwara, que me proporcionou o primeiro contato com Piraquara, assim como ao Jefferson Favoreto Klass, que gentil e animadamente lá me atendeu em todos os momentos necessários para realização da pesquisa.

Por fim, a todos que em algum momento contribuíram para as experiências que vivi no transcorrer do mestrado e para o conhecimento adquirido e compartilhado.

Dê o primeiro passo na fé. Você não
precisa ver a escada inteira. Apenas dê o primeiro
passo."

Martin Luther King Jr.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma avaliação da interferência dos fatores endógenos no desenvolvimento do turismo no município de Piraquara (Paraná, Brasil) no que tange aos princípios de desenvolvimento local. A região apresenta restrições ambientais para atividades produtivas e, por isso, aborda o turismo como uma alternativa a essas restrições, não podendo ser considerado como atividade produtiva para o crescimento da região. Objetivou-se neste estudo identificar os elementos endógenos do território, analisando a interferência deles no desenvolvimento do turismo. A pesquisa tem caráter qualitativo, descrevendo de forma qualitativa a dinâmica do turismo em Piraquara com base em resultados da utilização de entrevistas semiestruturadas e observação direta como ferramentas para coleta de dados. O método para interpretação dos dados coletados é a análise do conteúdo, que prevê maior liberdade para a leitura do autor. Como resultado foi apurado que, apesar das iniciativas locais, desarticuladas, o turismo ainda não proporciona a harmonia entre a produção econômica, os recursos naturais e qualidade de vida para a comunidade local.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Fatores endógenos. Turismo.

ABSTRACT

This work presents an evaluation of the interference of endogenous factors in the development of tourism in the municipality of Piraquara (Paraná, Brazil) regarding the principles of local development. The region has environmental restrictions for productive activities, therefore it approaches tourism as an alternative to these restrictions as a productive activity for the region's growth. The objective was to identify the endogenous elements of the territory, the interference of these in the development of tourism. The research is qualitative, qualitatively describing the dynamics of tourism in Piraquara, resulting from the use of semistructured interviews and direct observation as tools for data collection. The method for evaluating and interpreting data is content analysis, which provides greater freedom for the author's interpretation. As a result it was found that despite local imitatives, disarticulated, tourism still does not provide the harmony between economic production, natural resources and quality of life for the local Community.

Keywords: Local Development. Endogenous factors. Tourism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE PIRAQUARA	63
FIGURA 2 - MAPA DOS ACESSOS A PIRAQUARA	64
FIGURA 3 - MAPA HIDROGRAFIA DE PIRAQUARA.....	65
FIGURA 4 - MAPA DE ZONEAMENTO DA APA DE PIRAQUARA	67
FIGURA 5 - MAPA DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM PIRAQUARA	70
FIGURA 6 - LOCALIZAÇÃO MANANCIAIS DA SERRA	89
FIGURA 7 - MAPA DE ATRATIVOS TURÍSTICOS DE PIRAQUARA.....	91
FIGURA 8 - MAPA DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DE PIRAQUARA	96

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ORIGEM DOS VISITANTES EM PIRAQUARA-PR	102
GRÁFICO 2 - CANAL DE INFORMAÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES PROGRAMADAS EM PIRAQUARA-PR	103

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	21
QUADRO 2 – SUJEITOS/ATORES DA PESQUISA	24
QUADRO 3 – SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS	26
QUADRO 4 – ATOS LEGAIS E NORMATIVOS AO TURISMO EM PIRAQUARA	Erro! Indicador não definido.
QUADRO 5 – CLASSIFICAÇÃO DOS ATRATIVOS E PIRAQUARA DE ACORDO COM O INVTUR 2011	86
QUADRO 6 – CALENDÁRIO DE EVENTOS 2018	93
QUADRO 7 – SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DE PIRAQUARA EM 2018.....	97
QUADRO 8 – RESUMO DA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS SOBRE OS RECURSOS TERRITORIAIS.....	105

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS (RAIS) SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2017	72
TABELA 2 - POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2010	73
TABELA 3 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO MINERAL (CFEM) – 2017	75
TABELA 4 - RECURSO DO ICMS ECOLÓGICO REPASSADO AOS MUNICÍPIOS – 2017	75
TABELA 5 - QUANTIDADE E ORIGEM DOS VISITANTES EM PIRAQUARA-PR.	102
TABELA 6 - CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES PROGRAMADAS EM PIRAQUARA-PR	103

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AEIT	- Área Especial de Interesse Turístico
APA	- Área de Proteção Ambiental
CEAM	- Centro de Educação Ambiental
CEU	- Centro de Artes e Esportes Unificados
CFEM	- Compensação Financeira pela Exploração Mineral
COMATUR	- Conselho Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo
COMEC	- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
DNPM	- Departamento Nacional de Produção Mineral
EMATER	- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	- Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INVTUR	- Inventário Turístico
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCG-PR	- Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
km ²	- Quilômetro quadrado
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
PIB	- Produto Interno Bruto
PNB	- Produto Nacional Bruto
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	- Paraná
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SANEPAR	- Companhia de Saneamento do Paraná
SEFA-PR	- Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná
SEIL	- Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná

- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- ZUA - Zona de Uso Agropecuário

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E TURISMO: ABORDAGENS TEÓRICAS CONCEITUAIS.....	27
3.1 DESENVOLVIMENTO.....	27
3.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	32
3.2.1 Desenvolvimento local e turismo	42
3.3 FATORES ENDÓGENOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	52
4 CARACTERIZAÇÃO DE PIRAQUARA.....	61
4.1 OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA.....	61
4.2 AÇÕES GOVERNAMENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TURISMO EM PIRAQUARA	78
4.3 TURISMO EM PIRAQUARA	84
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	100
5.1 TERRITÓRIO/RECURSOS TERRITORIAIS	101
5.2 IDENTIDADE LOCAL	109
5.3 CAPITAL SOCIAL	112
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS PLANEJADORES E GESTORES PÚBLICOS DE PIRAQUARA	133
APÊNDICE 2 – ENTREVISTA COM PROPRIETÁRIOS DE ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS.....	134
APÊNDICE 3 – QUESTIONÁRIO TESTE APLICADO AOS VISITANTES DE PIRAQUARA EM 16/11/2017	135
APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES DE PIRAQUARA EM 24/06/2018, DURANTE O EVENTO PEDALANDO E CONHECENDO PIRAQUARA.....	136
APÊNDICE 5 - ENTREVISTA CONVERSA COM RESIDENTES DE PIRAQUARA NÃO DIRETAMENTE ENVOLVIDOS COM O TURISMO.....	137

1 INTRODUÇÃO

O tema desenvolvimento local tem sido alvo de discussões, tanto no meio acadêmico quanto na esfera política. O desenvolvimento local fomenta o desafio de superar problemas de ordem social, ambiental e cultural de localidades com consideráveis recursos naturais e culturais, porém ainda carentes de oportunidades para melhoria na qualidade de vida.

Portanto, a discussão sobre o desenvolvimento local toma grandes proporções no âmbito das mais variadas áreas do conhecimento, uma vez que articula interesses para uma evolução da condição de vida do ser humano.

As estratégias para o planejamento do desenvolvimento local são constantemente debatidas, abordando investimentos de origem externa e interna na localidade. Elas são avaliadas de acordo com o impacto gerado na evolução dos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Os aspectos internos, também chamados endógenos, relacionam-se com engajamento e participação ativa da comunidade local no direcionamento do desenvolvimento local.

O turismo surge nesse contexto como uma das estratégias para esse desenvolvimento, pois pode ser compreendido como um fator capaz de impactar tanto nos aspectos econômicos quanto nos sociais e ambientais, já que na essência da atividade turística está a relação entre visitantes e visitados, e desses com o lugar.

A partir de uma visão humanística, centrada no desenvolvimento da escala humana, o turismo aparece como elemento capaz de contribuir com o desenvolvimento local, potencializando os recursos, resguardando os aspectos ambientais e promovendo o fortalecimento da cultura local.

No entanto, é ingenuidade acreditar que o turismo, como estratégia, sempre promove o desenvolvimento local. A atividade turística pode gerar impactos negativos na localidade e, ainda, transmiti-los para além do destino receptor; como também pode não resultar em uma significativa melhora nos aspectos sociais, ambientais e culturais.

Com base nesse contexto, compreendendo o turismo como estratégia de desenvolvimento local, apresenta-se neste trabalho um estudo sobre a atividade turística como estratégia ao desenvolvimento local do município de Piraquara-PR, localizado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Piraquara tem como grande potencial os recursos naturais e culturais. Grande parte do território é composto pela Área de Proteção Ambiental (APA) de Piraquara, com mananciais e represas, além da Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi (AEIT Marumbi). Como recurso cultural apresenta a Colônia Santa Maria do Novo Tirol, fundada por italianos oriundos da região do Tirol, na Itália, que preservam seus laços identitários.

Os recursos naturais do município de Piraquara limitam o desenvolvimento econômico por instalação de indústrias — recursos externos — e restringem as atividades agropastoris — recursos internos —, para preservação dos mananciais. Já o turismo, por constituir alternativa econômica de baixo impacto ambiental, surge como estratégia para o desenvolvimento local, superando essas limitações.

A fim de viabilizar fontes de renda alternativas aos moradores, foi elaborada e implementada uma proposta para o desenvolvimento do Roteiro de Turismo Rural Caminho Trentino dos Mananciais da Serra, no município de Piraquara.

Tomada em consideração a interferência dos fatores internos (endógenos) no desenvolvimento local do território estudado, este trabalho consiste em uma análise do desenvolvimento do turismo no município de Piraquara-PR. Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento da atividade turística em determinado lugar está atrelado a fatores endógenos ali contidos. Logo, a questão que conduz o estudo aqui apresentado é: quais fatores endógenos interferem no desenvolvimento do turismo no município de Piraquara, e que podem contribuir para o desenvolvimento local?

Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo geral identificar os elementos endógenos que interferem no desenvolvimento do turismo em Piraquara, por meio de uma abordagem sobre desenvolvimento local.

A atividade turística, como prática social, decorre da relação entre os visitantes e visitados no território. Portanto, é importante identificar os elementos endógenos que interferem nessa relação e que influenciam o desenvolvimento do turismo no município de Piraquara.

O município foi escolhido como objeto de estudo por apresentar um grande potencial em recursos naturais e culturais que favorecem o implemento da atividade turística. Além disso, a configuração do território, com suas áreas de preservação ambiental, torna-se um desafio para o planejamento e implemento do turismo na localidade como estratégia para o desenvolvimento local. Ainda, a escolha pelo objeto

de estudo justifica-se pela proximidade do município de Piraquara, com grandes recursos naturais, com o município de Curitiba, capital do estado do Paraná, extremamente urbanizado.

O estudo evidencia a importância da compreensão sobre a relação entre os elementos endógenos de Piraquara que interferem no desenvolvimento do turismo como estratégia para o desenvolvimento local. Para isso, destacam-se objetivos específicos essenciais ao delineamento da pesquisa, a saber: compreender os conceitos sobre desenvolvimento local, turismo, elementos endógenos e a relação entre os termos; contextualizar a configuração geográfica de Piraquara e a dinâmica do turismo na localidade; abordar o território e os recursos territoriais, identidade local e capital social como elementos endógenos; e verificar a percepção dos atores sociais sobre a atividade turística em Piraquara.

Para materialização do estudo proposto, o método investigativo utilizado é o estudo de caso, que tem como fundamento a compreensão e investigação empírica de um fenômeno contemporâneo, no caso o turismo, dentro do contexto real — o desenvolvimento local de Piraquara —, a partir de uma abordagem qualitativa.

O presente trabalho encontra-se dividido em quatro partes: Introdução, apresentando brevemente o assunto e os objetivos geral e específicos; o capítulo “Procedimentos Metodológicos” apresenta o estudo de caso como método de investigação, os procedimentos e técnicas de coletas de dados, bem como a análise do conteúdo para sistematização dos dados, resultando numa abordagem qualitativa sobre a relação do turismo com o desenvolvimento local de Piraquara. Este capítulo esclarece e justifica a escolha do método de investigação de acordo com o objetivo geral da pesquisa.

Para compreensão do potencial de desenvolvimento local e da inserção do turismo como recurso, o trabalho apresenta uma fundamentação teórica que considera e conceitua os termos desenvolvimento local, turismo, elementos endógenos e a relação entre eles. O capítulo “Desenvolvimento local e turismo: abordagens teóricas conceituais” expõe uma evolução sobre o conceito de desenvolvimento e a sua relação com o turismo. Objetiva dar suporte à análise do turismo na inserção no desenvolvimento local. Indica elementos conceituais para diferenciação dos termos desenvolvimento, desenvolvimento local, fatores endógenos e turismo, para compreensão da relação entre eles sob uma perspectiva humanista de desenvolvimento.

O capítulo “Caracterização da área de estudos: Piraquara-PR” discorre sobre a formação do município de Piraquara, contextualiza a configuração geográfica e a inserção do turismo no desenvolvimento local, como também identifica políticas públicas para compreensão da dinâmica do turismo no município. A análise dessa dinâmica aborda o território e os recursos territoriais, identidade local e capital social como elementos endógenos que ali interferem no desenvolvimento do turismo.

Por fim, o capítulo “Apresentação e discussão dos dados coletados” identifica a percepção dos atores sociais sobre a atividade turística no município, com base nos fatores endógenos que interferem no desenvolvimento local.

Assim, a partir da análise dos impactos da atividade turística como estratégia para o desenvolvimento local em Piraquara, baseada numa pesquisa qualitativa que aborda o desenvolvimento local e o turismo de acordo com uma visão humanista, apresentam-se as Considerações finais desta pesquisa. Elas trazem uma avaliação sobre os elementos endógenos que interferem, tanto positiva quanto negativamente, no desenvolvimento do turismo em Piraquara, com o intuito de fornecer questionamentos que colaborem para o aproveitamento das potencialidades naturais para o desenvolvimento do município.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimentos utilizados para obtenção de informações capazes de produzir a compreensão de fenômenos foi utilizada a abordagem qualitativa, com base no método estudo de caso, empregando técnicas distintas, aplicadas nas diferentes etapas, que se alinham aos objetivos específicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas e observação direta.

O turismo como estratégia para o desenvolvimento local depende de fatores endógenos da localidade que são evidenciados a partir do protagonismo dos atores sociais do território nas ações norteadoras para o desenvolvimento da localidade.

Desta forma, esta pesquisa apresenta como problemática a necessidade de compreensão de quais fatores endógenos interferem no desenvolvimento do turismo no município de Piraquara, e que podem contribuir para o desenvolvimento local.

Assim, para compreender os fatores endógenos capazes de interferir no desenvolvimento do turismo em Piraquara utilizou-se o método estudo de caso, que, segundo Yin,

É uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. A essência do estudo de caso é compreender a decisão ou decisões, qual a motivação delas, como foram implementadas e quais seus resultados. (YIN, 2001, p. 20).

O método estudo de caso, portanto, se caracteriza pela busca da compreensão de determinado fenômeno, procurando evidências que respondam ao "como" e ao "porquê" em situações em que os comportamentos relevantes não podem ser manipulados (YIN, 2001, p. 19).

Diante da complexidade que envolve o turismo como estratégia ao desenvolvimento local de Piraquara, e a partir do objetivo geral — identificar elementos endógenos que interferem no desenvolvimento do turismo —, definiram-se os objetivos específicos que constituíram etapas do processo investigativo, como mostra o Quadro 1.

QUADRO 1 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

OBJETIVO ESPECÍFICO/ETAPAS	ESTRATÉGIA/ TÉCNICA	FONTE DE DADOS	CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS
1. Compreender os conceitos desenvolvimento local, turismo, elementos endógenos e a relação entre eles.	Pesquisa bibliográfica	Artigos científicos, livros, dissertações e teses, documentos de organismos oficiais de turismo.	Relação das palavras-chave com o turismo, a partir de uma perspectiva humanista de desenvolvimento.
2. Contextualizar a configuração geográfica de Piraquara e a inserção do turismo no desenvolvimento local.	Pesquisa documental	Plano Diretor de Piraquara; Caderno Estatístico de Piraquara; Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC; Projeto Caminho Trentino Mananciais da Serra, documentos sobre a história da formação do território de Piraquara.	Existência de políticas públicas que mencionem a atividade turística como estratégia para o desenvolvimento local de Piraquara.
3. Abordar território e os recursos territoriais, a identidade local e o capital social como elementos endógenos.	Pesquisa bibliográfica e Observação direta	Visitas ao município, participação em atividades turísticas.	Através da relação da base conceitual com as observações realizadas em Piraquara.
4. Verificar a percepção dos atores sociais sobre a atividade turística em Piraquara.	Entrevistas semiestruturadas	Caracterização dos sujeitos a partir de entrevistas semiestruturadas. Questionários com perguntas de acordo com o grupo dos sujeitos.	Análise de conteúdo, de acordo com o perfil caracterizado de cada grupo de sujeitos.

FONTE: A autora (2019).

Visando atingir os objetivos propostos, optou-se por uma abordagem qualitativa sobre os resultados, com o propósito de compreender de forma detalhada as relações existentes entre os atores que interferem no desenvolvimento do turismo em Piraquara. A complexidade da análise qualitativa possibilita um maior aprofundamento das características subjetivas do objeto de estudo.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades dos indivíduos. (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Sobre as particularidades da pesquisa qualitativa, Creswel (2007, p. 186) esclarece que o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo os dados coletados predominantemente descritivos. O autor ressalta a importância de o processo ser maior que o produto, pois a pretensão é de responder o “como” e não de defini-lo.

A abordagem qualitativa permite ainda o desenvolvimento de uma pesquisa explicativa descritiva, com o objetivo de explicar as causas de determinado fenômeno por meio de seu registro, análise, classificação e interpretação.

A primeira etapa consiste na elaboração de um referencial teórico, que norteia e sustenta a segunda etapa, o estudo de campo. Como instrumento de coleta de dados para a primeira etapa utilizou-se a pesquisa bibliográfica para identificação de autores e estudos de referência que possibilitassem compreender a relação do turismo com o desenvolvimento local. As ferramentas de pesquisa foram artigos científicos, livros, dissertações e teses. O levantamento bibliográfico buscou referências sobre os seguintes temas: desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, fatores endógenos e turismo.

A segunda etapa constituiu-se de uma pesquisa documental sobre Piraquara, com o objetivo de contextualizar sua configuração geográfica e a inserção do turismo no desenvolvimento local. A técnica empregada, a pesquisa documental, selecionou documentos técnicos como o Plano Diretor de Piraquara; Caderno Estatístico de Piraquara; Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (RMC); Projeto Caminho Trentino Mananciais da Serra, leis e portarias municipais de Piraquara.

Para compreensão detalhada da dinâmica do turismo em Piraquara, a terceira e quarta etapas foram constituídas por um estudo de campo, que empregou como técnicas a observação direta e entrevistas semiestruturadas.

O estudo de campo é um modelo de investigação que analisa um grupo ou local em termos de sua estrutura social, ressaltando a interação entre seus componentes, oferecendo ferramentas para uma análise mais aprofundada (GIL, 2002).

Para a realização do estudo de campo, as ferramentas utilizadas foram a observação direta e entrevistas, pois permitem a coleta de dados e informações

importantes para compreensão da relação do turismo com a dinâmica socioespacial local, a partir da percepção dos atores sociais locais.

A observação direta auxilia o pesquisador a levantar informações não apontadas e/ou identificadas pelos entrevistados. Esta ferramenta propicia observar as relações entre os sujeitos da pesquisa, bem como a aproximação do pesquisador com o seu objeto de estudo, neste caso Piraquara.

As entrevistas com atores sociais têm o objetivo de identificar através da opinião dos sujeitos locais o impacto do turismo no desenvolvimento local, bem como os elementos endógenos ao território intervenientes na atividade turística.

O tipo de entrevista utilizada foi a semiestruturada, com questionário apresentado nos (APÊNDICES 1, 2, 3, 4 e 5). O questionário consiste num roteiro de questões pré-estabelecido, ao mesmo tempo em que permite o acréscimo de novas questões que se façam necessárias para o esclarecimento das falas e opiniões, dando maior liberdade para entrevistado e entrevistador irem além das perguntas previamente formuladas (MAY, 2004). Este instrumento permitiu analisar a percepção dos principais atores sociais sobre os fatores endógenos que interferem no desenvolvimento do turismo como estratégia para o desenvolvimento de Piraquara.

O critério para selecionar os sujeitos da pesquisa baseou-se na escolha de representantes de instituições executivas do poder público, a saber: Prefeitura, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); empreendedores do turismo, moradores e visitantes, assim classificados de acordo com a esfera de atuação no município de Piraquara, conforme o Quadro 2.

QUADRO 2 – SUJEITOS/ATOES DA PESQUISA

GRUPOS/UNIVERSO	FINALIDADE NA PESQUISA
A) Planejadores e gestores públicos representantes de: - Prefeitura Municipal de Piraquara; - EMATER; - Sanepar.	Levantamento sobre o processo de planejamento, implementação da atividade turística e atual estágio de seu desenvolvimento na região.
B) - Estabelecimentos turísticos; visitantes.	Identificação do posicionamento dos estabelecimentos sobre os efeitos da implantação do Caminho Trentino Mananciais da Serra, bem como dos impactos do turismo em Piraquara. Avaliação do potencial turístico da região.
C) Moradores e moradoras (não envolvidos diretamente com o turismo) da localidade.	Identificação do posicionamento dos moradores sobre o turismo em Piraquara, bem como compreensão sobre a identidade local.

Fonte: A autora (2019).

Em relação aos planejadores e gestores públicos, foi elencada uma amostra intencional, considerando as pessoas que tiveram e têm significativa influência na condução do planejamento do turismo em Piraquara e que ainda atuam nas instituições públicas mencionadas no Quadro 2, no total de 3 entrevistados.

Como amostra intencional, em relação ao segundo grupo (B) foram selecionados empreendimentos que atuam recebendo visitantes, num total de 3, e as entrevistas ocorreram nos dias 16 de novembro de 2017 e 16 de dezembro de 2018. Ainda nesse grupo, foram entrevistados sujeitos que participaram de atividades turísticas programadas de lazer nos dias 16 de novembro de 2017 (visita guiada pelos atrativos turísticos de Piraquara — 13 entrevistados), e 24 de junho de 2018 (evento Pedalando e conhecendo Piraquara — 27 entrevistados). No total foram entrevistados 40 visitantes e 3 empreendedores locais.

Quanto ao terceiro grupo elencado, residentes não diretamente envolvidos com o turismo, foi definida uma amostra não probabilística, com voluntários, no dia 26 de outubro de 2018, em estabelecimentos comerciais no centro de Piraquara, sendo entrevistadas 14 pessoas no total.

As técnicas utilizadas permitiram avaliar a inserção do turismo no desenvolvimento local do município de Piraquara e os elementos endógenos que interferem no desenvolvimento do turismo, a partir de uma abordagem qualitativa dos dados coletados.

Para o registro das informações coletadas nas entrevistas utilizou-se a transcrição das respostas dadas às perguntas semiestruturadas; essas respostas foram analisadas com a técnica análise de conteúdo, que consiste numa interpretação pessoal do pesquisador sobre o conteúdo das entrevistas.

De acordo com Bardin (2016), a análise do conteúdo emprega a pré-análise, exploração, tratamento e interpretação dos dados coletados.

A pré-análise desta pesquisa traduziu-se na organização e leitura sobre as informações coletadas, considerando a fundamentação teórica, baseada numa visão humanística sobre o desenvolvimento local e a inserção do turismo no município de Piraquara.

A exploração do material foi feita a partir da caracterização dos sujeitos entrevistados de acordo com palavras-chave que identificam os elementos endógenos que interferem no desenvolvimento do turismo e que podem contribuir para o desenvolvimento local do município de Piraquara. Foram elas: Território (infraestrutura básica e turística, acessibilidade), Turismo (potencial turístico, atrativos turísticos, eventos), Identidade (familiaridade, satisfação, vontade de permanecer no lugar) e Capital social (nível educacional, atendimento turístico).

O tratamento e a interpretação dos dados buscaram realizar o cruzamento de dados da categorização com a percepção dos entrevistados sobre o turismo como estratégia para o desenvolvimento local de Piraquara.

Por fim, essa sistematização dos dados resultou numa descrição dos resultados alcançados, a partir de uma abordagem qualitativa, baseada numa perspectiva humanista de desenvolvimento local.

Para exemplificar as categorias de análise de acordo com os grupos de sujeitos entrevistados apresenta-se no Quadro 3 um esquema que permite a compreensão do critério de escolha dos sujeitos de cada grupo, e qual tema/categoria foi alvo de investigação nas entrevistas realizadas.

QUADRO 3 – SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Sujeitos	Crítérios	Categoria
Grupo A: Planejadores e gestores: - Representante da Prefeitura local; - Representante da EMATER; - Representantes da SANEPAR.	- Pertencente ao quadro de funcionários efetivos dos estabelecimentos, que na atividade do cargo encontra-se em relação com o turismo.	Território/Recurso territorial; Turismo.
Grupo B: Empreendedores e visitantes.	- Selecionados 3 empreendedores que exploram a atividade turística em Piraquara. - Visitantes participantes de atividade programada/evento.	Território/Recurso territorial; Turismo; Capital social.
Grupo C Moradores e moradoras do município de Piraquara não envolvidos com o turismo na localidade.	- Selecionados 14 moradores, aleatoriamente, que estavam usufruindo do comércio local, no centro de Piraquara.	Território/Recurso territorial; Turismo; Identidade; Capital social.

Fonte: A autora (2019).

Os sujeitos entrevistados não são nomeados neste trabalho, porém são identificados por uma numeração aleatória, de acordo com o grupo ao qual pertencem.

3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E TURISMO: ABORDAGENS TEÓRICAS CONCEITUAIS

Este capítulo aborda o tema desenvolvimento, desde a sua conceituação até seu alcance. Faz um breve relato da evolução do conceito, antes meramente relacionado a termos econômicos, até o desenvolvimento local.

Aborda conceitos que corroboram o objetivo da pesquisa, delineando a linha de pensamento seguida para construir uma abordagem de pesquisa qualitativa, sob a perspectiva humanista de desenvolvimento.

Perpassa desde o tema central desenvolvimento até os fatores endógenos que interferem no turismo como uma alternativa econômica para o desenvolvimento local.

3.1 DESENVOLVIMENTO

O termo desenvolvimento é utilizado como referência a crescimento. Sua definição sugere uma mudança positiva, em direção a uma evolução benéfica. O desenvolvimento é associado a inúmeros assuntos quando o objetivo é demonstrar o resultado de ações e intervenções num determinado contexto.

O desenvolvimento é resultado de um processo gradativo de mudança, que não se esgota. Permanece constantemente sendo alterado e sofre influências externas e internas, que mudam com o passar do tempo. Consequentemente, é preciso analisar um determinado período de espaço e tempo para propor avaliação em relação ao desenvolvimento.

Inicialmente, associava-se o termo desenvolvimento a crescimento econômico. O desenvolvimento da economia num dado território, por si só, seria responsável pelo desenvolvimento das sociedades. No entanto, com o passar dos anos outras questões foram sendo incorporadas, como as variáveis sociais, culturais e ambientais, a fim de avaliar o nível de desenvolvimento de um país, estado e/ou cidade.

Em função da multiplicidade de conceitos e de concepções referentes ao desenvolvimento, é preciso deixar explícitos os elementos e os nexos principais que conduzem a lógica de análise sobre o desenvolvimento endógeno.

Relacionar o desenvolvimento somente a aspectos econômicos é restringir o alcance de seus resultados nos aspectos sociais, culturais e ambientais. A associação histórica do desenvolvimento ao crescimento econômico estava ligada a investimentos externos ao território, como a industrialização e a produção tecnológica.

Nesse contexto a cultura local e as especificidades do território não eram contempladas, não fazendo parte de um planejamento para o desenvolvimento. Como afirmam Vieira e Santos (2012, p. 364), na esfera regional as teorias de desenvolvimento econômico enfocavam os investimentos e a tecnologia como fatores de crescimento.

Assim, políticas de desenvolvimento baseavam-se na atração de investimentos externos que aumentassem a produtividade através da inserção de novas tecnologias. Entretanto, características internas do território nos aspectos culturais, sociais e ambientais eram ignoradas nesse processo. Nesse modelo o crescimento não necessariamente resulta em desenvolvimento, uma vez que a distribuição dos resultados econômicos não é equânime, bem como nem todo território é passível de inserção industrial tecnológica.

Nos estudos acadêmicos sobre desenvolvimento o termo é associado à economia de determinada região. Vincula-se a fatores históricos que provocaram mudanças na produção econômica resultando num crescimento e/ou desenvolvimento econômico, transformando as estruturas sociais, políticas, culturais e ambientais da localidade. No entanto, é importante ressaltar a diferença entre desenvolvimento e crescimento quando relacionados à economia de uma região, uma vez que a avaliação proposta para cada termo se utiliza de variáveis diferentes.

Segundo Sandroni,

Crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. O crescimento é calculado mediante a evolução de crescimento anual do Produto Nacional Bruto – PNB ou pelo Produto Interno Bruto – PIB. O crescimento de uma economia é indicado ainda com a mensuração do crescimento da sua força de trabalho, a receita nacional poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico. Já desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado da melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social que possibilitam a distribuição mais equânime das riquezas produzidas (SANDRONI, 1994, p. 7).

Logo, o desenvolvimento é um processo mais abrangente que o crescimento econômico. Ele resulta em mudanças relacionadas a estrutura social como um todo. Como afirma Erber (2011), o desenvolvimento implica em transformações estruturais relacionadas a um dispositivo cognitivo coletivo, composto por conhecimentos que permitam hierarquizar problemas e soluções e facilitar a coordenação entre os atores sociais.

Ao pensar em desenvolvimento, é necessário lembrar que as transformações, sejam elas econômicas, sociais, ambientais, políticas ou culturais, refletirão direta e indiretamente no homem.

Segundo Pecqueur, “o desenvolvimento local não é sistematicamente identificado a um projeto coletivo. Ele é, mais prosaicamente, a consequência de uma combinação favorável de projetos individuais que se reencontram particularmente através de interesses comuns” (2001, p. 40).

Neste cenário, a relação entre o regional e o global adquire dimensões desconhecidas no tocante ao desenvolvimento. A produção relacionada à satisfação das necessidades humanas ganha nuances mais complexas, decorrentes da emergência de novas necessidades conectadas à globalização do consumo e das mercadorias criadas para atender a diversidade do mercado global.

Nesse sentido, Coriolano (2003) diz que, para que o desenvolvimento se concretize não basta crescerem a economia, a produção de riqueza ou o Produto Interno Bruto (PIB); é necessário, sobretudo, que essa riqueza seja para todos, elevando o poder aquisitivo e a qualidade de vida global da sociedade, dentro dos princípios dos direitos humanos.

É a partir desse entendimento que o desenvolvimento constitui um processo não somente econômico, mas composto por todos os elementos que interferem na qualidade de vida do ser humano. Assim, de acordo com Santos e Vieira,

O desenvolvimento é um processo social global. Ainda além de global, contínuo e sequencial. Dependente da interação entre sociedade, público e privado, forças internas e externas ao território. Tipologias atreladas ao termo advêm da necessidade de restringir as variáveis de estudo para quantificar o desenvolvimento. (SANTOS; VIEIRA, 2012, p. 364).

Tomando o termo como um processo no qual os resultados transformam as estruturas tanto econômicas como sociais, culturais, políticas e ambientais, o estudo torna-se mais qualitativo do que quantitativo.

Afirma Siedenberg (2011) que o conceito de desenvolvimento é reservado exclusivamente para identificar os processos de mudança qualitativa no âmbito da organização, ou seja, o desenvolvimento ocorre quando essa entidade passa a ter uma capacidade qualitativamente diferenciada em relação a sua condição anterior.

Ainda se considera o crescimento econômico, fator que, segundo Lewis (1960), é importante para alcançar o desenvolvimento, pois permite maior liberdade de escolha do indivíduo, de como melhor aproveitar o tempo. Graças ao crescimento, segundo o autor, é possível escolher entre ter mais tempo para o lazer ou mais bens e serviços. O crescimento econômico é, portanto, um aliado do desenvolvimento.

Posto que o desenvolvimento é o resultado da aplicação de propostas e alternativas econômicas que resultem na criação de condições para a melhoria da qualidade de vida da população local, torna-se necessário, como afirmam Vieira e Santos (2012), incluir outras variáveis, não econômicas.

Essas variáveis não econômicas encontram-se nas teorias humanistas, para as quais no centro do estudo do desenvolvimento está o ser humano e suas necessidades. Por isso a abrangência do desenvolvimento torna-se complexa e paradigmática, uma vez que aborda tanto pequenas localidades quanto o mundo global. As teorias referem também as diferenças de desenvolvimento, já que tanto uma pequena comunidade quanto o mundo global podem seguir para o mesmo entendimento quanto ao desenvolvimento, como podem divergir sobre sua concepção.

Para Mulls (2008), o processo de desenvolvimento econômico provoca transformações dinâmicas não apenas nos modos de produção e na tecnologia, mas também nas instituições sociais, políticas e econômicas.

A conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maior parte da população torna-se a base para o estudo do desenvolvimento. Os fatores que levam a tal condição são as fontes de estudo para o desenvolvimento, e devem ser mensurados.

O conceito de desenvolvimento, como afirma Siendenberg,

[...] muitas vezes é utilizado como sinônimo coletivo de crescimento e de evolução, ou também como um processo de mudanças subentendido automaticamente em suas mais diversas concepções e conotações, só ocorre quando os mecanismos de apropriação e incorporação, de assimilação e adaptação, de escolha e mudança estão presentes e são acionados. (SIENDENBERG, 2011, p. 24).

A assimilação dos mecanismos acima citados pode ocorrer de forma diferente em cada território, resultando em compreensão e desejos de desenvolvimento diferentes. A melhoria da qualidade de vida não necessariamente está ligada a índices econômicos, mas indubitavelmente a oportunidades geradas e poder de escolha.

Partindo de uma perspectiva humanista, é importante destacar os mecanismos de apropriação e incorporação, de assimilação e adaptação, de escolha e mudança como forças indutoras do desenvolvimento, compreendendo que a comunidade-alvo do desenvolvimento é que detém esses mecanismos e que os coloca em prática.

Nesse sentido, Santos e Vieira (2012) afirmam que o bem-estar dos indivíduos não depende exclusivamente da posse de bens materiais, mas da acessibilidade aos meios que permitem o pleno desenvolvimento das potencialidades pessoais e da coletividade.

O desenvolvimento como promotor das potencialidades locais resulta da organização social do território. Desta forma, Mulls (2008), ao considerar o desenvolvimento como fruto de interações sociais que repercutem no amadurecimento das instituições locais, realiza uma abordagem institucionalista ao incorporar elementos sociais e históricos que estão arraigados no território, presos aos costumes e à tradição de uma região.

Consequentemente, fica claro que a discussão sobre o desenvolvimento evoluiu, passou a inserir novos fatores no seu processo, e que é no território que se verifica o seu alcance e resultados. Segundo Cardoso e Ribeiro,

Constata-se a necessidade de políticas de desenvolvimento que superem as questões econômicas, tendo como ponto de sustentação o social e o político dos atores locais. Em um mundo global de intensas relações econômicas, com muitos modelos de desenvolvimento feitos a partir de uma infinidade de variáveis econômicas quantificadas e analisadas, a política de desenvolvimento regional deve ser repensada. Assim, pode ser reclassificada em quatro categorias: as realizações, a cultura de valores, a dimensão relacional e as motivações intrínsecas. (CARDOSO; RIBEIRO, 2002, p. 70).

Por fim, as inúmeras variáveis que compõem um processo de desenvolvimento incorporam na atualidade ênfase no local e fatores endógenos, promoção da participação de forma coletiva e cidadã, valorização da ética e cultura local. A evolução do conceito permitiu que esses temas incorporassem o

entendimento sobre o que é desenvolvimento e qual a sua abrangência, norteador não somente seu estudo, mas também a sua prática.

Portanto, em consonância com os autores citados, como base para o estudo aqui apresentado tem-se que o conceito de desenvolvimento abrange tanto aspectos econômicos como sociais e ambientais, com a sua aplicabilidade no território e nas relações que nele se inserem. É a partir da constatação da realidade local que se evidenciam propostas para a melhoria da qualidade de vida como objetivo final, e os processos que levam a essa melhoria é que perpassam por questões econômicas, políticas, ambientais, culturais e históricas.

Evidencia-se nessa evolução de conceito o foco do estudo, o desenvolvimento de abrangência local, que se torna latente quando se esgotam as estratégias econômicas pautadas somente no crescimento econômico baseado em industrialização. Surge então o desenvolvimento local como alternativa de promoção das forças endógenas articuladas para atingir o bem comum.

3.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Como consequência da ampliação das variáveis associadas ao desenvolvimento surge o termo desenvolvimento local, que tem na sua essência a valorização do potencial produtivo econômico, social e ambiental local.

Compreendendo o desenvolvimento como um processo que deve resultar na melhoria da qualidade de vida da população de determinado local, tem-se como escopo um caráter humanista, ao centrar as propostas de desenvolvimento no homem como sujeito ativo, atuante e ao mesmo tempo beneficiário. Promover o desenvolvimento é primar pela compreensão dos seus valores e da sua relação com o meio a fim de orientar sua vocação e aptidão.

Por isso,

Enquanto estratégia de planejamento e de ação, o desenvolvimento local aparece num contexto em que se esgotam as concepções de desenvolvimento associadas a progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal ("ganhar a vida") e ilimitado ("quanto mais melhor"), mas sobretudo é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários. (MARTINS, 2002, p. 51).

Ou seja, o desenvolvimento a partir do local é um paradigma que surge a partir da percepção que modelos de sucesso de desenvolvimento não podem ser copiados e aplicados indistintamente. As particularidades locais influem diretamente no processo. Elas são determinantes para o planejamento de uma política de desenvolvimento e para o seu sucesso. Não podem ser excluídas, mas sim priorizadas.

Por isso, de acordo com Scótolto e Panosso Netto,

entende-se que para que haja desenvolvimento local é preciso que haja um movimento endógeno que descubra e cultive as características potenciais da localidade, como os fatores socioculturais – costumes, tradições, etnia, religião, rituais, celebrações, laços afetivos e familiares, história e memória, grau de confiança e cooperação entre os atores, vocação trabalhista e produtiva da população – e fatores geográficos – clima, solo, relevo, hidrografia, fauna e flora, entre outros –, pois são tais características que irão contribuir para que a economia local se potencialize. Entende-se, ainda, que é imprescindível que os recursos naturais e culturais locais sejam preservados a fim de tornar o desenvolvimento local sustentável e, assim, oferecer qualidade de vida à população local. (2015, p. 47).

Logo, o desenvolvimento local relaciona-se com um movimento interno, endógeno, de descoberta e valorização das potencialidades locais. Portanto, o desenvolvimento local prioriza as ações que articulam os interesses dos atores sociais do território. Volta-se para as pessoas, suas habilidades e capacidades de empreender novos desafios para atingir um desenvolvimento que resulte na qualidade de vida para a população local como um todo.

Nesse contexto, torna-se claro que o desenvolvimento local se caracteriza pelo protagonismo da sociedade local, o fortalecimento de suas instituições para proporcionar meios de superação dos desafios locais, proporcionando opções de melhoria da qualidade de vida para essa comunidade.

Parece paradoxal tratar desenvolvimento e desenvolvimento local como processos diferentes. Porém, o que se pretende com a diferenciação dos termos é refletir sobre os fatores que levam ao desenvolvimento do território, e as características desses fatores é que os classificam como local ou não.

[...] o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Isto implica rever a questão da participação. (MARTINS, 2002, p. 52).

Consequentemente, o que qualifica o desenvolvimento local são os meios criados para a participação da comunidade local em todo o processo de planejamento e execução para esse desenvolvimento. Ainda que interferências externas ocorram, é o nível de participação e decisão da comunidade que o caracteriza como local, bem como o alcance dos benefícios advindos do desenvolvimento para todo o território.

Portanto, a diferenciação e a discussão, como afirma Cabugueira (2000), recaem sobre os objetivos que se querem alcançar com o desenvolvimento local, através de estratégias com caráter social ou econômico; ou sobre qual é a relação entre os instrumentos baseados nas aproximações *top-down* e *bottom-up* sobre o *timing* e a forma de introduzir a inovação. Dessa forma,

O desenvolvimento a partir de baixo inclui estratégias baseadas nas condições históricas, culturais, naturais e institucionais das regiões e visando a satisfação das necessidades básicas da população local, bem como a produção de complementos sociais aos mecanismos de mercado, nomeadamente pela produção de bens que se dirijam a grupos sociais específicos e que tenham valor social na região. (CABUGUEIRA, 2000, p. 121).

Esse direcionamento das ações para o desenvolvimento de baixo para cima é apresentado também por Santos (2002), que compreende que as ações norteadoras dos processos de desenvolvimento devem ser de iniciativas locais (baixo), tendo auxílio externo (cima) quando necessário. Dessa forma, as comunidades locais são vistas não como objeto das intervenções, mas como sujeitos ativos do processo de transformação da realidade em que vivem (ANDION, 2003, p. 1045).

A organização para uma gestão participativa, resultado do senso de cidadania, nos processos que envolvem o desenvolvimento local faz com que este se caracterize como uma construção coletiva. Por conseguinte, isso significa que irá sempre implicar opções oriundas de juízos de valor (ANDION, 2003, p. 1045).

No anseio de participação coletiva, o desenvolvimento esbarra nos objetivos difusos dos envolvidos e, de acordo com Barquero (2001), há que reconhecer que existe uma certa ambiguidade na política de desenvolvimento local, derivada dos objetivos que se pretendem com ela.

Percebe-se que a ambiguidade se encontra na forma como é conduzido o planejamento e são definidos os resultados pretendidos, uma vez que a participação da comunidade no processo confunde-se com a criação de associações comunitárias,

acreditando ser essa a forma de participação ativa e democrática que o desenvolvimento local propõe.

Na verdade, em muitos casos nota-se que a criação de associações, conselhos e instituições comunitárias privilegia alguns grupos detentores de posição social e política no território, o que acaba não refletindo a intenção da comunidade como um todo em relação ao desenvolvimento almejado. Por isso, é importante para que essa participação seja de fato coletiva e ativa criar condições para que ela aconteça, muitas vezes educando e despertando a própria comunidade local para fortalecer suas potencialidades.

É a ação coletiva que caracteriza o desenvolvimento local. O envolvimento da comunidade no direcionamento do desenvolvimento e sua participação ativa no processo é que proporciona o alcance da melhoria nas condições de vida e a distribuição equitativa dos resultados, que constituem o desenvolvimento local.

Os valores, a organização social e política e a relação com o meio ambiente norteiam estratégias para capacitação de fatores endógenos que orientam o planejamento para o desenvolvimento local.

Portanto, implícito no desenvolvimento local está o conceito de território, uma vez que as particularidades de determinada localidade é que possibilitam ou não o desenvolvimento. Assim,

Quando se fala de “local”, está-se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade. O lugar é essa base territorial, o cenário de representações e de práticas humanas que são o cerne de sua singularidade; o “espaço da convivência humana”, onde se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento. É, pois, fundamental observar que o território adquire um destacado papel enquanto condição e fator de desenvolvimento, qualquer que seja a comunidade considerada. (MARTÍN, 1999, p. 169).

Logo, para promover o desenvolvimento local não basta apenas atender a demanda material do território, mas é preciso compreender a dinâmica social e política ali estabelecida, fortalecer as potencialidades e qualidades, promover capacidades e articular forças para que ocorra o envolvimento da comunidade como responsável pelo seu próprio nível de desenvolvimento.

É fundamental compreender que o território

[...] engloba não somente os processos naturais e materialidade física, mas também os processos e as estruturas sociais (econômicas, políticas,

históricas, culturais e institucionais, etc.) que produzem territorialidades em diferentes escalas, ou melhor dito, que (re)produzem diversos usos dos territórios, dando lugar à organização territorial, em seu sentido mais dinâmico. (SILVEIRA, 2002, p. 13).

Essa dinâmica territorial produzida em diferentes escalas influi na escala do desenvolvimento local. Elucida o resultado do desenvolvimento ligado diretamente à dinâmica do território, que muda constantemente de acordo com suas especificidades e a capacidade de articulação local.

Ainda de acordo com Silveira (2002), o território pode ser entendido como o resultado momentâneo ou presente do processo de construção do espaço (da apropriação social do espaço) e das estruturas da sociedade.

Logo, tem-se que o território é objeto do desenvolvimento, é nele e por ele que se constituem ações promotoras de desenvolvimento, como afirma Mulls ao identificar o território

Como sujeito da ação coletiva em prol do desenvolvimento econômico local. Através de seus organismos e instituições, o território apresenta-se como o principal agente promotor deste desenvolvimento. Os territórios são um construto socioeconômico e institucional. (MULLS, 2008, p. 8).

Desse modo, o território é o escopo para o estudo do desenvolvimento. A dinâmica nele inscrita leva a uma escala de desenvolvimento, que é caracterizada como local quando resulta das inter-relações construídas ali e que se articulam com objetivo do bem comum daquele espaço.

No entanto, o desenvolvimento local não é exclusivamente resultado de articulação e organização da comunidade local. Também investimentos externos podem e devem ser atraídos, bem como a orientação para gerir o processo e identificar as forças endógenas motoras. O que o torna efetivo é o quanto a comunidade local está envolvida com a política de desenvolvimento local. A intensidade da participação e a sua organização é que o caracteriza como desenvolvimento local ou não.

O incentivo à mobilização dos atores sociais de um território, a formação de redes e o fortalecimento do potencial institucional, gerando maior cooperação entre a comunidade, são fatores que possibilitam ao território criar ou fortalecer arranjos produtivos, que resultam no desenvolvimento local.

O desenvolvimento local não exclui fatores externos à localidade, bem como não preconiza deixar de lado as influências globais. Pelo contrário, propõe que o

desenvolvimento ocorra a partir do fortalecimento das relações entre os atores sociais locais, para então filtrar de forma crítica as influências externas que beneficiem a sociedade local.

Como afirma Mulls (2008), fatores egressos do território não substituem a ação do mercado ou a ação estatal, mas se sobrepõem a elas à medida que o território elabora, a partir de suas instituições próprias e de seus organismos específicos, uma estratégia de desenvolvimento local. Assim, o autor pondera sobre território ao considerá-lo

Como um ator, como um sujeito que se sente através da ação coletiva e da construção de instituições locais, significa confrontar as leis de funcionamento de uma economia global às estratégias infranacionais que surgem como resposta e reação aos imperativos da competição internacional. Significa opor o local ao global e entender que as estratégias locais retroagem sobre as forças globais, a ponto de redirecionar suas leis funcionais, podendo então iniciar um movimento autônomo de crescimento e de auto autorregulação. (MULLS, 2008, p. 8).

Logo, os agentes externos ao território, ainda que influentes no processo de desenvolvimento, não são os promotores únicos e singulares. Como elucida Martins (2005), agentes externos podem até mesmo se arrogarem em uma pretensa condição de promotores de desenvolvimento local, mas este fenômeno lhes escapa às mãos.

Desenvolvimento local, este “novo paradigma do desenvolvimento, de tipo endógeno, territorial” (CARPIO, 2001, p. 59), implica em uma nova postura nada tradicional diante da comunidade e do ambiente, postura esta que extrapola a mera assistência técnica; por princípio, não pode ser promovido, mas induzido e assistido por agentes externos.

Dessa forma, o desenvolvimento se converte em uma via a ser escolhida pelas sociedades, com base e valores comuns definidos pelos atores e não apenas em critérios externos fixados pelo mercado global (ANDION, 2003, p. 1046). Essa escolha está intimamente ligada as inter-relações e práticas que ocorrem no território, carregadas de especificidades que influem diretamente no percurso percorrido para um desenvolvimento.

O desenvolvimento e o desenvolvimento local diferem na forma como o processo é conduzido. Não são excludentes, mas complementares, uma vez que a liderança e a condução das ações é que diferem os termos, e podem resultar ou não na melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Portanto,

A ênfase na participação, por sua vez, ressignifica a prática do desenvolvimento que, no lugar de ser conduzida de cima para baixo, como consequência de políticas centralizadoras e afastadas das reais necessidades da população, passa a ser concebida coletivamente, dependendo assim de um processo de responsabilização dos diferentes atores sociais. Essa responsabilização coletiva transforma o desenvolvimento em um processo político, envolvendo escolhas e decisões que só podem ser feitas a partir de uma articulação entre o local e o global, entre o indivíduo e o coletivo e entre as diferentes esferas sociais. (ANDION, 2003, p. 1046).

O desenvolvimento local se diferencia pelo processo implementado através de mobilização das forças locais, da participação da comunidade local, destaque nas teorias humanistas e conceitos sobre o desenvolvimento. No entanto, pouco se esclarece sobre quais ferramentas são utilizadas para promover a participação coletiva e cidadã no processo de desenvolvimento. É comum encontrar referências explicitando que a participação da comunidade local deve ser ativa, através de organizações, associações, comissões. Porém, a abordagem sobre a participação deve ir além, pressupondo uma educação à comunidade local para que se sinta à capacitada para tal organização e liderança.

Essa educação requer muitas vezes uma mudança de concepções e juízos de valor, que acontece de forma lenta e gradual, como afirma Coriolano:

O desenvolvimento é um processo que interfere nas transformações de ordem mental e social de um povo, porque todo país que decide promover seu desenvolvimento precisa começar por investir no homem, através da educação; passar a considerar a educação não como um gasto, mas como via de possibilidade de acesso ao desenvolvimento. (CORIOLANO, 2003, p. 166).

Dessa forma, é importante ressaltar que o processo de desenvolvimento local deve empreender meios que garantam à população local o entendimento sobre o seu papel na articulação, condução e decisão sobre o nível de desenvolvimento a alcançar e de que forma realizá-lo. A isso pode-se chamar de participação ativa. E até mesmo estimular a participação ativa requer uma educação, partindo do que a comunidade sabe, faz e quer fazer.

O discurso da participação ativa torna-se incipiente quando a população local sequer sabe onde quer chegar com o processo de desenvolvimento, como afirma Sachs:

A participação ocupa bastante espaço no discurso sobre desenvolvimento. A realidade manifesta muitas vezes a imposição de estratégias elaboradas no escalão central. A reabilitação da abordagem inversa, que privilegia as iniciativas vindas da base, deve ser providenciada, especialmente no que diz respeito à identificação das necessidades reais da população e à hierarquia das urgências. Para tanto, deverá ser fortalecida a capacidade das populações para responsabilizarem-se por boa parte das decisões que lhes dizem respeito. (SACHS, 1995, p. 5).

A participação coletiva, ativa nos processos decisórios, requer orientação e educação para mobilização do bem comum. A participação da população, quer no processo decisório, quer nas ações, quer na distribuição dos benefícios, requer uma orientação (CABUGUEIRA, 2002, p. 122).

Essa orientação e a consequente promoção da iniciativa da comunidade local fortalecem as relações do homem com o meio, promovem a identidade local, assim como as estruturas de decisão e aceitação.

Consequentemente, a articulação surge através de forças indutoras internas, ou endógenas ao território e promovem uma transformação na organização política para o desenvolvimento.

Do ponto de vista espacial ou regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno está no fato de que a definição do referido modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado. (AMARAL FILHO, 1996, p. 44).

O desenvolvimento endógeno, tal qual o desenvolvimento local, prevê que a iniciativa e a condução do processo de desenvolvimento sejam resultado da articulação entre os atores sociais locais, que através do fortalecimento de suas potencialidades lideram as ações para o desenvolvimento local.

Em 1978, segundo Coriolano (2003), especialistas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criaram o conceito de desenvolvimento endógeno.

Esse modelo recomendava que os países fugissem da imitação mecânica das sociedades industrializadas. Assim as soluções seriam locais e não globais. As iniciativas deveriam originar-se nas culturas locais e com os potenciais de cada localidade, construindo-se o embrião do desenvolvimento local. (CORIOLANO, 2003, p. 165).

O desenvolvimento endógeno, portanto, possui uma estrutura que tem como característica marcante a autonomia dos atores locais, no que diz respeito à liderança no processo produtivo; resultado de um arranjo que resulta na distribuição dos excedentes dentro do próprio território através de coerência e sintonia entre os atores locais.

Ainda relacionado com o território, Mulls (2008, p. 10) afirma que, ao endogenizar o papel do território, estamos querendo dizer que cada grupo de instituições e de organismos locais é responsável pela trajetória de crescimento — cada arranjo institucional bem-sucedido —, sendo um produto de seu próprio contexto e o resultado de sua própria construção.

Dessa maneira, as transformações ocorridas no território constituem novas formas de fortalecimento das estruturas internas, resultando no desenvolvimento endógeno, como conceitua Amaral Filho:

O desenvolvimento endógeno deve ser entendido, antes de tudo, como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região. Isso deve ser processado no sentido de criar um ambiente ótimo e atrativo para capturar e consolidar um desenvolvimento originalmente local, e/ou permitir a atração e localização de novas atividades econômicas numa perspectiva de economia aberta (e mesmo globalizada) e de sustentabilidade. (AMARAL FILHO, 1996, p. 45).

Compreende-se então que o desenvolvimento endógeno tem como premissa a iniciativa local, que através dos seus recursos conduz as ações para o desenvolvimento e promoção da qualidade de vida e distribuição dos frutos de forma equitativa, bem como

É um processo que busca a melhoria da eficiência na alocação dos recursos públicos, o fomento à equidade na distribuição da riqueza e do emprego e a satisfação das necessidades presentes e futuras da população, tendo sempre em conta um adequado uso dos recursos naturais e do meio ambiente, mediante a utilização do potencial de desenvolvimento local e, portanto, dos recursos disponíveis no próprio território. (BARQUERO, 2001, p. 101).

Tem-se, por conseguinte, que o desenvolvimento endógeno utiliza o potencial de desenvolvimento local para melhor aproveitamento dos recursos endógenos ao território. E assim a participação ativa, de forma cidadã e comunitária, assume papel de destaque e condicionante para o desenvolvimento local, e também surge no

desenvolvimento endógeno como potencial de desenvolvimento local. De acordo com Mulls,

A formação e a constituição de instituições formais locais é um passo importante para o início de um processo de desenvolvimento endógeno e para a construção de uma identidade territorial que permita aos atores locais colocar em curso (acionar) alguma modalidade de reação autônoma. O construto sobre o qual se erigirão as formas mais dinâmicas da reação autônoma são as instituições locais representadas pelo poder público, pelo tecido empresarial e pela sociedade civil organizada, e sobre esta base se complementarão as redes e as relações formais e informais. (MULLS, 2008, p. 19).

Isto posto, verifica-se que tanto o desenvolvimento local quanto o desenvolvimento endógeno apresentam os mesmos pressupostos em relação à participação da comunidade local. Embora conceitualmente diferentes, a forma e a composição baseiam-se nas particularidades de cada território, bem como na capacidade de articulação da comunidade local.

Ainda que o território deva permanecer receptivo às mudanças globais, é na singularidade dele que se exprimem suas forças endógenas para o desenvolvimento local. É na sua organização interna, na sua maneira de ser, organizar e fazer que os valores se tornam balizadores para as ações efetivas ao desenvolvimento local, não se deixando levar por modelos preestabelecidos de sucesso em territórios diversos.

É a descoberta das forças endógenas do território, a valorização, organização e orientação dessas forças que direcionam ações do processo de desenvolvimento chamado de local.

Portanto, concorda-se com Coriolano (2002) que o desenvolvimento local é o desenvolvimento endógeno, de dentro para fora, de baixo para cima, é o desenvolvimento social, o desenvolvimento do homem, das condições humanas, são as buscas de alternativas para criar novos cenários, priorizar outros atores sociais, como os trabalhadores, as mulheres, os jovens, os vizinhos, os residentes, os excluídos, os nativos, as comunidades.

Assim como a dinâmica do território não é estática, o desenvolvimento também não o é. Corresponde a um processo permanente de mudanças e transformações, em que a participação ativa da comunidade local e a articulação entre os interesses dos atores sociais locais fundamentam o que chamamos de desenvolvimento local.

A construção social do desenvolvimento exige o envolvimento de toda a sociedade, uma revalorização da cultura e uma base ética (CORIOLANO, 2003, p. 170). Há que se adotar um modelo de desenvolvimento que estimule e desenvolva mormente a cooperação, a solidariedade, a criatividade, que passe a utilizar recursos locais ainda latentes, especialmente os recursos humanos.

Resumindo, consoante Campanhola e Silva (2000, p. 35-36), pode-se dizer que “o desenvolvimento local é acima de tudo o exercício da cidadania [...] um processo permanente de construção e de novas conquistas, não se restringindo apenas ao atendimento das demandas sociais básicas”.

Por fim, é importante ressaltar que para o estudo em questão considera-se que o desenvolvimento local ocorre a partir do fortalecimento de fatores endógenos que, articulados e orientados, são resultado da construção coletiva e cidadã para a busca da melhoria da qualidade de vida da população local como um todo.

Por isso, e em conformidade com Coriolano (2012, p. 63), defende-se que

“(...)pensar em desenvolvimento exige outra lógica, que não a da produtividade a qualquer custo, competitividade e acumulação, encerra uma revolução de ideias e práticas sociais, que oriente pessoas e organizações para a produção e o consumo partilhado, respeitando os ciclos da natureza”.

Nesta perspectiva, praticamente inverte-se a ordem clássica, com a economia colocando-se em função do desenvolvimento para que este passe a estar centrado no homem, e não na acumulação do capital.

Consequentemente, toma-se para este estudo a compreensão de desenvolvimento local atrelado às particularidades do território, como também a promoção da articulação entre os atores, para que conduzam o processo de desenvolvimento. Assim, reafirma-se o desafio deste estudo de identificar os fatores endógenos que interferem no desenvolvimento do turismo em Piraquara, a partir de uma visão humanística, com uma abordagem para o desenvolvimento local.

3.2.1 Desenvolvimento local e turismo

Assimilando o desenvolvimento local como resultado de articulações de fatores endógenos do território, tem-se o turismo como estratégia para o fortalecimento desses fatores, podendo contribuir para o desenvolvimento local.

O turismo teve seu crescimento associado à evolução dos meios de transporte, após a Revolução Industrial, além da melhoria das condições de trabalho que favoreceram o aumento no número de deslocamentos das pessoas.

Nesse contexto, a transformação de paisagens para receber visitantes tornou-se a chave para o incremento da economia das regiões, sendo o turismo nesse período comparado a uma indústria.

Conforme Braga Filho e Silva (2009, p. 1068), a atividade turística vem crescendo consideravelmente em todo o mundo e é considerada uma alternativa de desenvolvimento econômico, principalmente em cidades que não têm opções de renda, mas contam com recursos naturais em abundância.

Por muito tempo o turismo foi ovacionado como solução ao desenvolvimento de comunidades carentes, sob a concepção de que investimentos externos de grandes cadeias hoteleiras em regiões consideradas pobres resultariam na melhoria das condições de vida da população local.

Isso se deve ao aspecto econômico do turismo, apontado por Braga Filho e Silva (2009, p. 1063) como sendo “mobilizador e impulsionador da economia local, onde se desenvolve tendo em vista que o turista quando viaja e independente do motivo gasta dinheiro e na maioria das vezes com itens que são considerados supérfluos” e que não comprariam em seu local de origem.

O turismo é constituído por um conjunto de atividades, produtoras de bens e serviços, que atende a todos os setores econômicos de um país, cidade ou região. Sua exploração deve refletir na geração de emprego e renda, ainda que em sua maioria informais, provocando uma reação em cadeia que resultaria na elevação da qualidade de vida.

Entretanto, essa crença por muito tempo fez do turismo um meio para alcançar o desenvolvimento pregado por nações industrialmente avançadas, que esperavam explorar o turismo em territórios alheios a fim de ampliar seu domínio e mercado consumidor.

Assim, como afirma Lopes (2008), algumas localidades veem no turismo uma grande possibilidade para se desenvolverem economicamente, considerando-o como uma das alternativas capazes de propiciar melhoria na qualidade de vida das populações, principalmente em regiões que apresentam paisagens exóticas e com recursos financeiros escassos.

Verificou-se, porém, que nessas situações o turismo gerou, além da exclusão das comunidades locais, impactos ambientais irreversíveis. A exploração do turismo de massa, a popularização de territórios exóticos, a padronização e a especulação imobiliária fizeram com que o turismo passasse de solução ao desenvolvimento para vilão, devido aos inúmeros impactos causados tanto sociais quanto ambientais.

Nesse contexto, sob os anseios de uma sociedade consumista e imediatista, o turismo

[...] emerge sob a égide do capitalismo e se apresenta como uma atividade típica dessa sociedade, principalmente pós-revolução industrial, com uma capacidade múltipla de agregar diversos fatores para seu funcionamento, primeiramente individualista e altamente consumidores dos recursos naturais de forma desordenada. (SILVA, 2012, p. 104).

Contudo, assim como as teorias sobre desenvolvimento passaram por reformulações e críticas, o turismo como atividade meramente econômica também passou por uma transformação no que diz respeito à condução da sua exploração, devido aos impactos causados no território.

Com base nos impactos já causados pela exploração massiva do turismo, reconhece-se que ao mesmo tempo em que ele pode promover o desenvolvimento local pode também causar danos irreversíveis, não somente ambientais, mas também sociais e culturais.

O turismo se apropria do território transformando suas inter-relações quando na sua atividade coloca em contato realidades diferentes de visitantes e visitados, gerando impactos positivos e negativos. Assim sendo, a partir dessa realidade o turismo passa a ser estudado também com uma vertente humanista, sob um olhar social. Com base nas relações humanas, Silva diz que

A atividade turística surge então da convergência de diversos fatores e se transforma em práticas sociais diretamente relacionadas ao movimento e ao deslocamento espacial de pessoas, informações e serviços, como meio de comunicação e como elo de interação entre os povos, tornando-se evidente e necessário sua abordagem também no contexto social. (SILVA, 2012, p. 105).

Assim como o desenvolvimento passou de meramente relacionado à economia para ser estudado com um caráter humanista e complexo, o turismo deixou de ser apontado apenas como uma indústria que gera crescimento econômico para ser considerado um meio de promoção e preservação social, cultural e ambiental.

Por essa razão, o turismo então sofre modificações no seu entendimento e na sua forma de exploração. As políticas para sua inserção na economia são acompanhadas de ressalvas e diretrizes no que diz respeito a conservação e preservação de bens materiais e imateriais. Referente a esse novo entendimento sobre o turismo, D'Agostini e Abascal propõem:

O turismo pode ser interpretado como a representação da produção e do consumo imaterial, condicionando a diferença e particularização da produção e do consumo do “espaço turístico”, que na medida não se comercializa a terra, nem tão pouco o recurso natural ou local de qualidade singular e sim a mercadoria ou serviço produzidos pelo seu uso. (D'AGOSTINI; ABASCAL, 2016, p. 12).

Uma nova concepção sobre a exploração do turismo nos territórios relaciona-se com as particularidades ali inseridas. Afirmam Friedmann e Weaver (1981 *apud* TRENTIN, 2012, p. 123) que o desenvolvimento pautado no territorialismo a partir do turismo deve considerar o espaço cultural, político e econômico comum, pois é uma oportunidade para a contenção do poder funcional e sua subordinação à vontade territorial. De acordo com Ricco,

É possível constatar que a atividade turística provoca interações e modificações em todos os atores que participam desse processo em maior ou menor grau, perceptíveis ou não e de naturezas diferentes, gerando efeitos indesejáveis como a perda da estabilidade social e comercialização de culturas empobrecidas em sua essência, ou por outro lado, a valorização do patrimônio histórico e cultural e a afirmação da identidade grupal por meio do resgate da memória. (RICCO, 2012, p. 179).

Contudo, como ocorreu a mudança de concepção sobre o desenvolvimento, que deixou de ser puramente econômico para atingir uma escala humana, em que o meio e o fim do processo devem ser balizados e assistidos pelo homem, tornando o desenvolvimento um processo humanístico, o turismo também teve sua concepção reavaliada. Uma vez que tem na sua essência a relação do homem com o meio, e suas atividades executadas no território, também é reconhecido como um processo humanístico.

O desenvolvimento local também incorpora uma percepção humanística, quando na sua base encontra-se a valorização do ser humano, sendo ele sujeito do seu próprio desenvolvimento. Assim como o homem é o sujeito ativo e ao mesmo tempo passivo no que diz respeito ao desenvolvimento local, através de forças

endógenas capazes de desenvolver o turismo, compartilha-se o entendimento de Martins ao considerar que

Tal protagonismo implica em uma postura proativa a ser assumida por cada pessoa em sua luta cotidiana por melhor qualidade de existência, o que envolve condições materiais e imateriais. Tem a ver, pois, com o interesse, disposição e disponibilidade das pessoas pelo enfrentamento dos problemas que afligem a si e a comunidade que integram, portanto, numa perspectiva coletiva e não individualista. Eis até aqui duas das condições mais importantes do desenvolvimento local: a participação e o sentido de pertencimento a uma comunidade ou lugar. (MARTINS, 2005, p. 110).

Neste contexto, o turismo deixa de ser apenas uma atividade econômica, uma vez que também se fundamenta na relação entre as pessoas, e delas com o meio. Martins (2005 p. 110) afirma que no âmbito do desenvolvimento local, a maior contribuição do turismo poderá ser o resgate e o fortalecimento da identidade cultural, da consciência humanística e não apenas ecológica, e de uma formação/visão integrada e conectiva da realidade socioespacial.

É nessa relação entre desenvolvimento local e turismo que se encontra o objetivo comum entre eles: a promoção da qualidade de vida, através da preservação e promoção dos valores sociais, culturais e ambientais. É na conjugação desses setores que se fomenta a valoração do território e, conseqüentemente, a distribuição dos benefícios de forma equitativa.

Porém, o que compromete essa relação é justamente a sua essência: a participação. Martins (2005, p. 111) deixa claro que carecemos de uma visão mais pragmática da participação, no sentido de que ela ocorre (ou não) independente das formalidades que envolvem uma mobilização. O que realmente nos move à participação é o interesse, a insatisfação e o otimismo que vislumbra a vantagem, seja individual ou coletiva, ou ambas.

O entendimento sobre o turismo, independentemente de sua vertente e concepção, tem na essência o homem e sua busca por lazer, prazer, vivências e experiências, por um deslocamento momentâneo.

Essa essência se choca com os interesses individuais do ser humano, tanto na satisfação de suas necessidades quanto no engajamento na busca por melhores condições de vida. A interpretação sobre o desenvolvimento local é difusa quando os interesses individuais prevalecem sobre os valores coletivos.

Contribuindo com essa concepção sobre o turismo, Coriolano (2003, p. 167) defende que nessa lógica a proposta de desenvolvimento local é a alternativa de mudança de eixo do processo de desenvolvimento, assim como o turismo local em lugar do turismo global.

O turismo de massa e seus impactos questionáveis levam à busca de novas formas de explorar a atividade, que resultem efetivamente em melhoria da qualidade de vida dos visitados. A mudança na percepção dos impactos e a valorização das especificidades locais passam a ser a base para fomento do turismo como um elemento para o desenvolvimento local.

Assim, essa nova percepção do turismo como agente de desenvolvimento local surge com experiências inicialmente ligadas ao campo e ao meio rural, estendendo-se às cidades. Coriolano (2003) explica que

Experiências novas surgem ligadas ao campo e às cidades, inclusive práticas de desenvolvimento local incentivadas pelo turismo. É nesse contexto que surge a ideia de desenvolvimento social, onde o turismo se põe como um dos mecanismos ou incentivo de viabilização desse processo. Sendo o turismo uma atividade de efeito multiplicador, oferece condições para o desenvolvimento de pequenas empresas (além das grandes), podendo beneficiar os mais pobres, como mostram algumas experiências. Nessa linha, surgem vários lugares experienciais de desenvolvimento local, voltado a pequenas economias, grupos e comunidades. (CORIOLANO, 2003, p. 169).

O turismo relaciona-se com as inúmeras atividades que o compõem e pode ser, de acordo com Beni (2001, p. 16), composto por inúmeros serviços, que atendem direta e indiretamente ao turista.

Inevitavelmente os resultados advindos da exploração do turismo em determinado território são perceptíveis, tanto no que diz respeito aos benefícios quanto aos malefícios, que atingem não só a economia, mas também o ambiente e a sociedade local.

O turismo, apesar de ser uma atividade atrelada especialmente aos grandes capitais, oferece oportunidade a pequenos comércios, empresas e negócios, direta e indiretamente ligados ao atendimento ao turista, que se espalham por todos os espaços turísticos.

A compreensão dessa inter-relação dos aspectos econômicos com os aspectos sociais promove uma fruição das potencialidades locais. Como afirmam Mathieson e Wall (1987), quanto maior for o número de conexões internas entre os setores da economia, menor a probabilidade de que seja necessário importar

materiais de fora da região, estado ou país, pois os efeitos multiplicadores do turismo serão mais acentuados no território.

Toda essa complexidade resulta numa concepção mais abrangente dos impactos do turismo no território, como também sobre a política de desenvolvimento local através do turismo. Essa relação é apresentada por D'Agostini e Abascal:

A atividade turística tornou-se uma grande indústria, e uma significativa base econômica para o desenvolvimento das economias municipais por meio do apelo à prática esportiva e a realização de atividades de lazer das mais diversas formas, estimuladas em busca de emoção e prazer gastronômico, e pela progressiva elevação do nível cultural e da informação, motivando a visitação e participação em eventos. (D'AGOSTINI; ABASCAL, 2016, p. 2).

A sociedade contemporânea tem como principal característica a velocidade com que as transformações ocorrem, o que influencia diretamente a necessidade do homem e suas escolhas. A crescente valorização cultural da singularidade e excentricidade dos territórios gerou uma competitividade entre as cidades na busca pelo desenvolvimento local.

Portanto, como consequência da promoção do turismo como fator de desenvolvimento local, os impactos econômicos tornam-se argumentos convincentes que levam comunidades locais a acreditarem no potencial do turismo como agente de desenvolvimento, porém com pouca ou nenhuma instrução sobre quais impactos econômicos advêm do turismo.

A valorização e o aproveitamento de recursos naturais bem como do patrimônio cultural material e imaterial, promovidos pelo turismo, pode ser uma alternativa para dinamizar o desenvolvimento de regiões que apresentam uma economia frágil e pouco diversificada, já que há tempo se nota que a exploração do turismo de forma desenfreada e predatória acaba por aumentar as desigualdades sociais, privilegiando grandes investidores externos e excluindo a comunidade local, além de degradar tanto o meio ambiente quanto a cultura local.

Para minimizar os impactos negativos do turismo, o desenvolvimento local propõe que a atividade turística seja planejada a partir da mobilização local, considerando os fatores endógenos como princípios de fortalecimento das potencialidades locais. Assim, pressupõe-se que ocorra uma gestão democrática e participativa dos recursos locais.

Portanto, há de se priorizar a capacidade e a vocação econômica locais. Conforme Silva (2012, p. 117), a participação dos municípios voltada para os aspectos turísticos parte inicialmente da capacidade de gestão que cada um apresenta para aproveitar seus potenciais recursos, sejam eles naturais, culturais, antropológicos ou artificiais, e promover uma articulação entre o uso deles e a preservação de suas identidades.

Essa articulação é que evidencia uma política para o desenvolvimento local. O fortalecimento das forças endógenas no aproveitamento dos seus recursos naturais, culturais e do capital social faz com que a dinâmica do território seja responsável pelo próprio nível de desenvolvimento, como afirma Martins (2005, p. 115):

Ainda que a atividade turística seja universal em sua concepção e prática, o fenômeno turístico tem peculiaridades e especificidades que decorrem, em última análise do conteúdo único do lugar. Enquanto atividade econômica o turismo é reconhecidamente rentável, mas também pode ser fonte de inúmeros impactos sociais, culturais e não apenas ambientais.

Portanto, para atender aos reais princípios do desenvolvimento local — como a organização e a atuação direta da comunidade local —, a atividade turística deve ser conduzida pelos moradores locais, por meio de ações que lhes assegurem tanto oportunidades para participação como potencial decisório na condução do processo de desenvolvimento.

A atividade turística deve ser orientada pela organização e gestão democrática, para o desenvolvimento local, a partir das potencialidades natas no território, além da capacidade e vontade de aprendizado da população. Deve promover ações que valorizem os recursos locais, distribuindo os benefícios de forma equitativa, para que o desenvolvimento seja bom para o turista e também para o residente.

A dinamização da economia acaba, consequentemente, por refletir suas benesses no próprio território, de forma gradual e constante, de acordo com as expectativas reais dos envolvidos, diminuindo as frustrações e até a repulsa à atividade turística. Os impactos são mensuráveis e planejados de acordo com o interesse da comunidade receptora.

Neste sentido, a elaboração de políticas e projetos que fomentem o turismo em determinada localidade precisa atender inicialmente às peculiaridades do território,

atentando para a dinâmica que ali se insere e as inter-relações com o externo, para aproximar os interesses individuais e torná-los coletivos, baseando-se no respeito aos valores locais e universais dos direitos humanos.

Entretanto, o que se vê é a contradição existente entre a exploração do turismo como fator de desenvolvimento local e seus princípios. Na essência, o desenvolvimento local prioriza a participação coletiva da comunidade local, por meio de ações e políticas para o incremento de oportunidades para o engajamento comum, pela valorização do patrimônio e do meio ambiente, mas, ao observar atentamente a realidade, é comum encontrar projetos implementados que excluem as particularidades locais.

Na maioria das vezes são situações contraditórias em que primeiro é lançado o projeto, que foi pensado e formulado sem a participação dos atores sociais locais, depois promovem-se cursos e treinamentos como ações integradoras e, por último, ele é apresentado para a comunidade que, por falta de meios, muitas vezes não consegue interagir.

O desconhecimento sobre projetos, espaços para discussão e debates, bem como de direitos, torna muitas comunidades “marionetes” nas mãos de pessoas mal intencionadas em relação à exploração turística, ou ainda, pessoas que apenas replicam modelos sem adaptá-los à realidade local. Por conseguinte, o objetivo do desenvolvimento local, que é a melhoria da qualidade de vida para a comunidade, não é atendido. Muitas vezes o resultado é a repulsa à atividade turística, bem como a distribuição desigual dos seus recursos e benefícios.

Por isso, a capacitação para a valorização dos fatores endógenos é prioritária para o desenvolvimento local. É a partir do conhecimento do seu potencial participativo e decisório que a comunidade local se torna protagonista no desenvolvimento do turismo na localidade. Esta concepção é essencial, uma vez que o turismo tem na sua base a relação da comunidade receptora com os visitantes.

Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de considerar a comunidade local e a dinâmica do território antes de instalar uma atividade turística, já que aliada ao turismo está a vocação do município para ele. Essa vocação pode estar dormente, e ser desconsiderada por interesses difusos, deixando de contemplar a realidade do território. Deve a própria comunidade ser responsável pela descoberta, exploração, manutenção e distribuição dos recursos.

Um novo modelo de gestão insere a articulação e capacidade de mobilização de recursos locais como prioridade para o desenvolvimento local. Nesse contexto, o turismo é capaz de fomentar forças indutoras endógenas a partir dos recursos existentes no território e é por essa razão que se relaciona a atividade turística com desenvolvimento local.

Como resultado, ao assumir esse novo modelo de gestão, participativa e democrática, os municípios acabam valorizando suas especificidades, evidenciando suas forças e fraquezas, conduzindo seu desenvolvimento de acordo com a capacidade colaborativa local. Desse modo, compartilham com a comunidade os interesses de forma a atender o bem comum.

Assim sendo, a especificidade local torna-se a base para uma reordenação e reorientação de ações públicas e privadas que, tomadas em conjunto, articulando os atores locais, promovem e desenvolvem arranjos produtivos tanto sociais quanto ambientais e econômicos.

O turismo passa a ser um elemento estratégico para o desenvolvimento local, até por ter o seu produto a característica de integração de vários serviços que devem ser consumidos *in loco*, ampliando assim a diversificação da economia local.

O nível de envolvimento e exploração das potencialidades endógenas direcionam os impactos provocados pelo turismo. Como afirma Cunha (2000, p. 53), a intensidade do impacto (positivo, negativo ou ambos) depende da forma como os atores sociais se organizam e interagem para atingir objetivos comuns de melhoria da qualidade de vida, aumento da competitividade e poder de atração turística e a preservação e proteção do ambiente natural e cultural.

Por fim, a relação entre turismo e desenvolvimento local se dá através da inter-relação sociedade, ambiente e economia, que, tomados de forma integrada, complementam-se e reforçam a identidade local. São, assim, capazes de promover a transformação que resultará no desenvolvimento local.

O território, constituído por seus valores culturais e ambientais, econômicos e sociais e configuração física, é o espaço onde as potencialidades são utilizadas como recursos para a exploração turística. É nele que uma visão integradora dos problemas e possíveis soluções pode resultar na melhoria das condições de vida da população local.

O dinamismo que o turismo provoca, por meio da prestação de serviços diretos e indiretos ao turista, a infraestrutura criada para recepção de visitantes, a

melhoria na educação a fim de qualificar a comunidade local, entre outras ações, representam possibilidades de geração de emprego e renda.

Diante do exposto, consubstancia-se que o turismo como estratégia para o desenvolvimento local promove inicialmente a preservação e a conservação dos recursos naturais e culturais de um território, fortalecendo a identidade local através da organização e participação da comunidade nas lideranças locais. A partir desta percepção sobre o turismo, Barbosa explica que

O desenvolvimento local alavanca a possibilidade de equalizar 5 objetivos: preservação/conservação ambiental, identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida. (BARBOSA, 2005, p. 111).

Com essa convicção, defende-se que o turismo pode representar um agente transformador do ser humano, pela aprendizagem que ocorre no encontro entre povos e culturas. Numa corrente humanista o turismo tem a capacidade de integração entre os povos, despertando a solidariedade, além da promoção de oportunidades de negócios que, embora visem o acúmulo de capital, podem ser distribuídos de maneira mais equitativa.

Por fim, reafirma-se que o turismo é uma estratégia para o desenvolvimento local, sendo, porém, imprescindível que os residentes atuem como agentes determinantes no processo de decisão e liderança, na alocação e distribuição dos recursos locais e mesmo externos para promoção da atividade turística. O protagonismo local é a essência do desenvolvimento local. E o turismo é uma ferramenta que pode potencializar os fatores endógenos ao território para o fortalecimento da identidade local e preservação da cultura e meio ambiente explorados.

Desta forma, é considerando esse papel do turismo no fortalecimento das potencialidades locais, através da identificação de fatores endógenos ao território, que o presente estudo apresenta o desenvolvimento local para o turismo da região de Piraquara-PR.

3.3 FATORES ENDÓGENOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Os fatores endógenos relacionam -se com elementos internos do território que influenciam o desenvolvimento local. Eles correspondem aos limites e características

físicas, econômicas, sociais e ambientais do território. Desse modo, seu estudo torna-se demasiado complexo ao tentar analisar todos os fatores internos relacionados a cada dimensão (econômica, social, ambiental, física e cultural) de um território.

Neste estudo, para compreender os fatores que interferem no desenvolvimento do turismo no município de Piraquara, a fim de identificar elementos endógenos que representam novas possibilidades para o desenvolvimento local da região, delimitaram-se as variáveis endógenas.

O turismo é uma atividade que demanda a relação entre visitante e visitado, e que, por sua vez, impacta a região visitada, econômica, social, ambiental e culturalmente. Por isso, com o objetivo de delimitar o campo de estudo dos fatores endógenos que interferem no desenvolvimento do turismo em Piraquara foram priorizadas as variáveis: território (recurso territorial), identidade local e capital social. O turismo, ao apropriar-se do território, torna-se mais um fator que gera impactos na estrutura das relações ali estabelecidas. É a partir da compreensão dessas relações que será possível dimensionar as potencialidades do recurso territorial como fator endógeno para o desenvolvimento do turismo. Desta forma, o território, aqui apresentado como recurso territorial, torna-se um elemento para análise do turismo como estratégia para o desenvolvimento local.

Ávila (2000) afirma que os fatores endógenos do desenvolvimento local se constituem daqueles potenciais, dinamismos e forças tanto individuais, familiares e coletivos quanto físico-ambientais presentes, explícita ou implicitamente, no cotidiano de cada comunidade localizada.

A organização social do território somada às características físicas, históricas e culturais apresentam-se como recursos territoriais e atuam como fatores endógenos influentes no desenvolvimento local. Esses fatores endógenos são assim exemplificados por Ávila (2000):

A título de exemplificação, são fatores endógenos: os interesses e objetivos comuns, a identidade social, cultural e histórica, a diversidade de funções individualizadas (pedreiro, costureira, administrador, contador, marceneiro, etc., etc.), muitas das quais isoladamente mal garantem a sobrevivência individual ou familiar mas que, se mobilizadas, somadas e canalizadas, constituem autênticas e concretas forças de alavancamento de progresso coletivo que a todos beneficiam; sindicatos, associações, igrejas, condições hídricas e de solo; e assim por diante. (ÁVILA, 2000, p. 70).

Portanto, é na coordenação entre os atores sociais do território e os recursos físicos, ambientais e sociais que se encontra a possibilidade para o desenvolvimento local a partir de fatores endógenos.

Logo, o recurso territorial, como fator endógeno para o desenvolvimento local, desdobra-se nas relações complexas existentes no território. E assim apresenta outros fatores intrínsecos que também são considerados como fatores endógenos para o desenvolvimento local, como identidade local e capital social, associados ao empreendedorismo e inovação.

O território é a base de planejamento para o desenvolvimento local. Nesse contexto, utilizou-se para a pesquisa o conceito de recurso territorial como uma construção resultante das relações do ambiente físico natural e o construído de um território, somando-se a articulação entre eles para o desenvolvimento.

Os territórios são hoje percebidos como espaços de experimentação onde numerosas e variadas ações são possivelmente as formas de expressão de outra ótica do desenvolvimento. A noção de recurso territorial merece ser esclarecida porque se impõe como uma nova figura no desenvolvimento e gestão das economias. Existem muitas referências à noção de "recursos territoriais". Será reconhecido que esta é uma característica construída a partir de um território específico e isso, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento. O recurso territorial refere-se, portanto, a uma intencionalidade dos atores envolvidos, bem como ao substrato ideológico do território. Este propósito intencionalmente construído pode ser em componentes materiais (dados de material, fauna, flora, patrimônio) (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 35)

Consequentemente, tem-se que os recursos territoriais estão intimamente ligados aos fatores endógenos para a busca de desenvolvimento. Pecqueur (2006) afirma que as iniciativas emoção e diversidade nos territórios aparecem em certa medida na busca do desenvolvimento. O meio ambiente e a construção territorial estão intimamente ligados, assim como a valorização dos recursos locais está intimamente associada à presença de malhas de atores.

Deste modo, a coordenação entre os recursos territoriais também está ligada à identidade local e ao capital social do território, elementos endógenos que interferem no desenvolvimento. Sendo assim, constata-se que

O território está inextricavelmente ligado à sociabilidade, ao pertencimento e ao envolvimento da comunidade. Em outras palavras, essa dinâmica social do indivíduo e do grupo é construída pelo e para o território. Gera processos identitários que podem encontrar suas concretizações em lugares específicos. (PECQUEUR, 2006, p. 23).

É importante ressaltar que desenvolvimento local é a conjugação desses fatores endógenos, a capacidade de articulação entre os interesses individuais e coletivos para o bem comum. Para tanto, é imprescindível despertar o interesse da comunidade local incentivando sua capacidade de mobilização, articulação e integração ao processo de desenvolvimento.

O interesse da comunidade receptora está relacionado diretamente com a identidade local e o sentimento de pertencimento. Assim, pela perspectiva humanista, a familiaridade com o local desperta, conforme Tuan (1974), o sentimento de pertencimento e a vontade de sobrevivência e desenvolvimento local. Há uma busca pela manutenção e perpetuação da memória e sentimento de identidade cultural, além da valorização do ambiente pela conservação das paisagens. Sem o interesse da comunidade local, dificilmente ocorrerá o envolvimento no direcionamento das ações coletivas para o bem comum.

Qualificar as comunidades para que conheçam e reconheçam suas funcionalidades e potencialidades, para que se desenvolvam “de dentro para fora”, ou seja, tornem-se sujeitos ativos no processo de desenvolvimento, implica muitas vezes em redescobrir sua história, origem e formação social, para assim compreender seus valores e exaltá-los.

Como afirma Le Boulergat (2000), o momento criativo da consciência emerge quando os indivíduos conseguem interpretar as raízes da cultura construída no lugar, nascida das relações profundas entre o homem e seu meio, para voltar-se a mudanças capazes de garantir a integridade coletiva.

A identidade local se faz pelo sentir o lugar e perceber as relações existentes no território. Para Tuan (1983), “sentir” um lugar se faz de experiências, em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através dos anos. É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora de o sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar. Ora, sentir o lugar é reconhecer através das atividades diárias a ligação entre o homem e o espaço vivido.

Então, tem-se que a intensidade de sentimentos, interesses, objetivos e relações caracteriza a identidade local, que se define e intensifica em cada um na comunidade de formas diferentes.

Nessa perspectiva, Le Boulergat (2000, p. 18) apresenta que o ser humano se identifica com o lugar vivido como materialidade impregnada de valores, que ganha

significado pelo próprio uso cotidiano. A proximidade entre pessoas envolvidas em relações cotidianas e movidas por afetividade intensifica a comunicação..

É no lugar que ocorre o desenvolvimento local em todas as suas dimensões, por meio de uma ordem interna construída pela história e cultura, produzindo uma identidade local. É através dessa identidade que o ser humano se comunica com o resto do mundo (SANTOS, 1987).

Assim, compreende-se que um dos fatores endógenos para o desenvolvimento local é a identificação e fortalecimento de uma identidade local, que se caracteriza pelo sentimento de pertencimento ao lugar e intensidade de ação e atuação no espaço reconhecido e vivido, através da relação do homem com o meio e das inter-relações que ali se estabelecem.

Santos (1997, p. 111-121) considera o vivido como resultado de fatos que elevam o lugar como pertencimento, como uso do real. Logo, é considerar o lugar como resultado das relações em que emerge o vivido, porque é nele que ocorre a unidade da vida social.

Por conseguinte, é importante verificar a existência de uma identidade local, sendo esta mais uma variável endógena que interfere no processo de desenvolvimento local, já que ela é formada dentro do território, pela articulação entre os recursos territoriais.

O turismo tem como uma de suas ferramentas a promoção da identidade local, usos e costumes, tradições e patrimônio. Deve promover a cultura local e preservá-la de modo a garanti-la para gerações futuras. Então, neste estudo considera-se a identidade local também como um fator endógeno para o desenvolvimento local, bem como um fator importante para promover o turismo, pois, além do fortalecimento dos laços entre os residentes, pode ser também um recurso turístico. O fortalecimento da identidade local resulta no despertar do interesse pelo bem comum e no engajamento em ações coletivas para a melhoria na qualidade de vida.

Assim a relação entre identidade local e território é compreendida por Haesbaert:

identidade coletiva, ou seja, um processo constitutivo formado por uma relação entre duas dimensões que são a do indivíduo e a dos seus vínculos relacionais em um determinado grupo social. Para este autor, tanto território quanto identidade, apesar de seu caráter distinto, são signos resultantes de uma profunda integração entre significante, significado e sentido. Portanto, territórios e identidade coletiva constituem-se em uma relação dialética

intrínseca. A identidade enquanto um juízo valorativo (sentido) elaborado em momentos e circunstâncias históricas distintas (significado), o que origina um processo de reconhecimento e legitimação social tanto externo quanto interno que remete a um fato fundador, originário, ou mesmo um mito. (HAESBAERT, 2007, p. 33).

O engajamento e o interesse em ações coletivas pressupõem o conhecimento do capital social existente no território. O que a comunidade sabe, pode e quer fazer para o alcance do desenvolvimento local caracteriza a terceira variável endógena aqui apresentada.

De acordo com Macke e Sarate, o conhecimento sobre o capital social local permite a promoção de estratégias para o desenvolvimento do turismo, ao considerar as potencialidades do território, através de processos de endogeneização.

Os processos de endogeneização e de construção de novas estratégias de desenvolvimento permitem considerar o território como o principal agente de alavancagem deste desenvolvimento – não mais somente econômico, e sim, social e local. Esta visão do território permite compreender os “efeitos de proximidade” que propiciam o fortalecimento do capital social, nas suas diferentes dimensões. O conceito de capital social, ao medir o potencial de produção de riqueza que flui das diversas formas de associação coletiva, permite explorar os impactos da sociedade civil no desempenho econômico. (MACKE; SARATE, 2015, p. 58).

O capital social relaciona-se com a confiança mútua e a capacidade de cooperação espontânea, uma vez que o conceito “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2002, p. 177). E o resultado dessas ações coordenadas interfere no desenvolvimento local.

A formação do território e os recursos territoriais existentes interferem diretamente no nível de confiança entre os atores do território para formação do capital social. “A confiança entre os atores é definida como a capacidade de as pessoas trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil, para a prossecução de causas comuns” (FUKUYAMA, 1996, p. 21-22).

O capital social se revela quando os interesses individuais perdem espaço em detrimento dos interesses coletivos, fortalecidos pelo aspecto da identidade local. A relação entre capital social e confiança é comentada por Cunha:

A relação entre os conceitos de confiança e capital social e a concepção de desenvolvimento territorial é imediata a partir da constatação de que os níveis de confiança e capital social variam em termos espaciais, conforme a diversidade regional e territorial existente. Assim como é fácil constatar também que a diversidade regional e territorial, por outro lado, influencia nos níveis e criação de confiança e capital social nas diferentes comunidades, tendo em vista que nos processos de desenvolvimento afloram interesses divergentes entre os diferentes atores individuais e coletivos que atuam num determinado território, os quais têm diversas e conflitantes percepções da realidade. (CUNHA, 2000, p. 52).

É através da capacidade de uma sociedade de estabelecer laços, transformando-os em redes, baseados em valores comuns e confiança mútua com o objetivo de produzir bens materiais e imateriais coletivos, que o capital social se expressa. (ARAUJO, 2003).

Entretanto, o capital social não é um instrumento a ser usado isoladamente, nem tampouco que seja único na compreensão da ação coletiva. Mesmo assim, apesar de suas limitações, ele tem contribuído para avaliação de experiências de estratégias de desenvolvimento local (MACKE; SARATE, 2015, p. 58).

A sinergia entre identidade local e a capacidade organizacional de uma comunidade, expressa pelo capital social, dá origem a redes de articulação interna, com mecanismos próprios de funcionamento, indicando forças comunicativas e impulsionando o desenvolvimento (LE BOULERGAT, 2000, p. 19).

O desenvolvimento só se consolida quando ocorre a articulação da lógica interna constituída na consciência coletiva do lugar — identidade local — com as outras dimensões sociais de ordem material, incluindo-se aqui o ambiente natural e o ambiente construído (LE BOULERGAT, 2000, p. 19).

Todavia, a articulação entre identidade e capital social constitui força interna e condições efetivas de desenvolvimento quando as potencialidades resultantes de sinergias entre as várias dimensões da ordem imaterial e material interna, em combinação com forças externas, são percebidas e controladas no próprio lugar.

Sendo assim, o desenvolvimento emerge como um processo de aprimoramento das condições gerais do viver, proporcionando bem-estar, segundo os conteúdos de cada cultura (LE BOULEGART, 2000).

A partir da relação entre identidade e capital social é que surgem ações inovadoras, do ponto de vista da comunidade, para a autogestão, através de empreendimentos sociais, culturais, políticos e ambientais, que interferem no território.

Desse modo, o desenvolvimento local, pelo fortalecimento da identidade local e promoção do capital social, tem na atividade turística uma estratégia de inovação e empreendedorismo para dinamizar a economia e valorizar e preservar o patrimônio.

A capacidade de inovação expressa-se na articulação e tomada de decisão para buscar novas alternativas ao desenvolvimento local. O turismo depende da articulação entre os atores sociais envolvidos, bem como promove a interação constante entre eles e os visitantes. Essas relações promovem a mobilização e a busca por incentivos internos e externos da localidade para maior envolvimento e atuação da comunidade.

Tomar a iniciativa de implementar mudanças no espaço vivido, criando estratégias de maximização das potencialidades, depende inicialmente dos recursos territoriais, uma identidade local fortalecida e o capital social estimulado.

Nessa perspectiva, apresenta-se o turismo como uma estratégia capaz de incentivar e incrementar o desenvolvimento local em Piraquara, através do incentivo ao empreendedorismo e inovação, para atender as expectativas tanto dos visitantes quanto dos visitados.

O sentimento e a familiaridade com o lugar dão a sensação de pertencimento, que resulta numa consciência individual e coletiva de preservação e desejo por qualidade de vida associados a oportunidades no próprio território.

Essas oportunidades relacionam-se com a capacidade de empreender e inovar, fatores presentes no amadurecimento do capital social, capazes de promover o turismo como um elemento para o desenvolvimento local.

Assim, o turismo como indutor do desenvolvimento local implica na análise das conexões entre forças endógenas indutoras e seu funcionamento num dado território, identificando os laços que são estabelecidos com os elementos turismo, desenvolvimento local e fatores endógenos.

Posto que é a comunidade local, por meio das forças endógenas, que deve liderar, articular e envolver os interesses individuais para o bem comum, é ela própria que garante assim a sua sobrevivência através do desenvolvimento local.

Como afirma Bava (1996, p. 58), é importante assumir que o desenvolvimento local é endógeno, nasce das forças internas da sociedade; ele constitui um todo, com dimensões ecológicas, culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas, sendo que a ação a seu serviço deve integrar todas essas dimensões. Qualidade de vida,

socialização do poder, distribuição de renda e acesso aos serviços públicos e aos benefícios da tecnologia precisam ser considerados de forma integrada.

4 CARACTERIZAÇÃO DE PIRAQUARA

Este capítulo apresenta o município de Piraquara através de uma percepção dos recursos territoriais, desde sua ocupação até o incremento do turismo como alternativa econômica para o município.

O primeiro subcapítulo apresenta de forma sucinta a ocupação do território e sua configuração física. Na sequência, abordam-se as ações políticas e públicas para o incremento da atividade turística na região com base em documentos oficiais do município e do estado do Paraná.

No outro subcapítulo, o tema Turismo em Piraquara traz a apresentação do produto Caminho Trentino Mananciais da Serra, atrativos turísticos de Piraquara classificados de acordo com nomenclatura oficial do Ministério do Turismo.

4.1 OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA

A região onde se localiza o município de Piraquara–PR foi ocupada inicialmente com o objetivo de exploração aurífera, sendo denominada Freguesia de São José dos Pinhais, pois o território pertencia à comarca de São José dos Pinhais, e contava com aproximadamente 24 residências (LOPES, 2008).

A região compreendia inicialmente as terras situadas entre os rios Iraí, Iguaçu, Pequeno e a Serra do Mar. Nos séculos XVII e XVIII a região do atual município de Piraquara foi explorada pelos mineradores, mas o ouro era escasso e logo se exauriu. Os primeiros exploradores vinham de Paranaguá, e passaram a criar gado com a finalidade principal de abastecer aquela cidade (LOPES, 2008).

Em setembro de 1878, com a chegada de imigrantes italianos, foi fundada a colônia Novo Tirol, entre os rios Piraquara e Butiatuva, com 66 lotes rústicos e 86 urbanos, distribuídos a 261 italianos, em maior parte originários do Tirol, região na província de Trento – Itália (LOPES, 2008).

A formação da colônia e o fortalecimento de sua cultura trouxe para Piraquara em 2009 o título de Cidade-irmã — *Gemellaggio*, em italiano — de algumas cidades da província de Trento, com as quais assinou um protocolo de intercâmbio com o objetivo de promover a troca cultural, econômica e tecnológica no setor de agroturismo e serviços ambientais. Esse feito trouxe grande expectativa para o município, em particular aos moradores da Colônia Santa Maria do Novo Tirol. O intercâmbio trouxe

vantagens para a Trento Transforma – Associação Agroecológica - no que diz respeito à aquisição de equipamentos e treinamento para atividades da agroindústria.

A construção da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, que passa pela região, beneficiou o desenvolvimento da localidade, atraindo moradores. A estação ferroviária de Piraquara foi inaugurada em 5 de fevereiro de 1885 e o tráfego regular foi iniciado em 8 do mesmo mês. Na estação Piraquara foi construída uma capela de madeira dedicada ao Senhor Bom Jesus da Cana Verde.

O crescente movimento fez com que em 1885 a localidade se tornasse Freguesia do Senhor Bom Jesus de Piraquara (LOPES, 2008, p. 273). Pelo Decreto Estadual nº 17, de 10 de janeiro de 1890, Piraquara foi elevada à categoria de Vila (Vila de Piraquara). Em 29 de janeiro de 1890 foi instalado o novo município, que passou a denominar-se Deodoro, em homenagem ao Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, proclamador da República e então Chefe do Governo Provisório do Brasil. No dia 10 de abril de 1929, pela Lei nº 2.645, a denominação oficial do município mudou de Deodoro para Piraquara (PREFEITURA, 2017).

O território de Piraquara é composto em grande parte por mananciais e áreas de proteção ambiental. Essa característica limita a diversificação das atividades produtivas, tanto para não comprometer a qualidade da água, como para o ordenamento espacial no território. Isso interfere diretamente no crescimento econômico e social do município (TESSEROLLI, 2008).

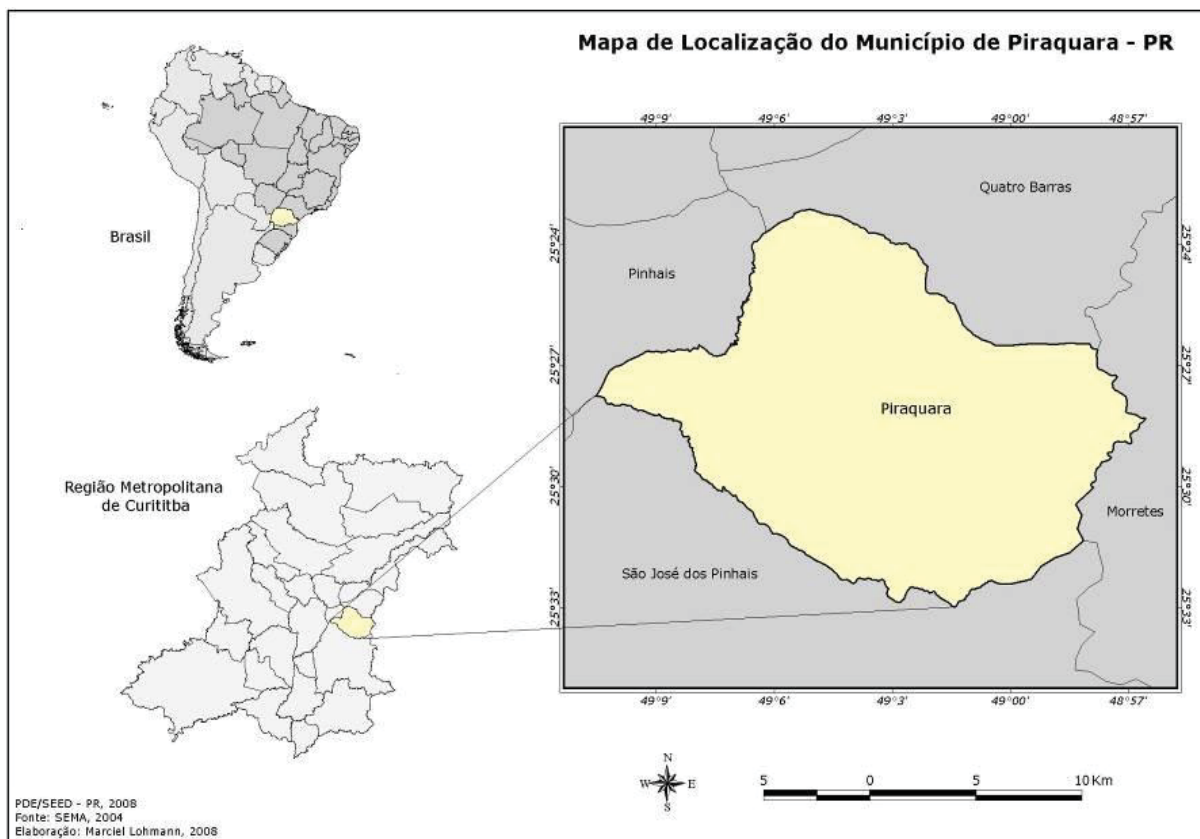
De acordo com Alves, “o município possui características significativas para o desenvolvimento da região, não só por ser o maior fornecedor de água dos municípios próximos, como também pelo crescimento populacional de famílias que se instalam pelo baixo custo de vida” (2008, p. 12) e que trabalham em Curitiba e outras cidades no entorno, caracterizando assim um movimento pendular. Essas características físicas de Piraquara resultaram na busca por atividades econômicas de baixo impacto ambiental.

Tesseroli destaca que

(...)“o antigo território de Piraquara abrangia também as cidades de Quatro Barras e Pinhais desmembradas em 1961 e 1992 respectivamente”. A saída de Pinhais impactou negativamente, pois representava “21% de seu território e 71% de sua população [...], era a parte mais ativa economicamente com várias indústrias e geradora de empregos e renda” (TESSEROLLI, 2008, p. 3).

Piraquara, município da Região Metropolitana de Curitiba, encontra-se situada nas encostas da Serra do Mar, e apresenta limites com os municípios de Quatro Barras, Morretes, São José dos Pinhais e Pinhais (IPARDES, 2017), conforme demonstrado na Figura 1.

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE PIRAQUARA



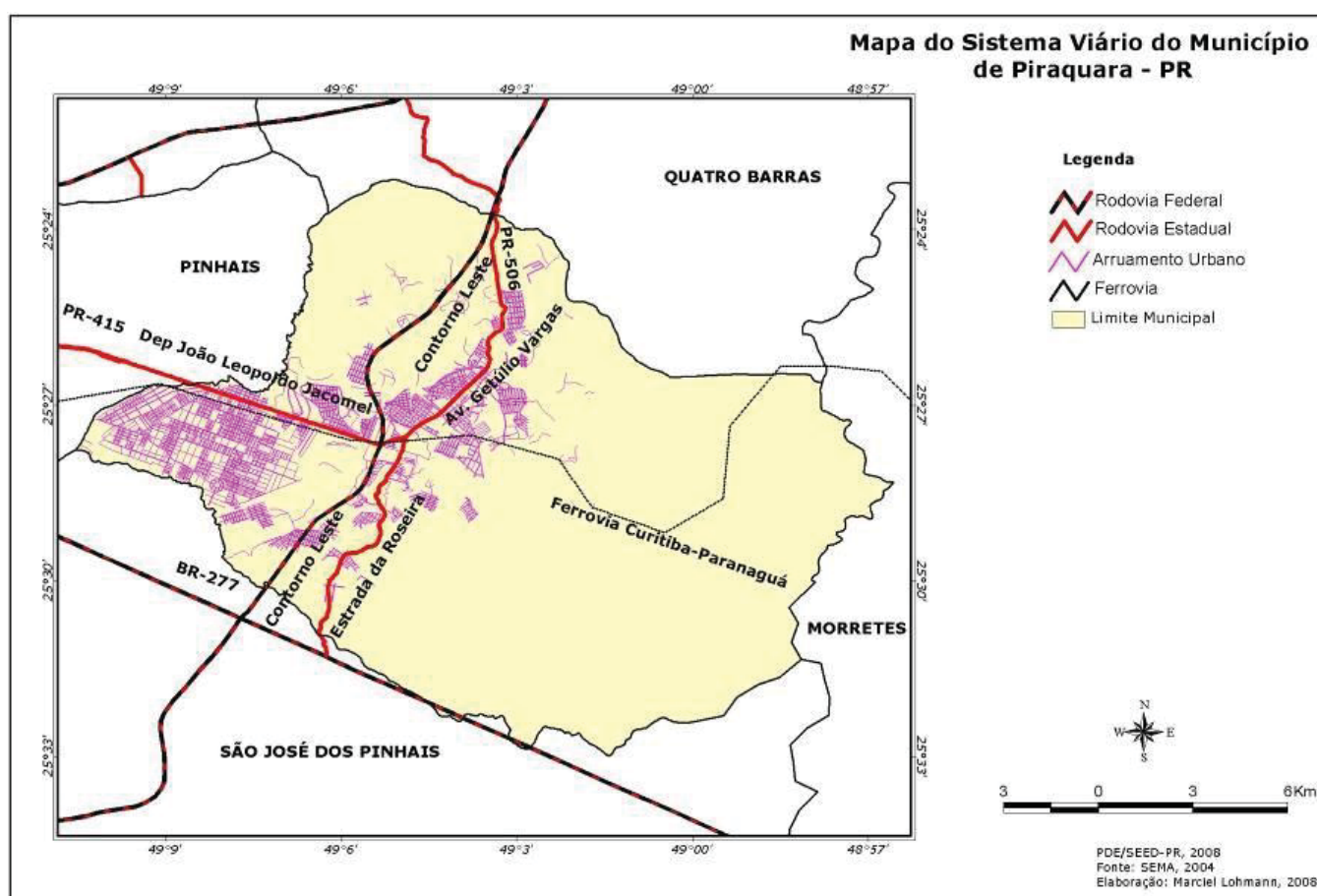
Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA, 2004). Compilado do Atlas Geográfico de Piraquara (TESSEROLLI, 2008).

A área territorial de Piraquara é de 225.12 km² segundo o Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG-PR) (2018). A distância até a capital, Curitiba, é de aproximadamente 22 quilômetros, de acordo com a Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná (SEIL) (2018). A posição geográfica é de 905 metros acima do nível do mar. O município apresenta uma população de 93.207 habitantes, distribuídos entre a área urbana (45.738 habitantes) e área rural (47.469 habitantes). (IBGE, 2010; IPARDES, 2017).

As principais vias de acesso são a PR 415 (Rodovia do Encanamento – Avenida deputado João Leopoldo Jacomet), a PR 506 (Rodovia Antônio Alceu Zielonka, que liga o município a Quatro Barras), a Estrada da Roseira (Rua Wagner

Luíz Boscardim, que liga a PR 415 ao município de São José dos Pinhais), e a ligação ferroviária Curitiba-Paranaguá, que atravessa o município no sentido Leste-Oeste. Esta estrada de ferro tem paradas nas estações de Piraquara e Roça Nova, situadas dentro do município de Piraquara (TESSEROLLI, 2008). A Figura 2 representa a visualização dos acessos.

FIGURA 2 - MAPA DOS ACESSOS A PIRAQUARA



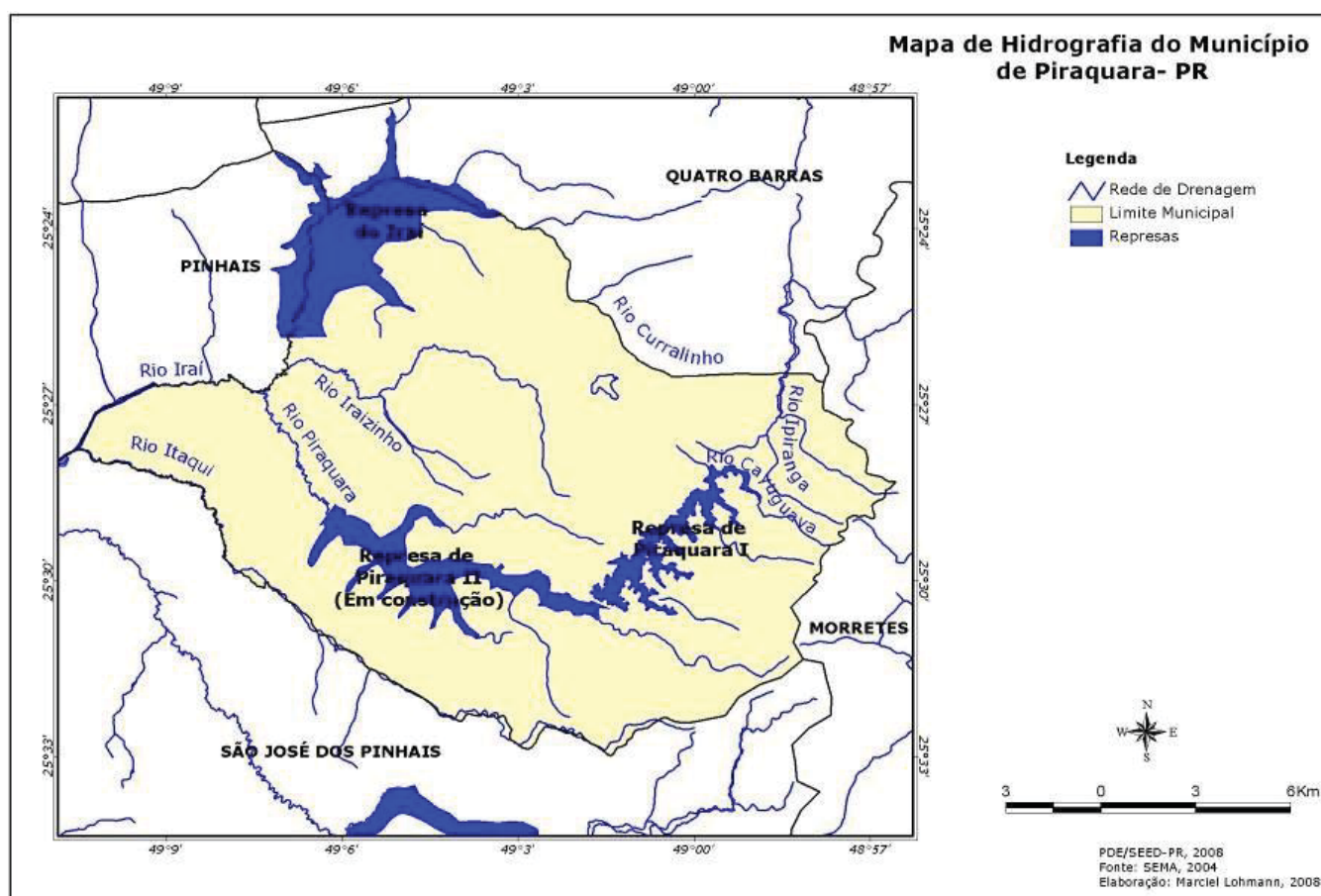
Fonte: SEMA (2004), compilado do Atlas Geográfico de Piraquara (TESSEROLLI, 2008).

A região é conhecida pelo seu potencial hídrico, em sua extensão encontram-se mananciais que abastecem Curitiba e os municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), além da existência de nascentes do rio Iguaçu. Devido a essa característica física, em Piraquara encontram-se as Barragens do rio Cayuguava ou Piraquara I, Barragem do Iraí e Barragem Piraquara II (TESSEROLLI, 2008). A figura 3 representa o sistema hídrico do município de Piraquara. Grande parte do território está enquadrado em áreas de proteção ambiental, o que regula e restringe as

atividades econômicas. Em contrapartida, o município recebe o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico (IPARDES, 2017):

No Estado do Paraná, a Lei complementar nº 59, de 1991, também conhecida como Lei do ICMS Ecológico, estabelece que um percentual de 5% do ICMS estadual seja dividido proporcionalmente entre os municípios que abriguem em seu território unidades de conservação ambiental, ou sejam influenciados por elas, ou aqueles que contêm mananciais de abastecimento público. Deste percentual, 50% são destinados para os municípios com mananciais de abastecimento público e 50% para aqueles com Unidades de conservação. (TESSEROLLI, 2008, p. 14).

FIGURA 3 - MAPA HIDROGRAFIA DE PIRAQUARA



Fonte: SEMA (2004), compilado do Atlas Geográfico de Piraquara (TESSEROLLI, 2008).

Contando com 75% do território inserido em áreas de preservação ambiental (TESSEROLLI, 2008, p. 5), o município

[...] é responsável por mais de 50% do abastecimento de água da grande Curitiba. Este é a principal vocação do município em função da grande quantidade de mananciais de águas puras que compõe o seu solo. Possui várias áreas de proteção ambiental entre elas o Pico do Marumbi, Parque

Estadual da Serra da Baitaca, Bacia do Iraí, do Piraquara e do Itaqui (JESUS, 2010, p. 45).

Logo, observa-se que no território de Piraquara os recursos territoriais naturais são bem significativos, e que a delimitação e proteção deles tem como objetivo principal a manutenção e preservação da qualidade da água que abastece não só o município, mas também a capital Curitiba.

Consequentemente, a maior riqueza natural do território, a água, é também um grande limitador da exploração econômica. Por isso, em 1996 foi criada a Área de Proteção Ambiental do Piraquara, pelo Decreto nº 1.754, de 6 de maio. O Decreto nº 6.706, de 9 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial estadual do dia seguinte aprovava o Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental do Piraquara, denominada APA Estadual do Piraquara.

O território de Piraquara foi então classificado em zonas e áreas de acordo com a proximidade dos mananciais e represas, com os objetivos de:

“[...] II - assegurar as condições essenciais à conservação do manancial destinado ao abastecimento público; e III - incentivar e compatibilizar os instrumentos que propiciem o uso e ocupação do solo de forma adequada à conservação do manancial.”

A nomenclatura das quatro áreas principais, com os parâmetros de uso e ocupação do solo, ficou assim definida:

I - ÁREAS DE URBANIZAÇÃO CONSOLIDADA são as áreas de interesse de consolidação da ocupação urbana existente, que deverão ser objeto de ações intensivas de saneamento e recuperação das condições ambientais.

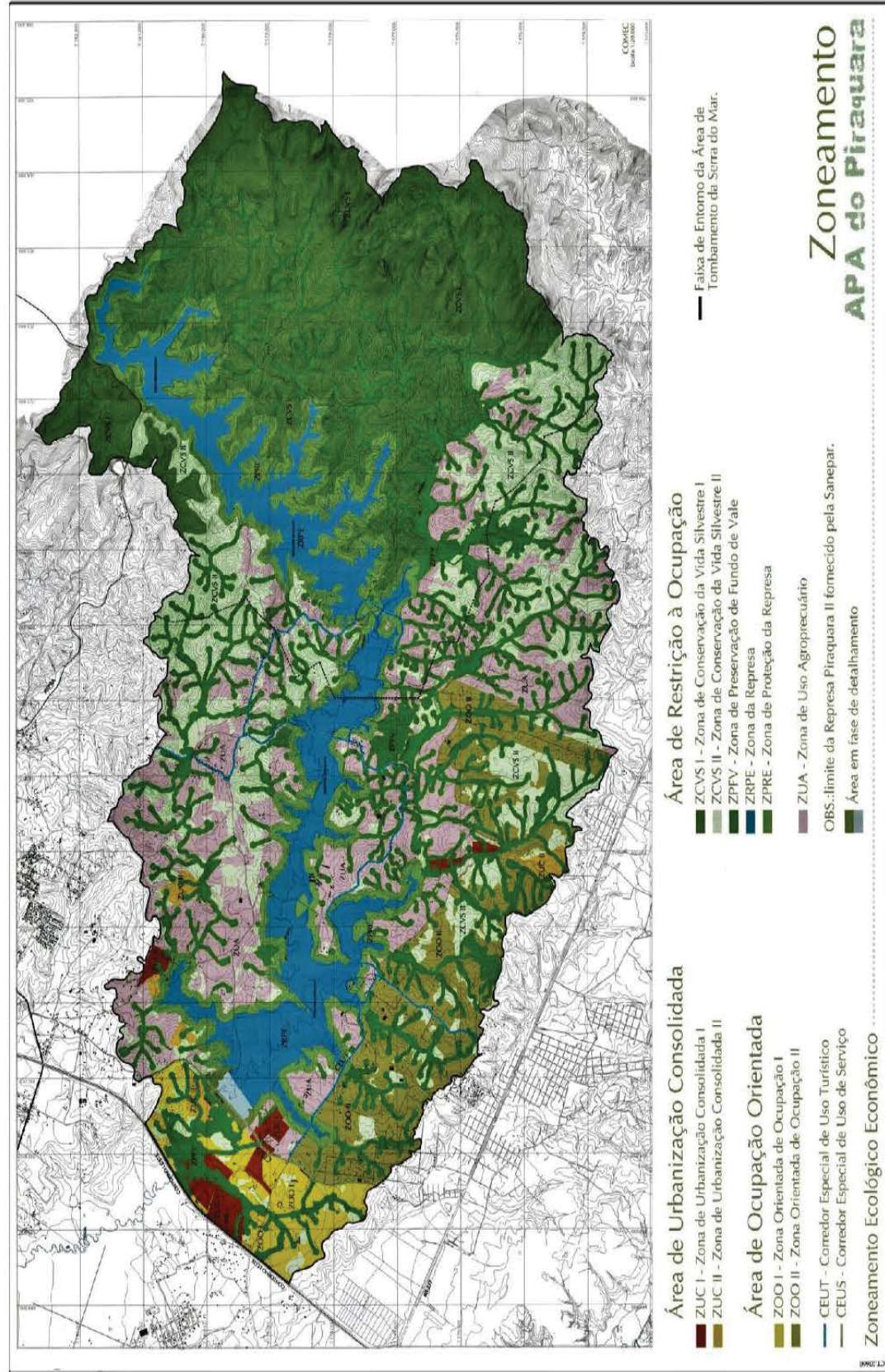
II - ÁREAS DE OCUPAÇÃO ORIENTADA são áreas de transição entre as atividades rurais e urbanas, sujeitas à pressão de ocupação, e que exigem a intervenção do poder público no sentido de minimizar os efeitos poluidores sobre os mananciais.

III - ÁREAS DE RESTRIÇÃO À OCUPAÇÃO são áreas de interesse à preservação, com o objetivo de promover a recuperação e a conservação dos recursos naturais, assegurando a manutenção da biodiversidade e a conservação dos ecossistemas.

IV - ÁREAS RURAIS são as áreas destinadas à produção agrossilvopastoril, definidas no Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Piraquara como ZUA – Zona de Uso Agropecuário, que compreende os espaços aptos ao manejo florestal, agrícola e pecuário. (DECRETO nº 6.706, 2002).

Com esse contexto, o mapa da figura 4, apresenta o zoneamento da APA de Piraquara, e a caracterização das áreas delimitadas de acordo com o uso e ocupação, além das possibilidades de manejo.

FIGURA 4 - MAPA DE ZONEAMENTO DA APA DE PIRAQUARA



FONTE: <http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>

O Decreto discriminava, ainda, as implantações econômicas terminantemente proibidas e as ações proibidas na área que compreende a APA Piraquara:

Art. 7º. Na APA Estadual do Piraquara é terminantemente proibido a implantação de:

I - frigoríficos; II - matadouros; III - curtumes; IV - indústria de refino de açúcar; V - indústria de extração e refino de óleos vegetais; VI - indústria de fermento e leveduras; VII - fecularias; VIII - lavanderias industriais; IX - indústrias têxteis; X - tinturarias industriais; XI - indústrias de pilhas, baterias e outros acumuladores; XII - indústria de preservantes de madeira; XIII - indústria de fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada ou compensada; XIV - indústria metalúrgica; XV - indústria mecânica; XVI - indústria de material de transporte; XVII - indústria de papel e celulose; XVIII - indústria de borracha; XIX - indústrias químicas em geral; XX - atividades de destinação de resíduos urbanos e industriais; XXI - depósitos de agrotóxicos e de produtos químicos perigosos para comércio atacadista; e XXII - postos de abastecimento e serviços.

Art. 8º. Na APA Estadual do Piraquara são proibidos:

I - o descarte de resíduos sólidos no entorno do lago, bem como no espelho d'água, estando o infrator sujeito às sanções legais cabíveis; II - as edificações na faixa de 15 m (quinze metros) além da faixa de domínio do Contorno Leste e PR-506; III - a construção de edificações na faixa de 100,00 m, contados a partir da cota máxima de inundação das represas Piraquara I e Piraquara II, ressalvadas as construções e equipamentos já implantados, até a data de aprovação deste zoneamento, que deverão ser analisados caso a caso, de acordo com o Plano de Uso do Entorno, aprovado pelo IAP, após ouvido o Conselho da APA do Piraquara; e IV - a implantação de cemitérios, ressalvado o disposto no inciso II, do art. 11 deste Decreto.

Art. 9º. Na Zona de Preservação da Represa, na Zona de Preservação de Fundo de Vale e nas Zonas de Conservação da Vida Silvestre I e II são proibidos:

I - todos os usos que promovam alteração da composição florística, natural ou em seus extratos de desenvolvimento; II - criação de barreiras artificiais internas, tais como cercas e muros, que não possuam espaços adequados para a passagem de animais silvestres; III - corte, exploração e supressão da vegetação primária ou em estágio de regeneração, ressalvadas as disposições legais pertinentes; e IV - o uso de fogo como elemento de manejo, ressalvadas as disposições legais pertinentes. Parágrafo único. Os espaços para passagem de animais silvestres, referidos no inciso II deste artigo, deverão seguir a orientação do órgão ambiental competente.

Art. 10. É proibido o uso de agrotóxicos e de outros biocidas que por sua natureza possam comprometer a qualidade ambiental do solo, da água e do ar. (Decreto nº 6.706, de 9 de dezembro de 2002).

Essa orientação do Decreto mencionado exemplifica e demonstra as limitações econômicas do município. O mesmo documento legal menciona, porém, o turismo como uma alternativa quando estabelece que há uma Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi, já delimitada pela Lei nº 7.919, de 22 de outubro de 1984, e de acordo com os artigos 20 e 21 do Decreto nº 6.706, de 9 de dezembro de 2002, orientando a exploração do turismo juntamente com atividades agropastoris:

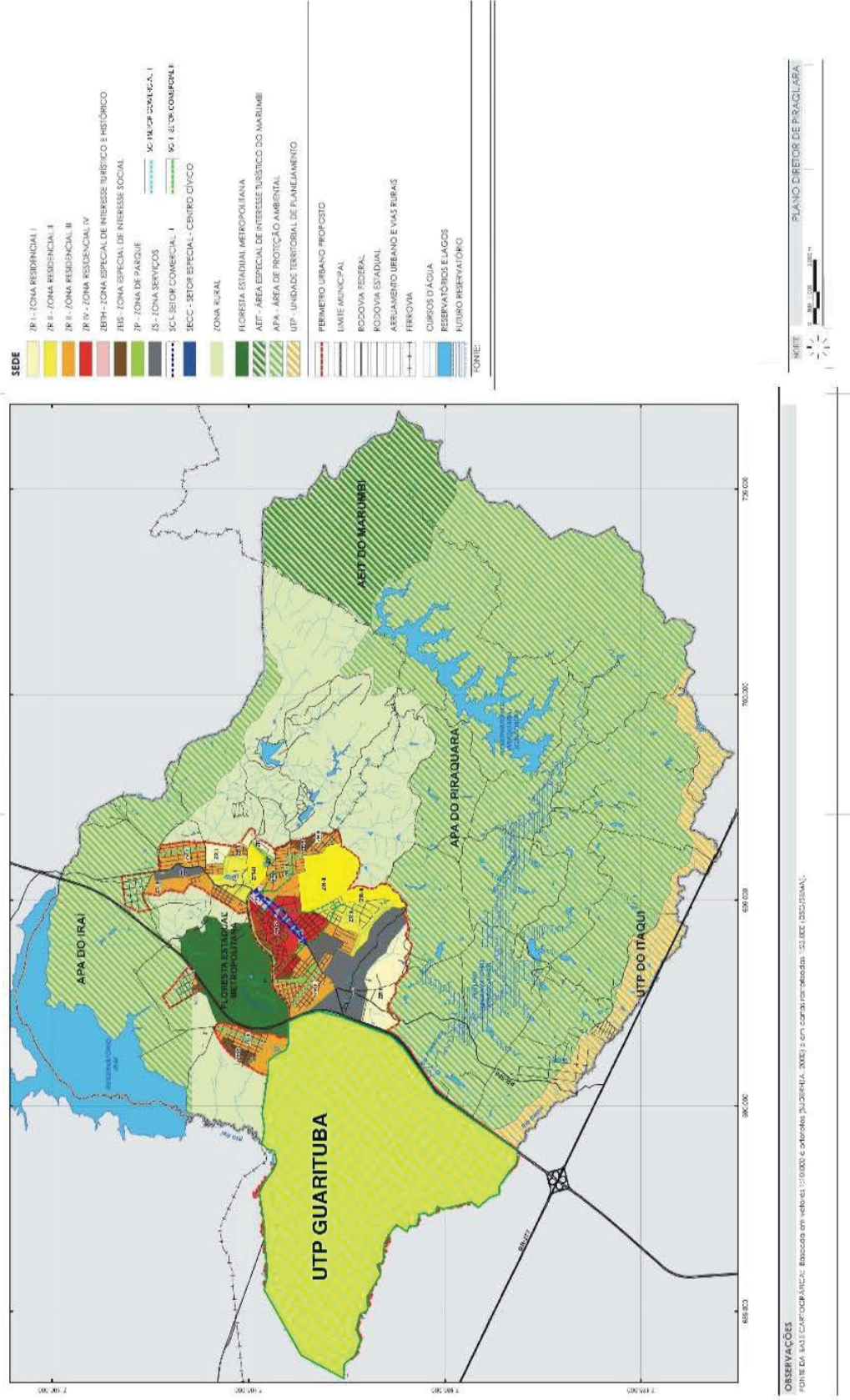
Art. 20. As atividades agrossilvopastoris e de turismo deverão atender, respectivamente:

I - a implementação das atividades agrossilvopastoris existentes, bem como a implantação de novas atividades deverão seguir a orientação de plano próprio de manejo; e II - as atividades de turismo ecológico, rural e étnico deverão estar compatibilizadas às ações ambientais, tais como: tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos, de efluentes líquidos sanitários, além das atividades de educação ambiental.

Art. 21. No que se refere à Área de Tombamento da Serra do Mar, a implantação de novas atividades, no trecho da Área de Tombamento da Serra do Mar, que coincide com a Zona de Conservação da Vida Silvestre I, bem como a implantação de novas atividades, tendo em vista o objetivo de proteção do entorno da Área de Tombamento da Serra do Mar, numa faixa de mil metros externa ao seu perímetro, deverá seguir a orientação da Secretaria de Estado da Cultura, através da unidade administrativa competente, bem como do órgão ambiental estadual.

O uso e a ocupação do solo de Piraquara são orientados pela Lei nº 911/2007, que divide a área urbana de acordo com perímetro residencial e comercial, obedecendo a critérios ambientais estabelecidos para edificações e exploração econômica, como mostra a Figura 5.

FIGURA 5 - MAPA DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM PIRAQUARA



FONTE: [http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/meioambiente/uploadAddress/zoneamento\[328\].pdf](http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/meioambiente/uploadAddress/zoneamento[328].pdf) (2018).

Portanto, tem-se que o uso e ocupação do solo de Piraquara conta com uma legislação para a promoção da preservação ambiental, que orienta a distribuição espacial com o objetivo de controlar impactos ambientais para garantir a qualidade da água dos mananciais presentes no território.

Contudo o bairro Guarituba, objeto da unidade territorial de planejamento é um exemplo de problema social e econômico. O bairro é resultado de uma ocupação inicialmente irregular, em uma área de manancial. O uso predominante da área é habitacional com alguns pontos de comércio. A população formou-se a partir de invasões e assentamentos que foram sendo regularizados ao longo dos anos, através de projetos de urbanização e ocupação do solo. No entanto, ainda apresenta ruas não pavimentadas, construções irregulares e uma grande concentração populacional de baixa renda; como consequência, alto índice de violência.

Assim, a economia do município apresenta-se de forma ordenada e controlada, porém pouco diversificada. Para compreender o desenvolvimento econômico os referenciais básicos são: PIB *per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Esses dois índices apontam, ainda que de forma superficial, o nível de desenvolvimento de uma região, utilizando-se de variáveis como produção de bens e serviços, saúde, educação e trabalho.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (2019), de forma geral o município apresentava em 2016 um PIB *per capita* de R\$ 10.678,89, colocando Piraquara em 55º lugar se comparado com os demais municípios paranaenses. O PIB é um indicador econômico que demonstra o desempenho econômico através da soma de todos os bens e serviços produzidos no período mensurado (anual) dividido pelo número populacional da região. Por isso, não pode ser utilizado isoladamente para caracterizar o desenvolvimento local de uma região, pois, além de medir somente a produção final de bens e serviços, sabe-se que a distribuição do resultado da produção não é equânime para a população, bem como exclui índices sociais, culturais e ambientais. Portanto, torna-se apenas um referencial para verificar o desenvolvimento econômico da região.

Neste contexto, com o objetivo de acompanhar as atividades existentes em Piraquara, relacionando com número de empregos gerados e pessoas efetivamente empregadas, apresenta-se nas tabelas abaixo os dados do IPARDES (2019) sobre as atividades econômicas do município e suas receitas.

TABELA 1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS (RAIS) SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2017

ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETORES E SUBSETORES) DO IBGE(1)	ESTABELECIMENTOS	EMPREGOS
INDÚSTRIA	99	1.102
Extração de minerais	4	55
Transformação	94	1.047
Produtos minerais não metálicos	10	26
Metalurgia	18	54
Mecânica	3	43
Material elétrico e de comunicações	2	1
Material de transporte	3	132
Madeira e mobiliário	11	25
Papel, papelão, editorial e gráfica	9	292
Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares e indústria diversa	5	60
Química, de produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumaria, sabões, velas e matérias plásticas	3	87
Têxtil, do vestuário e artefatos de tecido	6	153
Calçados	-	-
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	24	174
Serviços industriais de utilidade pública	1	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	99	375
COMÉRCIO	390	1.898
Comércio varejista	369	1.720
Comércio atacadista	21	178
SERVIÇOS	281	4.708
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	5	45
Administradora de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar de atividade econômica	66	280
Transportes e comunicações	51	603
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	119	675
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	20	275
Ensino	18	114

Administração Pública Direta e Indireta	2	2.720
AGROPECUÁRIA (agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca)	35	176
ATIVIDADE NÃO ESPECIFICADA OU CLASSIFICADA	-	-
TOTAL	904	8.259

FONTE: MTE/RAIS (2017).

Nota: Posição em 31 de dezembro de 2017. O total das atividades econômicas refere-se à soma dos grandes setores: Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviços; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada.

TABELA 2 - POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2010

ATIVIDADES ECONÔMICAS(1)	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.034
Indústrias extrativas	81
Indústrias de transformação	6.306
Eletricidade e gás	66
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	534
Construção	5.731
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	6.450
Transporte, armazenagem e correio	2.261
Alojamento e alimentação	1.637
Informação e comunicação	635
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	265
Atividades imobiliárias	235
Atividades profissionais, científicas e técnicas	602
Atividades administrativas e serviços complementares	2.350
Administração pública, defesa e seguridade social	2.115
Educação	1.990
Saúde humana e serviços sociais	1.610
Artes, cultura, esporte e recreação	298
Outras atividades de serviços	1.036
Serviços domésticos	3.633
Atividades mal especificadas	2.933
TOTAL	41.804

FONTE: IBGE (Censo Demográfico de 2010). Dados da amostra (1) A classificação da atividade econômica é pela Classificação Nacional de Atividade Econômica Domiciliar (CNAE Domiciliar 2.0).

Pelo demonstrado nas Tabelas 1 e 2, verifica-se uma grande diferença entre o número de empregos gerados, 8.259, e o número de pessoas empregadas, 41.804. Essa diferença ocorre porque o número de empregos gerados é mensurado através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que é um relatório de informações socioeconômicas solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro às pessoas jurídicas e outros empregadores anualmente. Identifica, portanto, apenas os empregos formais. De acordo com os dados apresentados nas tabelas, do total de 41.804 empregados no município, somente 8.259 ocupam empregos formais, demonstrando que 33.545 pessoas estão trabalhando informalmente.

A informalidade é um ponto negativo para o desenvolvimento local, uma vez que resulta em baixas condições e qualidade de trabalho, assim como afasta o cidadão dos direitos e garantias sociais do trabalho.

Segundo Valente (2018), o trabalho informal tem impactos no conjunto da economia, minando a sustentabilidade das empresas, tensionando negativamente a produtividade e afetando as arrecadações dos governos. O autor destaca que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê que a transição para a prevalência da economia formal é uma meta estabelecida na Agenda 2030 pelo Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Este é um objetivo estratégico da organização na promoção do trabalho decente (VALENTE, 2018).

Confrontando as tabelas verifica-se que a indústria, setor da economia que mais gera empregos, em Piraquara perde para o setor de serviços, no que diz respeito à geração de empregos formais. Esse fato se explica pela pouca diversificação da indústria local devido às restrições para instalação de indústrias no território.

Em contrapartida, o município beneficia-se do ICMS ecológico e da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) de areia e rocha para a brita, como demonstram as Tabelas 3 e 4.

Tabela 3 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO MINERAL (CFEM) – 2017

INFORMAÇÃO	VALOR (R\$ 1,00)
Arrecadação da CFEM (1)	103.868,88
Distribuição da CFEM (2)	71.307,30

FONTE: DNPM (2018).

Nota: Estabelecida pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 20, § 1º, a CFEM é devida aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios.

(1) É calculada sobre o valor do faturamento líquido, quando o produto mineral for vendido, ou seja, é o valor de venda do produto mineral, deduzindo os tributos, as despesas com transporte e seguro que incidem no ato da comercialização. E, quando não ocorre a venda porque o produto foi consumido, transformado ou utilizado pelo próprio minerador, o valor da CFEM é baseado na soma das despesas diretas e indiretas ocorridas até o momento da utilização do produto mineral.

(2) Os valores arrecadados devem ser distribuídos na seguinte proporção, conforme Lei nº 8.001, de 13/3/1990, com nova redação dada pela Lei nº 9.993, de 24/7/2000: 65% para o(s) município(s); 23% para o(s) Estado(s) e/ou Distrito Federal; 10% para o Ministério de Minas e Energia, repassados integralmente ao DNPM; e 2% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

TABELA 4 - RECURSO DO ICMS ECOLÓGICO REPASSADO AOS MUNICÍPIOS – 2017

ICMS ECOLÓGICO	VALOR (R\$ 1,00)
Fator ambiental – Unidades de Conservação	736.015,61
Fator Ambiental – Mananciais de Abastecimento	22.817.242,20
TOTAL	23.607.257,81

FONTE: SEFA-PR (2018).

Nota: A partir de 2015 a fonte passou a disponibilizar os dados brutos. As deduções de 20% para FUNDEB foram calculadas pelo IPARDES.

O ICMS Ecológico é um repasse financeiro aos municípios que têm unidades de conservação, áreas protegidas ou mananciais. É uma forma de compensação financeira pela limitação da exploração econômica do território. Do total do ICMS arrecadado pelo Estado, 5% é destinado aos municípios proporcionalmente ao total de sua área protegida (IAP, 2019).

De acordo com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP-PR), estes 5% são destinados aos municípios, conforme a Lei nº 9.491/90 e a Lei Complementar nº 59/91, da seguinte maneira: 50% para Municípios que tenham em seu território Mananciais de Abastecimento, cuja água se destina ao abastecimento da população de outro município; e 50% para Municípios que tenham integrados em seu território Unidades

de Conservação, Áreas de Terras Indígenas, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Faxinais, Reservas Florestais Legais. Essa forma de compensação aos municípios tem por objetivo incentivar a preservação ambiental, o que traz benefícios tanto ao meio ambiente quanto à comunidade como um todo.

Piraquara apresenta em grande parte do território áreas de proteção ambiental e mananciais, como também terra destinada aos indígenas de origem guarani, a aldeia Araçá-Í. O repasse do ICMS ecológico é de grande importância para as finanças do município, mas geralmente ele não é distribuído de forma equânime, pois a lei não discrimina com exatidão no que o valor financeiro deve ser aplicado.

Não são apenas os dados relacionados a produção de bens e serviços suficientes para verificar o desenvolvimento local. Essa investigação abrange variáveis econômicas, sociais, ambientais e culturais, por isso outros elementos devem ser considerados para discorrer sobre um panorama do município; entre eles está o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Esse índice avalia longevidade, educação e renda e varia de 0 a 1. Quanto mais perto do 1, melhor o desempenho. Piraquara possui um IDHM de 0,7. Assim, se comparado Piraquara com o Brasil, que possui 0,759 (PNUD 2018/2017), o município está dentro da média brasileira de desenvolvimento humano.

Por esse dado nota-se que o município apresenta nível de desenvolvimento humano satisfatório. Entretanto, também esse índice é insuficiente para avaliar o desenvolvimento local, uma vez que analisa variáveis de forma isolada, não relacionando com todos os aspectos que contemplam a qualidade de vida: econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos. O IDHM fornece um panorama geral no que diz respeito a saúde, educação e renda. Mas é de conhecimento geral que não há distribuição igualitária de renda, tampouco condições iguais de acesso a saúde e educação.

Essa percepção se confirma pelos dados apresentados sobre a educação, por exemplo. O relatório 2019 do IPARDES demonstra que Piraquara não conta com instituição de ensino superior que atenda a população de Piraquara. No município há um campus da Universidade Federal do Paraná, que não atende a população local, pois não há oferta de cursos superior de graduação e pós-graduação, por exemplo. Colégios da rede pública que ofertam Ensino Médio são apenas 9 (IPARDES, 2019), e não há oferta de Ensino Técnico Profissionalizante na rede pública. Portanto, o

acesso à educação é limitado àqueles que podem se deslocar até os municípios vizinhos para completar seus estudos.

As questões culturais e políticas não são alcançadas pelo IDHM, mas podem ser avaliadas pelo engajamento em associações e pela participação popular nas ações implementadas pelo poder público. Além disso, podem ser analisadas estudando a utilização dos equipamentos culturais que existem no município para uso da população. De acordo com o IPARDES (2019), Piraquara conta com 10 equipamentos culturais, sendo eles discriminados como: auditório (4), biblioteca (1), sala de exposição (1), teatro (1) e outros espaços (3), incluídos aqui o Centro da Juventude e o Centro de Artes e Esportes Unificados (CEUs); escola de arte; escola de dança; escola de música - conservatório de música; espaço para eventos; palco ao ar livre e/ou palco de rua.

De acordo com os dados coletados e aqui apresentados, considera-se que Piraquara está em desenvolvimento. Ele ocorre, no entanto, em grande parte pela existência dos recursos territoriais, as Represas do Iraí, Piraquara I e Piraquara II, já que devido à instalação delas, melhorias urbanas foram e estão sendo feitas através de convênio da SANEPAR com a Prefeitura Municipal.

Nota-se que a limitação para instalação de indústrias, que outrora serviu de impedimento ao desenvolvimento econômico, hoje não mais afeta a região, pois, além do ICMS ecológico, tem diversificado a economia através da agricultura familiar e de subsistência, bem como da manutenção de algumas áreas de lazer na zona rural, e pela promoção do ecoturismo e educação ambiental.

A área rural, que compreende o entorno das represas e dos mananciais, tem em sua maior parte propriedades de famílias que administram pequenos negócios. A população dessas áreas vive sob a vigilância do IAP e da SANEPAR, que fiscalizam as atividades e orientam o uso do solo, promovendo ações de educação ambiental, juntamente com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Entre as atividades existentes na área rural destaca-se a pecuária, com criação de gado de leite e corte, suínos e ovinos. Há também apicultura, piscicultura e minhocultura.

Na agricultura ocorre a produção de milho, feijão, fruticultura, olericultura, erva-mate e bracatinga. Na área rural pode ser observada a existência de grandes extensões de terras destinadas a chácaras de lazer (que em grande parte atualmente

atendem aos interesses de uma população de alta renda) e pequenas regiões de mata natural (JESUS, 2010, p. 37). A população da área urbana do município é uma população flutuante, muitos estudam e trabalham nos municípios vizinhos.

Desta forma, a ocupação do território e suas relações estão condicionadas aos municípios vizinhos, que têm uma economia mais diversificada, bem como maior infraestrutura social e cultural.

4.2 AÇÕES GOVERNAMENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TURISMO EM PIRAQUARA

Ao governo local cabe de forma institucional prover meios para o desenvolvimento da localidade, mobilizando e articulando interesses de todos os atores em prol de objetivos comuns, que atendam os anseios da sociedade ali constituída. Essa construção é de caráter permanente e constante e requer a participação de todos.

As propostas de intervenção do município são de ordem da gestão pública, porém não cabem tão somente aos gestores. É necessário fazer um diagnóstico preciso da dinâmica do território, das forças e fraquezas, da cultura e das relações de poder nele inseridas.

Ainda no sentido de identificação das particularidades e articulação entre os atores, é de extrema importância,

O processo de transformação social, as práticas cotidianas de defesa da cidadania, o fortalecimento dos atores sociais coletivos enquanto agentes promotores do desenvolvimento, o processo de descentralização das políticas públicas, o fortalecimento dos municípios enquanto esferas autônomas de governo etc. E isso em um duplo sentido: tais ações articulam iniciativas que permitem uma efetiva melhora na qualidade de vida dos cidadãos, ainda que sejam melhorias de um reduzido impacto social, e são também uma escola de cidadania. (BAVA, 1996, p. 56).

Desse modo, é importante destacar as orientações legais do município para o desenvolvimento local. Piraquara possui um Plano Diretor que contempla como um dos princípios a gestão democrática, participativa e descentralizada, ou seja, a participação de diversos setores da sociedade civil e do governo, como: técnicos da administração municipal e de órgãos públicos, estaduais e federais, pesquisadores das universidades, movimentos populares, representantes de associações de bairros

e de entidades da sociedade civil, além de empresários de vários setores da produção (PIRAQUARA, 2017).

O Plano Diretor de Piraquara destaca no rol de princípios o incentivo ao turismo rural e ecológico no município, devido ao potencial paisagístico e ambiental existente:

VIII: - otimizar o aproveitamento do potencial turístico do Município, a partir do turismo ecológico-rural e da preservação histórica, cultural e ambiental, tendo por metas: a) reforçar os elementos identificadores e diferenciadores do Município que tenham ou possam vir a ter potencial turístico; b) implantar equipamentos de infraestrutura turística; c) estimular a construção da cidadania e o compromisso do cidadão com a sua cidade; d) adotar práticas de comunicação social que evidenciem os atrativos turísticos do Município (PLANO DIRETOR MUNICIPAL, 2006).

O documento normatiza no Art. 29 que o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo, dará prioridade ao turismo como fator estratégico de desenvolvimento econômico e social do Município de Piraquara, de acordo com as seguintes diretrizes:

I - Ordenar e profissionalizar o turismo em áreas naturais de Piraquara, ofertando atividades com maior segurança, garantindo a satisfação do visitante, contribuindo para a conservação dos atrativos naturais com a utilização racional dos recursos disponíveis, gerando renda, fortalecendo a participação e autoestima da comunidade local;

II - Atrair novos investimentos na área do turismo e qualificação dos serviços prestados aumentando o grau de satisfação do cliente, diversificando e divulgando a oferta de serviços turísticos, profissionalizando a atividade turística, e trazendo excelência no atendimento;

III - elaborar e implantar processo de planejamento turístico ordenado, integrado e participativo, contribuindo para a qualidade de vida da comunidade, aumentando o fluxo de visitantes, auxiliando a conservação do patrimônio histórico-cultural-ambiental, arqueológico e natural, diversificando a oferta turística, definindo os segmentos turísticos a serem desenvolvidos no Município, qualificar o setor desenvolvendo a promoção turística, e promover a geração de emprego e renda;

IV - diversificar a oferta de atrativos com o aproveitamento turístico do Centro de Educação Ambiental Mananciais da Serra, promovendo a educação ambiental junto aos visitantes e comunidade em parceria com as demais secretarias e entidades sociais, aumentando a consciência ambiental dos visitantes, sobretudo com relação à água, aumentando a qualidade no atendimento ao visitante e o fluxo de visitação, e fidelização à permanência do visitante, conscientizando a comunidade quanto ao seu papel para o desenvolvimento do turismo, e elevando o grau de satisfação do visitante;

V - facilitar o acesso aos atrativos turísticos do Município, aumentando o fluxo de visitantes, melhorando a orientação no deslocamento dos usuários (visitantes e comunidade) e promovendo maior divulgação dos atrativos turísticos;

VI - promover o aproveitamento turístico da Aldeia Araça-I, gerando renda para a comunidade, criando alternativas para o desenvolvimento e preservação da cultura indígena, melhorando o atendimento ao visitante, viabilizando maior privacidade para a comunidade da aldeia, ofertando oportunidades de divulgação da cultura guarani, seus costumes e seu modo de vida, e regularizando a situação fundiária da aldeia;

- VII - criar um ponto de parada em Piraquara no trecho ferroviário de passageiros Curitiba-Paranaguá, incrementando o turismo local, aumentando o tempo de permanência do visitante, e gerando emprego e renda;
- VIII - reestruturar a atividade turística no Caminho Trentino, diversificar a oferta turística, gerar alternativas de renda para o pequeno produtor rural e aumentar o fluxo de visitantes;
- IX - Gestionar junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente a visitação da Floresta Metropolitana com atividades de lazer com ênfase em educação ambiental, realizando eventos municipais compatíveis com a unidade de conservação, tornando a área mais segura para os visitantes e vizinhança;
- XI - garantir o acesso aos atrativos localizados na área rural, aumentando o fluxo de visitantes, oferecendo maior facilidade no deslocamento dos moradores na área rural, garantindo maior segurança aos usuários, bem como o acesso em áreas naturais, unidades de conservação estadual, federal, públicas e privadas, preservando especialmente a Represa do Carvalho (primeira captação de água de Curitiba), Trilha dos Morros do Canal e Vigia, Barragens do Iraí, Piraquara I e Piraquara II;
- XII - desenvolver atividades de promoção, incentivo, divulgações e elaboração de programas de turismo de maneira continuada.

O Plano Diretor é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (LEI FEDERAL nº 10.257/2001). Portanto, o plano, ao tratar dos aspectos físicos, sociais, culturais e ambientais, estabelece os objetivos para um planejamento que atenda às necessidades da comunidade local para o desenvolvimento, equilibrando a distribuição dos direitos e deveres, riscos e benefícios da exploração dos recursos territoriais.

Analisando o plano diretor é possível detectar a visão política dos gestores e da comunidade, uma vez que ele deve ser feito com a participação da comunidade por meio de audiências públicas.

Pelo Plano Diretor de Piraquara, nota-se que os representantes do município compreendem que o turismo é uma ferramenta de diversificação e dinamização da economia para a população local, já que é salientada a importância da estrutura para efetivação da atividade turística. O texto registra o interesse na articulação com os atores sociais de todas as esferas para o planejamento turístico.

Nota-se a preocupação com os atrativos naturais e as áreas de preservação ambiental, no que diz respeito à utilização como atrativos turísticos. Percebe-se, ainda, o entendimento sobre o resgate do patrimônio cultural e fortalecimento da identidade local através de atividades turísticas.

A organização política para o turismo em determinado território expressa as relações de poder que existem no âmbito regional, pelo nível de articulação existente entre os atores sociais.

O Ministério do Turismo (MTur), por meio do Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2013), propõe a estruturação e promoção do turismo no Brasil de forma regionalizada e descentralizada. O Art. 3º explica que o modelo de gestão adotado pelo Programa está alicerçado na ótica da gestão compartilhada, descentralizada, coordenada e integrada, proporcionando a participação, democratização, consensos e acordos, envolvendo a multiplicidade e diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e sociedade civil organizada. A gestão compartilhada, em nível regional, se concretiza com a criação de instância de governança regional, e no nível municipal, por meio de órgão oficial do turismo e conselho/fórum municipal.

Esse modelo para o planejamento do turismo é reforçado pelo Plano de Turismo do Estado do Paraná 2016/2026, bem como pela cartilha Orientação para Gestão Municipal do Turismo Guia Prático para Dirigentes Públicos Municipais de Turismo (2017), que reitera a importância do fortalecimento das instâncias de governança, bem como da gestão participativa e descentralizada para o fomento do turismo no Paraná, com o objetivo de apoiar o trabalho dos dirigentes públicos municipais de turismo, apresentando informações sobre o planejamento e organização do setor, em seus diferentes níveis, com o intuito de subsidiar suas ações e contribuir para o desenvolvimento dos municípios turísticos e/ou detentores de potencial turístico, buscando de forma mais estratégica o crescimento qualitativo do turismo estadual (PARANÁTURISMO, 2019).

Ainda de acordo com o Ministério do Turismo (2017), um município para integrar o mapa do turismo brasileiro “precisa possuir um órgão responsável pela pasta de turismo, que tenha orçamento para investir no turismo e assinar um termo de compromisso com o Ministério do Turismo. Como também municípios de uma mesma região turística devem possuir características similares e/ou complementares e aspectos que os identifiquem enquanto região.

Assim, numa perspectiva histórica, a partir da instituição do Plano Diretor, em 2006, o município de Piraquara apresentou uma evolução na organização e criação de conselho/fundo municipal como ferramenta para a gestão compartilhada de acordo com o Ministério do Turismo, como apresenta o Quadro 4.

QUADRO 4 – ATOS LEGAIS E NORMATIVOS AO TURISMO EM PIRAQUARA

Ano	Normativa	Nome	Objetivo	Situação
2006	Lei nº 857	Cria o Conselho Municipal de Meio	Orientar, planejar, promover e	Revogada

		Ambiente, Agricultura e Turismo (COMATUR).	desenvolver políticas para o meio ambiente, agricultura e turismo no Município de Piraquara.	
2006	Lei nº 879	Cria o incentivo fiscal a ser concedido para o incremento do turismo no município de Piraquara.	Obter maior incremento no desenvolvimento do turismo, incentivo fiscal para a realização de projetos específicos, a ser concedido a pessoas jurídicas ou físicas, contribuintes tributárias do Município.	Em vigor
2009	Lei nº 1.025	Declara de utilidade pública a "Associação dos produtores agroecológicos e empreendedores de turismo no município de Piraquara - Trento Transforma"	X	Em vigor
2014	Decreto nº 4.307	Nomeia os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo (COMATUR)	X	Em vigor
2014	Lei nº 1.428	Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (COMUDE)	Orientar, planejar, promover e desenvolver políticas para o trabalho, emprego, renda, comércio, indústria, agricultura e turismo no Município de Piraquara.	Em vigor
2017	Lei Ordinária nº 1.769	Cria o Conselho Municipal de Agricultura e Turismo (COATUR) e o Fundo municipal de agricultura e turismo.	Orientar, planejar, promover e desenvolver políticas para agricultura e turismo no município de Piraquara.	Em vigor
2019	Decreto nº 7.331	Convoca a I Conferência Municipal de Agricultura e	Fortalecer a participação democrática no âmbito da	Em vigor

		Turismo; constitui e nomeia a Comissão de Organização da I Conferência Municipal de Agricultura e Turismo.	agricultura e do turismo e estabelecer diretrizes de aprimoramento destas áreas sendo também responsável pelo processo de instituição, por meio de eleição e posse dos membros, do Conselho Municipal de Agricultura e Turismo (COATUR).	
2019	Decreto nº 7.385	Nomeia o Presidente do Conselho Municipal de Agricultura e Turismo (COATUR).	Nomear Fabiano Monteiro dos Santos como presidente do Conselho Municipal de Agricultura e Turismo (COATUR) para a gestão 2019.	Em vigor

Fonte: A autora (2019), com dados disponíveis em:
<https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/piraquara?q=conselho+de+turismo&page=1>

O Quadro 4 demonstra que a articulação entre público, privado e sociedade civil está em vigor através da criação de instâncias representativas como conselhos municipais e escolha de seus membros, atuando para o incremento do desenvolvimento do turismo. Entretanto, fica claro que o turismo é uma atividade ora atrelada ao meio ambiente, ora à agricultura, resultado de uma visão transversal do turismo, embora ele esteja sempre presente como alternativa econômica para desenvolvimento local.

De acordo com o mapa do turismo brasileiro e a política de regionalização do turismo, Piraquara integra o produto Rotas do Pinhão, juntamente com mais 19 municípios, e pertence a categoria D.

A categorização dos municípios objetiva identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro (MTUR, 2017). As categorias variam entre A, B, C, D, E. Sendo que classificação A corresponde a município com elevados índices de empregos gerados por meio do turismo além de meios de hospedagem consolidados. Enquanto que E representa

municípios que ainda não tem dados significativos da geração de emprego e renda por meio do turismo.

No âmbito municipal, o Turismo em Piraquara integra a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, como um departamento dela, e seu objetivo é fomentar o roteiro Caminho Trentino dos Mananciais da Serra e seus atrativos. Para isso o Departamento de Turismo desenvolve as seguintes atividades:

- Informações turísticas;
- Agendamento e acompanhamento de visitas aos atrativos do município;
- Organização e realização de atividades turísticas sustentáveis;
- Organização e realização de eventos;
- Divulgação do município em nível nacional. (PREFEITURA, 2019).

Para o poder público municipal, o turismo é entendido como ferramenta de desenvolvimento econômico, com caráter de agente de diversificação da economia na região, aliado ao meio ambiente e à agricultura. Assim sendo, procura viabilizar ações que promovem o Caminho Trentino dos Mananciais da Serra como produto turístico local, e atividades que se relacionem com o turismo rural, ecoturismo e turismo de aventura.

4.3 POTENCIAL DO TURISMO EM PIRAQUARA

Piraquara tem como principal atrativo o patrimônio natural, representado por paisagens compostas pela Serra do Mar, a oeste do município, e por rios e lagos que, com a estrutura das represas Piraquara I e Piraquara II, propiciam contato direto com a natureza e suas riquezas.

O patrimônio cultural é representado pelas antigas construções da vila dos operários da estação ferroviária e pela Igreja Matriz. E na área rural do município encontram-se a Colônia Trentina Santa Maria do Novo Tirol — a única no Brasil com italianos oriundos do Tirol, na Itália, — e a Aldeia Indígena Karuguá (Araça-í).

Na área rural existem propriedades que atendem visitantes para prática do lazer, cavalgadas e esportes como ciclismo, caminhadas e escaladas. Esse patrimônio diversificado e as limitações de exploração econômica do município fizeram surgir projetos para valorização e aproveitamento do patrimônio como atrativo

turístico, com o objetivo de desenvolver o turismo como alternativa econômica para a região.

Entende-se por atrativo turístico todo recurso natural ou cultural capaz de atrair e despertar a atenção de visitantes, motivando o deslocamento. Segundo Beni (2006), é “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los”. Lohmann e Panosso Netto (2008) comentam que podem ser atrativos naturais, histórico-culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas, acontecimentos programados.

Os atrativos turísticos, de acordo com a nomenclatura oficial do Ministério do Turismo, discriminados no Inventário Turístico (INVTUR) 2011 classificam-se em: atrativos naturais, atrativos culturais, atividades econômicas, realizações técnicas científicas contemporâneas e eventos programados. Seguindo esta metodologia, foram classificados os atrativos de Piraquara conforme apresenta o Quadro 5.

QUADRO 5 – CLASSIFICAÇÃO DOS ATRATIVOS E PIRAQUARA DE ACORDO COM O INVTUR 2011

CATEGORIA	TIPO	SUTIPO	ATRATIVO	
Naturais	Relevo Continental	Morro	Morro do Canal	
			Morro do Vigia	
	Hidrografia	Serra	Serra do Mar	
		Rio	Rio Piraquara	
			Iraí	
			Iraizinho	
			Do meio	
			Itaqui	
			Nascentes do Rio Iguaçu	
		Mananciais	Altíssimo Iguaçu	
Unidades de Conservação e similares	APA	Piraquara		
	AEIT	Marumbi		
Culturais		Floresta	Estadual Metropolitana/Mata Atlântica	
	Conjunto arquitetônico	Ferrovário	Antiga estação ferroviária	
	Comunidades Tradicionais	Indígena	Aldeia Araça-í	
		Imigração	Colônia Santa Maria do Novo Tirol	
	Lugares de referência à memória	Referencial para narrativa	Monumento em homenagem à colonização italiana	
	Arquitetura religiosa	Igreja	Parque Trentino	
			Paróquia Senhor Bom Jesus dos Passos	
			Nossa Senhora da Conceição	
	Arquitetura industrial	Fábrica	Vila de processamento Trento Transforma	
	Marcos históricos	Relativos a festas e rituais	aniversário do Município	
	Obras de Infraestrutura	Caixa d'água	Reservatório do carvalho	
		Barragem/represa		Cayguava - Piraquara I
				Piraquara II
				Iraí

Eventos programados		Estrutura ferroviária	Túnel Roça Nova
			Estação ferroviária
			Casas de operários
			Mirante SANEPAR
			CEAM
	Encontros temáticos	Integrados a paisagem	Caiacada e remada
			Pedalzinho de 2ª feira
			Pedalando e conhecendo Piraquara
			Cavalgadas
			Caminhada Internacional na natureza
	Festas e celebrações	Popular	Caminhada noturna
			Festa Trentina

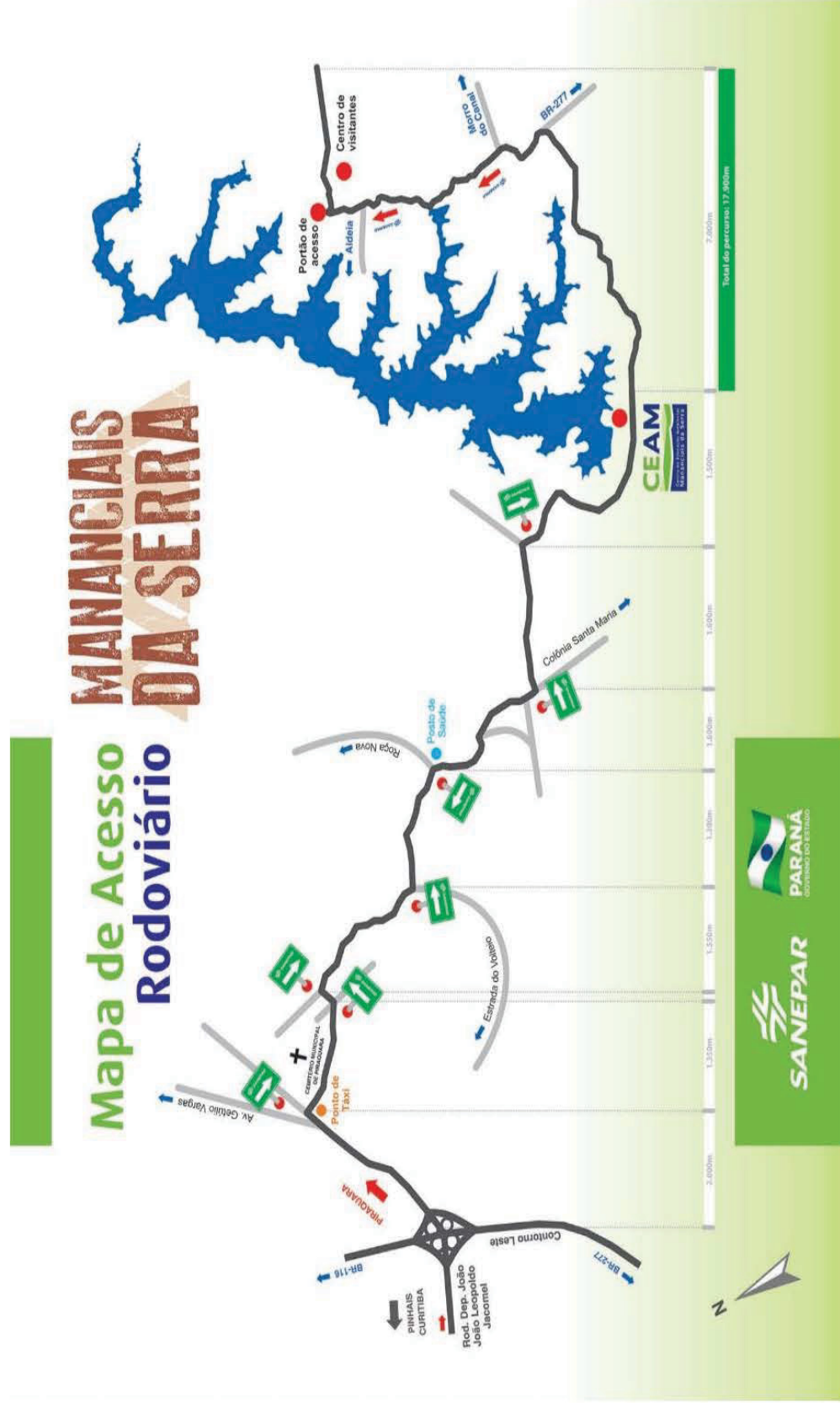
Fonte: A autora (2019), com dados disponíveis em: http://inventario.turismo.gov.br/invtur/downloads/formularios/inventariacao_da_oferta_turistica.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

A lista de atrativos turísticos de Piraquara apresentada no Quadro 5 mostra que a maior parte se enquadra na categoria atrativos naturais, somando-se a eles a beleza cênica e paisagística, que contribuem para o fomento do turismo na região.

A Serra do Mar, limite natural de Piraquara, apresenta uma cobertura vegetal predominantemente florestal, é composta, dentre outras áreas, pela Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi, da qual, em Piraquara, é possível visitar o Morro do Canal e o Morro do Vigia, que pertencem ao complexo do Marumbi. O acesso é pelo Sítio do Seu Zezinho, que possui infraestrutura como estacionamento, alimentação, banheiros, área para camping e segurança para os visitantes.

Os mananciais do Altíssimo Iguaçu, também chamados Mananciais da Serra, e os rios que percorrem o município de Piraquara originaram as represas Piraquara I e Piraquara II, que contam com infraestrutura para receber visitantes e realizar atividades de educação ambiental, no chamado Centro de Educação Ambiental (CEAM) mantido pela Sanepar, realizar trilhas e, ainda, visitar outro atrativo, o Reservatório do Carvalho. A estrutura do CEAM conta com estacionamento, banheiros, guiamento sobre trilhas que contornam as represas, bem como um mirante, como mostra a Figura 6.

FIGURA 6 - LOCALIZAÇÃO MANANCIAIS DA SERRA

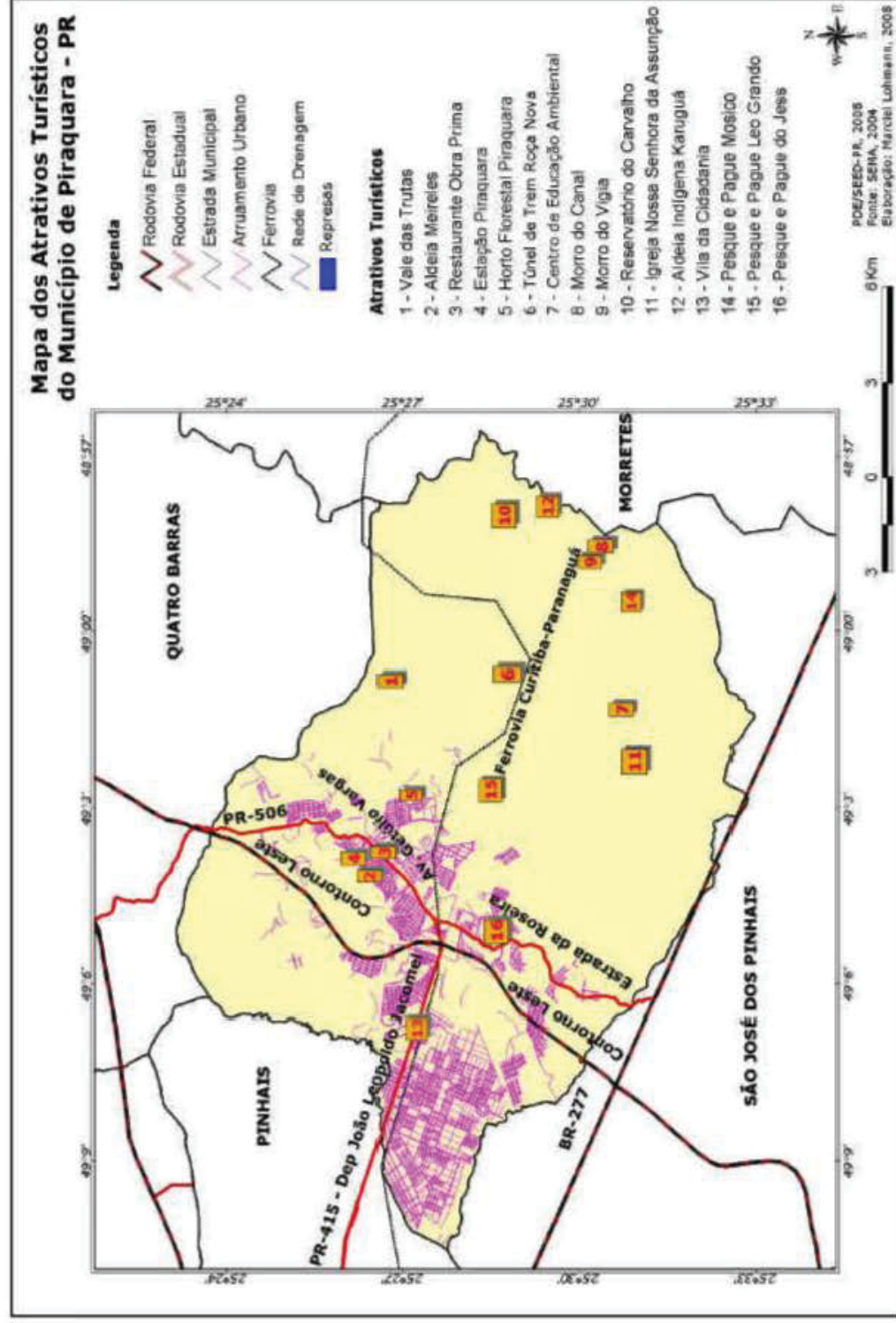


FONTE: <http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/turismo/uploadAddress.pdf>.

O Reservatório do Carvalho está dentro da APA Piraquara, onde se encontra o Parque Estadual do Marumbi, tem a visitação controlada, sendo aberto apenas um final de semana por mês. O reservatório foi inaugurado em 1908 e é símbolo da história sobre a captação de água e abastecimento de Curitiba. Compõem o atrativo: três trilhas, a do Salto (percurso de 1 km), a da Estrada do Carvalho (2,5 km) e a da Chaminé (1,5 km); uma casa da memória, que funciona como um centro de visitantes, com banheiros; um santuário em meio à Mata de São Francisco; resquícios das casas dos funcionários que ali trabalhavam na época da construção; e uma fonte.

Os atrativos culturais de Piraquara constituem-se a partir da história da construção da ferrovia e da imigração italiana. A ferrovia corta o município de Piraquara, e por ela passam trens de carga e turísticos. Além dessa atividade, a antiga estação ferroviária e as casas dos operários que trabalharam na construção, localizadas no centro histórico, representam a memória do município. A antiga estação ferroviária e o túnel Roça Nova, ambos desativados, transformaram-se em empreendimento gastronômico privado a Cave Colinas de Pedra, que convida os visitantes à degustação de espumantes e pratos finos em meio ao túnel. A Figura 7 representa a localização dos atrativos de Piraquara.

FIGURA 7 - MAPA DE ATRATIVOS TURÍSTICOS DE PIRAQUARA



Fonte: SEMA (2004), compilado do Atlas Geográfico de Piraquara (TESSEROLLI, 2008).

Já a imigração italiana está representada pela Colônia Santa Maria do Novo Tirol, localizada na área rural de Piraquara, entre as represas Piraquara II e Piraquara I. Compõem o cenário da Colônia estradas rurais, um monumento à imigração italiana, a Igreja Nossa Senhora da Conceição, a Vila de Processamento Agroecológica Trento Transforma, também chamada de Vila do Colono, e o Parque Trentino. A colônia realiza festas no Parque Trentino com o objetivo de preservar a cultura dos imigrantes. O parque tem administração conjunta entre a Prefeitura de Piraquara e a Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Outra comunidade tradicional que há em Piraquara é a Aldeia Indígena Araçá-Í, formada por indígenas que no ano de 1999 sofreram um processo de desapropriação de suas terras no município de Manguinhos-PR.

A aldeia indígena Araçá-Í está localizada na Estrada da Barragem, dentro da região da APA do Piraquara, e é composta por 16 famílias. Estende-se por 44 hectares e foi criada em 1999, com a doação de terras na Estrada dos Mananciais da Serra pelo então secretário do Meio Ambiente de Piraquara, Jorge Grando. Os indígenas foram instalados primeiramente em uma chácara e, mais tarde, nesta região de área de preservação ambiental onde vivem hoje (MAZZAROTTO, 2012).

Como a aldeia se localiza em uma Área de Proteção Ambiental (APA), os índios não podem plantar nada; vivem com uma renda familiar proveniente da comercialização de artesanato e com o auxílio de várias instituições: governamentais, privadas e sociedade civil organizada (MAZZAROTTO, 2012). A visitação acontece mediante agendamento feito pela prefeitura. Como estrutura para os visitantes está o espaço ocupado pelos indígenas e a casa de reza, e como atração, a apresentação de dança típica realizada pelas crianças e a venda de artesanato.

O turismo depende de atrativos capazes de formar e atrair uma demanda. Além dos recursos turísticos naturais, os culturais também são explorados através de eventos. Piraquara realizou eventos durante todo o ano de 2018, como mostra o Quadro 6. Destaca-se que a visitação ao Reservatório do Carvalho conta como evento programado, pois há um calendário específico aos finais de semana. Vários eventos programados fazem parte do calendário anual da cidade.

QUADRO 6 – CALENDÁRIO DE EVENTOS 2018

MÊS	EVENTO
Janeiro	Cavalgada – Aniversário do Município Remada na represa Piraquara II Visitação ao Reservatório do Carvalho
Março	Cavalgada Visitação ao Reservatório do Carvalho Caiacada Rio Piraquara
Abril	24ª Feira do peixe Visitação ao Reservatório do Carvalho Caminhada noturna Pedalando e conhecendo Piraquara
Maio	17ª Festa Trentina Passeio Ciclístico Visitação ao Reservatório do Carvalho
Junho	Visitação ao Reservatório do Carvalho Caminhada noturna Pedalando e conhecendo Piraquara
Julho	Visitação ao Reservatório do Carvalho
Agosto	Caminhada noturna Visitação ao Reservatório do Carvalho Pedalando e conhecendo Piraquara
Setembro	Visitação ao Reservatório do Carvalho Remada da Primavera Represa Piraquara II
Outubro	Cavalgada Visitação ao Reservatório do Carvalho
Novembro	13ª Caminhada Internacional da Natureza Caminhada noturna Visitação ao Reservatório do Carvalho 7ª Pedalada Internacional da Natureza
Dezembro	Visitação ao Reservatório do Carvalho Caminhada noturna Desafio das Águas na Represa Piraquara II

Fonte: A autora (2018).

Com o objetivo de aproveitar os atrativos existentes no município para promover o turismo criou-se o Caminho Trentino Mananciais da Serra, para integrar os atrativos naturais, paisagísticos, com atrativos culturais existentes na zona rural do município.

O roteiro demorou consideravelmente para ser implantado. Seu projeto é de 1997, elaborado pela Prefeitura em parceria com a EMATER-PR. A proposta inicial era a divisão do caminho em núcleos para visitaçaõ (propriedades rurais, áreas urbanas, atrativos culturais e áreas naturais protegidas) com um eixo principal, pois estão ligados por uma malha urbana que dificulta a formação de eixo único com acesso direto à maioria dos pontos (PREFEITURA, 2019). A implementação do Caminho Trentino Mananciais da Serra ocorreu, de acordo com a COMEC, apenas em 2001, como resultado da articulação entre Prefeitura de Piraquara, Sanepar, Emater e COMEC.

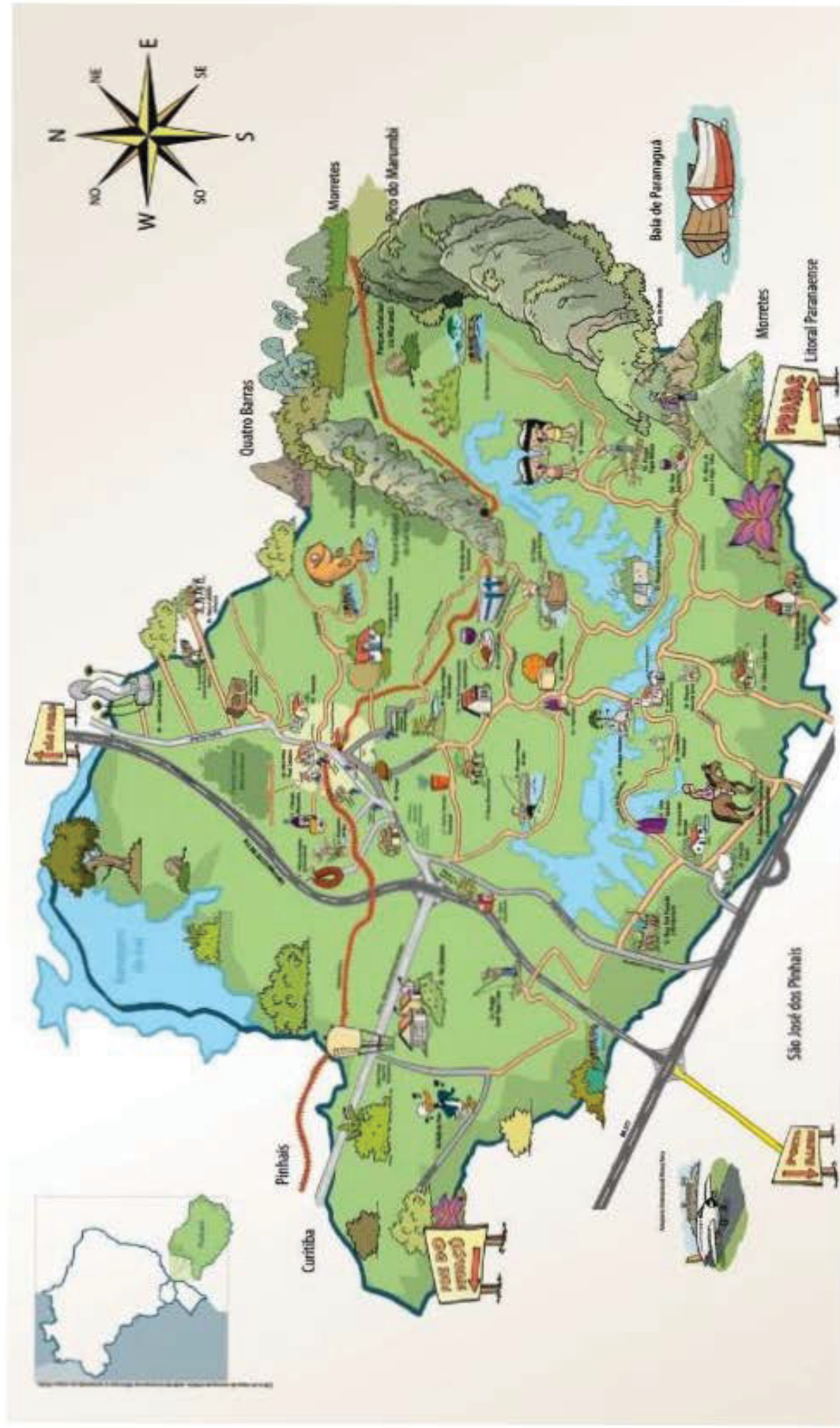
O Caminho Trentino abrange a sede do município e os Mananciais da Serra, passando pelas comunidades de Volteio, Laranjeiras, Roça Nova, Capoeira dos Dinos, Colônia Santa Maria, Entremar e Botiatuva. No trajeto encontram-se muitos empreendimentos que oferecem passeios a cavalo e aulas de equitação, algumas pousadas, e a venda de café rural, comida caseira, galinhas e ovos “caipira”, vinhos, queijos, manteiga caseira, mel, salame, carne de carneiro, morangos orgânicos, entre outros produtos, bem como a Vila Agroecológica (PREFEITURA, 2019), hoje conhecida como Vila do Colono, onde funciona a cooperativa Trento Transforma.

A implementação do projeto teve recursos financeiros que permitiram a contratação e execução de obras que promoveram a preservação e o saneamento ambiental, sendo subdivididas em assistência técnica (contratação de técnicos, aquisição de equipamentos) e obras de natureza individual e coletiva, como construção de tanques, esterqueiras, abastecedores comunitários, construção de lavadores de olerícolas, além da sinalização turística indicativa do caminho e propriedades que fazem parte do projeto.

Segundo a COMEC, esses investimentos alcançaram em Piraquara 10 produtores rurais, gerando 20 empregos, com a construção de 27 tanques que servem para abastecimento e irrigação da propriedade, bem como para a produção de peixes. Ainda o mesmo relatório informa que, do total de tanques construídos, apenas 2 tornaram-se “pesque-pague” (EMATER/COMEC, 2000).

A coordenação do projeto Caminho Trentino Mananciais da Serra catalogou em 2006 os empreendimentos turísticos da região e elaborou um mapa pictórico com 52 pontos relacionados como empreendimentos turísticos, como mostra a Figura 8.

FIGURA 8 – MAPA DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DE PIRAQUARA - 2006



Fonte: COMATUR (2006).

QUADRO 7 – SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DE PIRAQUARA EM 2018

CATEGORIA	ESTABELECIMENTO	SITUAÇÃO
Restaurantes	Paraíso das trutas	Aberto
	Obra prima	Aberto
	Dona Laura	Aberto
	Armazém Piraquara	Fechado
	Maria fumaça pizzeria	Aberto
	Seu Zezinho	Aberto
	Estação da pizza	Aberto
	Pizza trentina	Fechado
	Pizzaria suprema	Fechado
	Disk Pizza	Aberto
Pousada/restaurante	Tempero da Serra	Aberto
	Rosa Park	Aberto
	Hotel fazenda das Araucárias	Aberto
Haras	Águia centro de equitação e treinamento	Fechado
	Lua Azul centro de treinamento	Aberto
	Cabanha e Universo	Aberto
	Buena Vista	Aberto
Atrativos	Aldeia Araça-í	Aberto
	Morro do canal	Aberto
	Parque Trentino	Aberto
	Barragem Cayguava	Aberto
	CEAM	Aberto
	Reservatório do Carvalho	Aberto
	Berço das águas ecoturismo	Fechado
	Igreja Nossa senhora da Assunção	Aberto
	Cemitério da Assunção	Aberto
	Museu Trentino	Fechado
	Horto Florestal	Aberto
Empreendimentos e serviços	Centro de informações turísticas	Fechado
	Trento Transforma - vila do colono	Parcialmente
	Vila da cidadania	Aberto
	Chácara alternativa	Fechado
	Chácara Santa Genoveva	Aberto
	Chácara Estação Paraíso	Fechado
	Chácara Vista da Serra	Fechado
	Sítio Garbuio	Fechado
	Chácara Rio Itaqui	Fechado
	Chácara Lagoa da Serra	Fechado
	Clube Colônia	Aberto

	Chácara Vale Silvestre	Aberto
	Fábrica de Linguça Carlinhos Bernar	Fechado
	Vale Doka	Fechado
	Ateliê de Artes Celso ramos	Fechado
	Orquidário do Bira	Fechado
	CAVGUT	Fechado
Pesque Pague	Parque aquático Leo Granado	Aberto
	Do Mosico	Aberto
	Do Jess	Aberto
	Água Clara	Aberto
Agência de turismo	Viação Capital das Águas	Aberto

Fonte: A autora (2019).

Dentre os 52 empreendimentos turísticos que foram catalogados em 2006, apontados no Quadro 6, apenas 31 estavam ainda em funcionamento e recebendo visitantes em 2018.

O Paraíso das Trutas é o mais distante dos atrativos, localizado do lado oposto dos demais. Caracteriza-se como uma chácara de lazer que oferece um cardápio especial aos visitantes, em que a truta é o carro-chefe do restaurante. Iniciou suas atividades bem antes do desenvolvimento do roteiro na região, e conta com uma clientela própria, independente do turismo no município. Além do restaurante, há trilhas para caminhada e visitação à criação de trutas.

A Vila do Colono atendia visitantes com almoco, café rural e venda de produtos colonais, produzidos na Associação Trento Transforma. O espaço cont m ótima infraestrutura para receber visitantes, conta com portal, estacionamento, banheiros, lanchonete, loja e os galpões de beneficiamento que podiam ser visitados. No entanto, atualmente encontra-se fechado para visitação e nem mesmo a lanchonete e a loja estão abertas para os visitantes. Uma reestruturação na coordenação da associação está discutindo as finalidades do espaço.

A Vila da Cidadania (Cidade Mirim de Piraquara), , é um projeto desenvolvido pela BS Colway Pneus e pelo Grupo Educacional Opet e visa levar aos alunos de 1  a 4  séries do município o aprendizado e o exercício da convivência em sociedade e a prática política. Já o Centro de Informações Turísticas do município está localizado no centro de Piraquara, próximo   antiga Estação Ferroviária.

A caracterização dos atrativos e empreendimentos de Piraquara demonstram potencialidades para o desenvolvimento do turismo na região, que pode ser explorado como estratégia para o desenvolvimento local.

Diante do exposto, fica claro que o município de Piraquara tem como grande potencial seus atrativos naturais, que são capazes de atrair visitantes, e, como demonstrado, alguns deles já contam com infraestrutura. Apesar dessa constatação de viabilidade, verificou-se que houve significativa redução de empreendimentos na área.

Dessa forma, este estudo procura colaborar para esclarecer a questão-problema ao investigar os fatores endógenos que interferem no turismo como estratégia para o desenvolvimento local, já que Piraquara conta com diversos atrativos com potencial turístico.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta o resultado da coleta de dados, de acordo com as categorias de análise: território/recursos territoriais, identidade local e capital social. Os dados coletados através de entrevistas semiestruturadas, com questionários constituídos por 10 perguntas, permitiram conhecer a percepção dos atores sociais de Piraquara em relação ao turismo, informação imprescindível para análise dos fatores que interferem no turismo para o desenvolvimento do município de Piraquara.

A abordagem sobre os resultados dos dados coletados é qualitativa, que, de acordo com YIN (2001), permite uma compreensão da dinâmica do tema investigado. A análise da coleta de dados primários, com a aplicação de questionários, segue o modelo apontado por Gil (2008, p. 153),

O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos. Para tanto são utilizados procedimentos estatísticos que possibilitam estabelecer quadros, diagramas e figuras que sintetizam e põem em relevo as informações obtidas. À medida que as informações obtidas são confrontadas com informações já existentes, pode-se chegar a amplas generalizações.

Os dados primários coletados em visitas ao município e a participação em eventos realizados ao longo do ano de 2018 caracterizaram a observação direta, que proporcionou uma percepção da pesquisadora sobre o objeto de estudo Piraquara, suficiente para confrontar com os dados coletados na pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas.

Para análise do conteúdo, definiu-se uma abordagem baseada na importância dos fatores endógenos para o desenvolvimento local. Contou também a compreensão de que o turismo, como alternativa econômica ao desenvolvimento local, demanda iniciativas locais que fortaleçam as relações entre os atores no território, através da criação e/ou fortalecimento de uma identidade local e do estímulo ao capital social.

Conhecendo o território e seus recursos territoriais, a identidade local e o capital social — fatores endógenos — de Piraquara, é possível compreender a relação deles com o desenvolvimento do turismo.

5.1 TERRITÓRIO/RECURSOS TERRITORIAIS

Os recursos territoriais aqui analisados relacionam-se com a infraestrutura local, existente tanto para uso do visitante como do morador. Também os atrativos naturais atuam como recursos territoriais potenciais para o desenvolvimento do turismo como estratégia para o desenvolvimento local. Os elementos analisados que constituem a infraestrutura são: acesso, segurança e informações.

A presença ou a ausência dos recursos do território expressam as vantagens e desvantagens locais, medem a diversidade e competitividade do desenvolvimento (CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. 2001, p. 162). Os recursos territoriais são aqui apresentados de acordo com a perspectiva de Pecqueur (2006), que os relacionam como fauna, flora e patrimônio.

Nesse aspecto, a análise apresentada reflete uma compreensão sobre os recursos territoriais de Piraquara relacionados com os atrativos naturais: acesso, segurança e informação. Recursos estes característicos de infraestrutura, logo, endógenos, necessários para o desenvolvimento do turismo. Esses elementos foram avaliados pelos sujeitos classificados de acordo com os grupos:

A: planejadores e gestores, no total de 3 entrevistados;

B: empreendedores, 3 entrevistados; e visitantes, 40 entrevistados, totalizando 43 entrevistados no grupo B;

C: moradores de Piraquara, num total de 14 entrevistados.

O cruzamento dos dados coletados dos três grupos permitiu uma síntese sobre a infraestrutura, compreendendo que ela é um recurso territorial, de caráter endógeno, capaz de interferir no turismo e no desenvolvimento local.

Inicialmente, por meio das entrevistas foi possível delinear um perfil dos entrevistados em relação a idade e sexo. Evidenciou-se que 45% dos entrevistados tinham idade entre 20 a 30 anos, e 40% estavam na faixa etária de 31 a 40 anos, sendo 52% dos entrevistados do sexo masculino.

Essa característica sociodemográfica dos entrevistados é importante porque se relaciona com o perfil das necessidades e conhecimentos sobre o tema, uma vez que as necessidades podem variar, além de outros aspectos, de acordo com a faixa etária e o sexo.

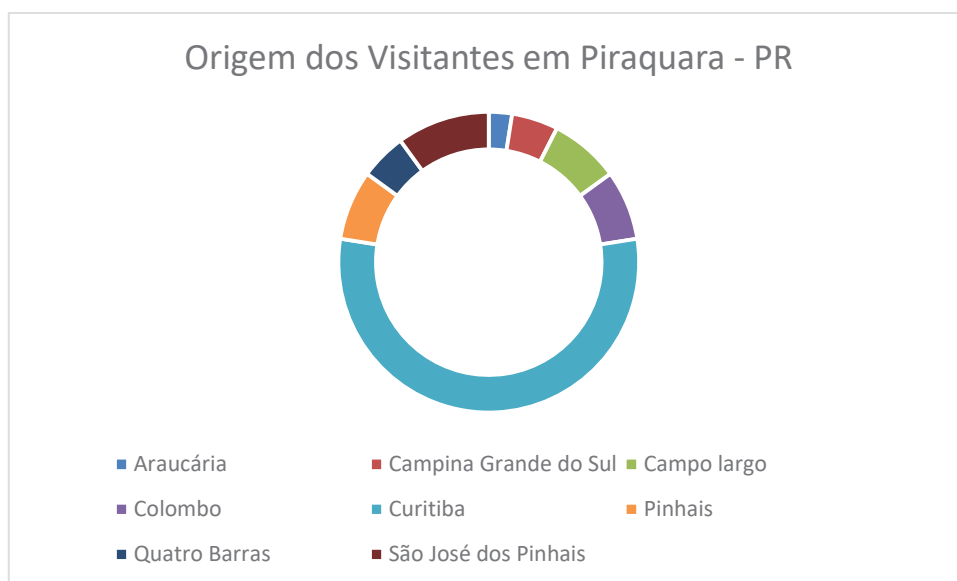
Também foi possível verificar a origem dos visitantes de Piraquara: todos os 40 visitantes entrevistados eram originários de municípios próximos, sendo o maior número de Curitiba, como mostram a Tabela 5 e o Gráfico 1.

TABELA 5 - QUANTIDADE E ORIGEM DOS VISITANTES EM PIRAQUARA - PR

Cidade de origem	Número de visitantes
Araucária	1
Campina Grande do Sul	2
Campo Largo	3
Colombo	3
Curitiba	22
Pinhais	3
Quatro Barras	2
São José dos Pinhais	4
Total	40

FONTE: A autora (2019).

GRÁFICO 1 – ORIGEM DOS VISITANTES EM PIRAQUARA - PR



FONTE: A autora (2019).

A abordagem qualitativa desses dados permitiu a identificação de uma área de influência muito limitada no que diz respeito à origem dos visitantes. Notou-se que todos eles eram oriundos de municípios que se localizam na RMC. Logo, percebe-se que o poder de atração de Piraquara está limitado, alcançando somente os municípios próximos.

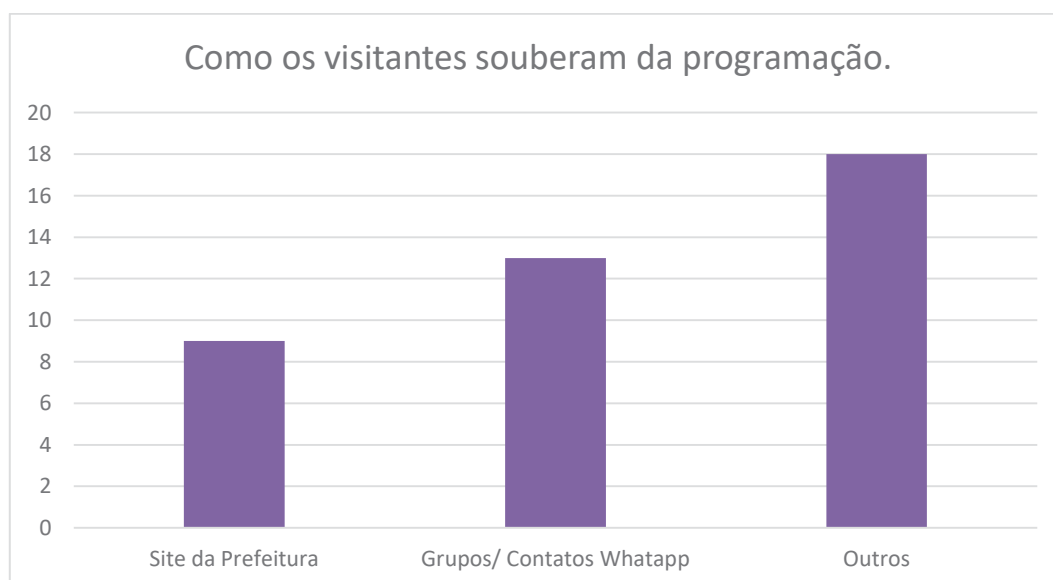
O fato de os canais de divulgação não serem diversificados pode ser uma explicação para o alcance da atratividade de Piraquara ser limitado a visitantes originários da RMC. A Tabela 6 e o Gráfico 2 relacionam os meios de comunicação mais utilizados pelos visitantes para obter informações sobre atividades de lazer programadas em Piraquara.

TABELA 6 - CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES PROGRAMADAS EM PIRAQUARA - PR

Como ficou sabendo das atividades programadas em Piraquara?	
Canal	Quantidade de respostas
<i>Site da Prefeitura</i>	9
<i>Grupos/Contatos WhatsApp</i>	13
<i>Outros</i>	18
Total	40

FONTE: A autora (2019).

GRÁFICO 2 - CANAL DE INFORMAÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES PROGRAMADAS EM PIRAQUARA - PR



FONTE: A autora (2019).

Em relação aos recursos territoriais, com o intuito de compreender a percepção sobre a infraestrutura, os questionários continham perguntas que versavam sobre

acesso, segurança e qualidade das informações, com as alternativas de avaliação: ótimo, bom e ruim.

O acesso diz respeito à distância e à facilidade de deslocamento até os atrativos, tendo como ponto de referência o centro de Piraquara. A facilidade de deslocamento foi o item que mais se destacou. Do total dos visitantes, 90% avaliaram o acesso como bom, mas afirmaram que a condição das estradas não pavimentadas como acesso aos atrativos é um recurso territorial a melhorar.

A segurança relaciona-se com a percepção das pessoas com o sentimento de segurança e tranquilidade em determinado território. A totalidade dos entrevistados respondeu que se sente seguro em Piraquara, todos eles disseram estar satisfeitos com a segurança ao visitar atrativos e participar de eventos.

Já quanto à qualidade das informações, 60% dos entrevistados avaliaram-na como boa. No entanto, comentaram que, embora existam placas indicativas, elas precisam melhorar. Perceptível também a associação do item informação com divulgação. Os sujeitos avaliaram como boa a informação, mas destacaram que há pouca divulgação dos atrativos de Piraquara.

De acordo com os dados apresentados e por meio da análise do conteúdo que relaciona a compreensão dos recursos territoriais como características físicas e sociais do território como potencialidades a desenvolver, fica evidente a necessidade de construir uma aliança estratégica que envolva os atores sociais para potencializar os recursos territoriais, através do fomento de redes locais a partir do envolvimento e cooperação entre sociedade civil, poder público e privado. (SILVEIRA, 2005, p. 138).

Observou-se que o aproveitamento dos recursos territoriais de Piraquara ainda é ineficiente no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo. O município carece de estratégias e políticas públicas que promovam melhorias na estrutura de acesso, informação e divulgação dos atrativos naturais.

A compreensão sobre a dinâmica do território, em relação ao turismo, com base na percepção dos atores sociais de Piraquara permite uma abordagem qualitativa sobre os dados coletados, que resulta no entendimento sobre a falta de ações coordenadas para promoção dos recursos territoriais do município.

Em relação ao Turismo, foram considerados os atrativos turísticos também como recursos territoriais. Os dados coletados apresentam a percepção dos sujeitos entrevistados sobre os atrativos turísticos e suas estruturas. Os atrativos analisados são os naturais e os eventos programados que ocorreram em 2018.

A avaliação sobre os atrativos destacou a potencialidade deles para o turismo, questionando o que poderia ser feito para melhorar. Divulgação e infraestrutura apareceram 21 vezes, representando 35% do total das respostas dos entrevistados. Além desses elementos, foram citados: atividades de lazer, oferecer atividades, e desenvolver o turismo.

Logo, deduz-se da análise dos resultados que a falta de divulgação dos atrativos turísticos e de informação sobre o funcionamento resultam da desarticulação dos interesses dos atores locais.

Todos os empreendedores entrevistados mencionaram que não há uma ação efetiva do poder público para divulgar Piraquara e seu atrativos para outras cidades. Dois dos três entrevistados do Grupo B (empreendedores) disseram que o fluxo de visitantes que recebem não depende de divulgação do poder público, e sim do “boca a boca”. No entanto, o terceiro empreendedor enfatizou que é papel do poder público colaborar com os empreendimentos e divulgar a cidade para atrair visitantes, bem como melhorar a sinalização.

Evidenciou-se também divergência em relação ao acesso. Representantes do grupo dos planejadores e gestores divergem quanto ao acesso por estradas não pavimentadas. Para um deles, é um atrativo e não interfere no desenvolvimento do turismo; para outros dois, a pavimentação beneficiaria o turismo, facilitando a chegada dos visitantes aos atrativos.

Diante do exposto, apresenta-se no quadro 8 uma síntese dos resultados obtidos em relação à avaliação dos recursos territoriais pelos sujeitos da pesquisa.

QUADRO 8 – RESUMO DA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS SOBRE OS RECURSOS TERRITORIAIS

Sujeitos	Recurso Territorial		
	Acesso	Segurança	Informação
Grupo A (3 entrevistados)	66,6 % bom	100% boa	66,6 ruim
Grupo B (43 entrevistados)	88,3% bom	100% boa	67,4 bom
Grupo C (14 entrevistados)	57,14% bom	100% boa	57,14 ruim

Crítérios: Ótimo: não precisa melhorar. Bom: precisa melhorar. Ruim: sem qualidade alguma.

Fonte: A autora (2019).

Identifica-se que em relação aos recursos territoriais, os três grupos identificam maiormente o acesso aos atrativos como bom, ou seja, mesmo que as estradas não sejam pavimentadas, não são consideradas ruins, mas podem e devem ser melhoradas.

Além disso, outro ponto que chama a atenção é em relação à informação sobre atrativos e eventos. O grupo C, representado por moradores, avalia como ruim. Ou seja, os próprios moradores desconhecem a potencialidade turística dos recursos territoriais, como os atrativos naturais e os eventos programados que ocorrem na cidade. Isso demonstra que, além de desconhecerem, não participam. Os eventos programados que deveriam integrar a comunidade local, reforçando laços de identidade com Piraquara, não são aproveitados pela população.

Em contraposição, o grupo representado por visitantes e empreendedores respondeu em maioria que as informações são boas, mas precisam melhorar no que diz respeito à divulgação do município e dos seus atrativos.

Como mostram a Tabela 8 e o Gráfico 2, a divulgação ainda depende da rede de contatos via *WhatsApp*. O *site* da prefeitura é pouco utilizado como meio de divulgação, e pouco acessado pelos visitantes, para obter informação sobre eventos.

Os empreendedores locais reclamam da falta de divulgação dos atrativos da cidade. Explicam que a maior parte dos visitantes é de aventureiros que procuram o Morro do Canal e que já conhecem a região, e que foi esse movimento que despertou o interesse para o turismo na região.

O proprietário do Sítio Dona Helena, que está localizado no caminho para o Morro do Canal, comentou que viu crescer o movimento de pessoas que passavam pela sua propriedade. Afirmou que o turismo é uma forma de aproveitar o espaço ocioso da propriedade, bem como o excedente de sua produção. Hoje o turismo é uma fonte de renda satisfatória, mas ele prefere fazer investimentos de acordo com o crescimento da demanda. Relatou que recentemente resolveu oferecer almoço com costela de chão aos domingos, mas, assim como vendeu bem num dia, no outro ficou sobrando, então “agora a costela só sob encomenda”. O estabelecimento não participa como empreendimento do Caminho Trentino Mananciais da Serra.

O empreendedor explicou que conhecidos e amigos são os grandes parceiros para divulgação do seu estabelecimento, que indicam o sítio para os visitantes da cidade, mas também a prefeitura, quando procurada por visitantes, indica a sua propriedade; que, visitando propriedades de outros caminhos rurais da RMC, obteve

conhecimento e fez algumas modificações nas instalações para melhor receber os visitantes; que hoje conta não só com alimentação, mas também área para *camping* e trilha ecológica. Orgulha-se em dizer que está há mais de dez anos atendendo os visitantes e fez questão de explicar que não acreditava muito no turismo, porém, com o incentivo de amigos e visitas ao Caminho do Vinho, em São José dos Pinhais, hoje investe no turismo.

Assim também relataram outros empreendedores, como o proprietário do Sítio Seu Zezinho e o proprietário do Paraíso das Trutas. É no Sítio Seu Zezinho que se localiza o acesso ao Morro do Canal, principal atrativo turístico natural de Piraquara. O sítio faz parte do Caminho Trentino Mananciais da Serra. A propriedade explora o turismo há três gerações, segundo um dos donos, tendo iniciado com um pesque-pague para os amigos. Hoje oferece estacionamento, lanchonete, banheiros, três quartos e área para *camping*. O entrevistado afirmou estar muito contente com o turismo, e que o projeto do Caminho Trentino pouco interferiu no empreendimento.

A mesma percepção foi afirmada pelo proprietário do Paraíso das Trutas, que explora a atividade turística há mais de 20 anos. Para ele, a procura pelo seu empreendimento independe da divulgação de Piraquara e o difícil acesso é mais um atrativo para os visitantes. Hoje ele atende basicamente grupos com reserva antecipada, oriundos não só do entorno, mas até de outros estados, e tem demanda o ano todo. Explicou que seu diferencial é o cardápio, baseado nas trutas que ele mesmo cria e mostra para os visitantes, bem como a área ambiental protegida e mantida pela propriedade. Comentou que os visitantes gostam da natureza quase intocada.

Assim, nota-se que os empreendedores que ainda exploram o turismo já o faziam muito antes da promoção turística da cidade, e não dependem exclusivamente de políticas públicas para o desenvolvimento de suas atividades. Eles concordam que o acesso por vias rurais e não pavimentadas é que caracteriza a atividade e atrai visitantes. Discordam somente em relação à divulgação, pois, enquanto para o proprietário do Sítio Dona Helena, a divulgação ainda é pouca, para os demais — Sítio Seu Zezinho e Paraíso das Trutas — o fluxo de visitantes é constante e independe de promoção por parte da cidade.

Os visitantes relataram que faltam em Piraquara informações sobre os demais atrativos da região, bem como serviços que atendam aos finais de semana. Reclamaram da sinalização na zona rural, pois muitas vezes eles se perdem, além da

distância dos atrativos, não podendo aproveitar o dia para visitar mais de uma localidade. Relataram ainda que escolheram passear em Piraquara pelos seus atrativos naturais e proximidade em relação ao domicílio. Reclamaram também da falta de sinal para uso de GPS em alguns pontos do município, o que atrapalha a localização.

A maior parte dos visitantes é originária de municípios próximos a Piraquara, e já conhecem o município. Visitam a região regularmente para passeios em meio à zona rural. Como ponto positivo, apontaram a beleza e a limpeza da localidade, referindo-se ao patrimônio natural existente na região. Caracterizam-se por pertencer a grupos que compartilham atividades esportivas em meio à natureza, e por meio destes grupos é que sabem das atividades programadas na região.

Permanecem, na maioria, somente um dia na localidade, utilizando meio de transporte próprio para deslocamento, e equipamentos próprios para realização das atividades. Apontaram a simplicidade das programações como ponto positivo, pois muitas não exigem inscrição prévia nem pagamento de taxas, bem como a segurança das atividades que são organizadas pela prefeitura, juntamente com integrantes do Corpo de Bombeiros da região, que dão suporte à logística dos eventos. Elogiaram a organização das atividades e a inovação com atividades diferenciadas, caminhos diferentes para percorrer e em horários alternativos. Como exemplo, a caminhada noturna e a caiacada noturna que aconteceu em 2018.

Constitui apoio para a análise de conteúdo a compreensão baseada em Silveira (2005), que identifica a formação de redes locais de cooperação turística na RMC como um importante vetor de desenvolvimento local, num contexto economicamente cada vez mais globalizado e territorialmente mais seletivo e competitivo.

Por fim, diante deste entendimento, o estudo sobre os recursos territoriais de Piraquara identificou os aspectos físicos naturais do município como potenciais. No entanto, não há um engajamento do poder público em adequar a infraestrutura para receber os visitantes, nem uma articulação com os empreendedores para divulgação e qualificação na prestação de serviços do turismo em Piraquara.

A falta de articulação com esses atores sociais é resultado da ausência de políticas públicas que os atraiam para a discussão e a efetivação de ações coletivas para o desenvolvimento do turismo no município de Piraquara.

5.2 IDENTIDADE LOCAL

A pesquisa realizada com moradores de Piraquara não envolvidos com o turismo objetivou identificar a percepção deles sobre turismo na região e a existência ou não de uma identidade local.

Por identidade local compreende-se a familiaridade com o espaço vivido, bem como o sentimento de pertencimento e vontade de prosperar e desenvolver-se na localidade (TUAN, 1974/1983). Martín relaciona a identidade com o desenvolvimento local:

É consenso a ideia de que o desenvolvimento local é realizado em escala humana, e atribui-se a ele a capacidade de reafirmar as potencialidades e identidades locais frente à globalização. Deve-se pensá-lo como um processo de superação de problemas sociais, onde a sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima, tendo o homem como sujeito e beneficiário das ações. Os indivíduos devem participar ativamente e não apenas serem favorecidos pelo desenvolvimento. Isto implica pensar na questão da responsabilidade social, onde a busca por qualidade de vida e bem-estar parte do “protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa”. (MARTÍN, 1999, p. 170).

Os moradores entrevistados, representantes do grupo C, no total de 14 pessoas, pertencem em maioria à faixa etária dos 15 aos 25 anos (42,8%), e ao sexo masculino (64,28%), e exercem atividade remunerada em Piraquara (85,7%).

Constitui importante fonte de informação o tempo em que o entrevistado reside em Piraquara, pois quanto maior o tempo de residência na localidade, maiores os laços estabelecidos com o território. Em relação a esse item, o menor tempo apurado foi de 5 anos, e o maior, 45 anos. Quando perguntados se gostariam de estar morando em Piraquara daqui a 10 anos, somente 1 entrevistado respondeu que não, citando que gostaria de estar morando em Curitiba ou Pinhais, cidades próximas.

A análise do conteúdo, baseada em Tuan (1974), permitiu compreender o sentimento de pertencimento dos entrevistados com relação a Piraquara. O sentimento de pertencimento, aliado à vontade de permanecer na localidade e ali se desenvolver, ficou evidente na entrevista realizada.

A familiaridade com o espaço vivido foi avaliada por meio do conhecimento dos moradores sobre o turismo em Piraquara, através da identificação de atrativos existentes. Nesse aspecto, o Morro do Canal foi o atrativo mais citado, seguido por

Sanepar e Represa, permitindo identificar o conhecimento dos moradores sobre os atrativos naturais.

Essa familiaridade é importante para identificar os laços culturais presentes em Piraquara, como fator endógeno que interfere no desenvolvimento do turismo no município. As tradições culturais fortalecem a identidade local.

Essa concepção encontra-se firmada pelos autores Araújo (2007), Haesbaert (2007) e Tuan (1974), que relacionam a importância da identidade local para o fortalecimento de laços com o espaço vivido e para articulação de interesses para o bem comum.

Nesse contexto, ao serem interrogados sobre o conhecimento de atrativos em Piraquara 71% dos entrevistados responderam que conhecem alguns atrativos. Destes, 80% citaram o Morro do Canal como principal atrativo existente.

Ainda para análise da relação do morador com o espaço, é possível identificar a articulação com outros atores através da participação em eventos programados em Piraquara. A participação efetiva denota um envolvimento da população com a promoção da qualidade de vida através do lazer, e a relação com o espaço vivido.

Sobre a participação em atividades de lazer no município de Piraquara, 64,28% responderam que participam de atividades, como o ciclismo, por exemplo, citado 9 vezes, e a cavalgada, citada uma vez.

As cavalgadas são exemplos de promoção da cultura local. Piraquara tem uma grande área rural, com a presença de alguns haras. Essa característica não se insere, entretanto, como cultura local, já que do total de entrevistados somente um disse participar de atividades de cavalgada.

Os moradores entrevistados relataram saber da existência de turismo na zona rural, identificaram o Caminho Trentino Mananciais da Serra como produto turístico que passa pelos atrativos da zona rural, mas afirmaram que muitos atrativos são desconhecidos.

Apontaram a criação do Parque das Águas como ótima opção de lazer para os moradores, e que as restrições no uso melhoraram o tipo de frequentadores. No parque é proibido som alto e consumo de bebidas alcoólicas.

Além do parque, destacaram o Morro do Canal e a Represa do Carvalho como atrativos visitados por turistas. Quando perguntado sobre a Colônia Santa Maria do Novo Tirol, informaram sobre a Festa Trentina que acontece na Colônia e reúne

grande número de pessoas. No entanto, pouco se identificam com a Colônia e as tradições trentinas.

Foi perguntado aos entrevistados se Piraquara tem potencial para o turismo e se eles gostariam que se tornasse uma cidade turística. Verificou-se que 85,7% afirmaram que Piraquara tem potencial para o turismo, e apenas 1 entrevistado manifestou-se contrário a Piraquara se tornar uma cidade turística. Assim, é possível notar que há entre os entrevistados um sentimento de afeição e afinidade com o município.

A percepção humanística baseada no desenvolvimento da escala humana pode ser entendida de acordo com Martins:

Eis a escala humana que se identifica pela relação entre as pessoas, entre estas e o seu entorno (ambiente, empresas e instituições), pautada na interdependência e na comunidade de interesses, mas também, e principalmente, no cotidiano conflitante e solidário vivido em comum. (MARTINS, 2005, p. 112).

Essa definição é corroborada por Haesbaert (2007, p. 43) que defende que uma das bases da construção identitária está relacionada às referências espaciais materiais do presente e/ou do passado. Ali surge o que se denomina identidade cultural, ou seja, uma referência simbólica a grupos que têm seu dinamismo compartilhado em termos históricos e etnológicos, bem como de costumes, do idioma, da economia etc.

Nesse sentido, os moradores entrevistados demonstraram conhecimento sobre as questões ambientais que envolvem o município, porém recriminaram as limitações impostas em áreas que poderiam ser aproveitadas pela população. Explicaram que muitas áreas poderiam ser utilizadas para prática do lazer, mas a SANEPAR não permite, resultando em áreas subutilizadas e desperdiçadas.

Em relação a uma identidade comum, os moradores não souberam explicar a origem do município. Lembraram que há uma colônia de italianos e uma aldeia indígena e, portanto, entendem que se deve a elas a formação do município. Relataram também que a passagem da estrada de ferro contribuiu para a formação do povoado, já que existem ainda casas dos trabalhadores do tempo em que a estrada estava sendo construída.

Entretanto, essa conjunção de informações não é suficiente para exprimir uma identidade cultural local da população, já que os moradores não têm tradições que os

unam. Martins (2005, p. 110) afirma que duas são as condições mais importantes do desenvolvimento local: a participação e o sentido de pertencimento a uma comunidade ou lugar.

É por meio do fortalecimento da identidade local de um grupo que se formulam estratégias para articulações sociais a fim de contribuir para o desenvolvimento local. No entanto, a falta dessa identidade dificulta o entendimento sobre o bem comum, impossibilitando o desenvolvimento para todos. A participação coletiva torna-se inexpressiva e ineficiente, sem laços comuns que unam as pessoas em torno de objetivos.

Os elementos endógenos relacionam-se com iniciativas e arranjos locais como forma de promover o desenvolvimento local. As ações coletivas para promoção e criação de alternativas econômicas dependem do fortalecimento de uma identidade local.

5.3 CAPITAL SOCIAL

Por capital social compreende-se a capacidade de uma comunidade de se desenvolver, inovando por meio de relações com os atores sociais e o território, representando o que sabem e até onde estão dispostos a aprender para empreender.

Empreender, nesse contexto, significa mobilizar-se para formação de novos arranjos produtivos, inovando nas relações já existentes. O capital social, portanto, caracteriza-se pelas iniciativas locais, de forma organizada ou não, com o objetivo de desenvolvimento local. Pecqueur afirma:

Um dos recursos principais mais performáticos da constituição dos pólos econômicos regionais é a presença elevada do potencial humano, quer dizer, da existência de uma população densa, disponível, qualificada e, sobretudo, capaz de se adaptar às mudanças técnicas e aos constrangimentos crescentes do mercado mundial. (PECQUEUR, 2000, p. 25-26).

O potencial humano, aqui representado pelo capital social, constitui-se do interesse dos indivíduos em melhorar a condição de vida e existência no local onde vivem. O interesse pela mudança, a participação, ativa e efetiva, individual ou coletiva demonstram as forças internas de uma comunidade, sendo categorizadas como elemento endógeno que interfere no turismo.

Por meio da análise de conteúdo foi possível chegar à compreensão sobre o capital social, delineando a pesquisa com base na articulação dos atores sociais e ações efetivas para a promoção do capital humano de Piraquara.

Dessa maneira, em relação ao poder público local verificou-se que a primeira iniciativa local de organização coletiva relacionada com o desenvolvimento do turismo foi a criação, em 2003, da Associação Agroecológica e Turística de Piraquara Trento Transforma, que tem como objetivo incentivar o incremento da produção agrícola familiar.

Em 2010 inaugurou-se o centro de beneficiamento e venda de produtos, a Vila do Colono, Vila de processamento agroecológico. Neste espaço, além dos equipamentos e galpões de beneficiamento para uso dos associados de forma cooperada, existe uma loja para venda dos produtos e um restaurante. O objetivo é atrair visitantes para acompanhar o processo de fabricação dos produtos, para posteriormente comercializá-los. O espaço conta ainda com café rural e almoço, mediante agendamento. Entretanto, entraves políticos interferem nas atividades da Vila do Colono, que em 2019 se encontra fechada para o atendimento de visitantes tanto na loja como no restaurante.

O poder público local realiza alguns eventos de lazer, com o objetivo de divulgar os atrativos do município e proporcionar qualidade de vida à comunidade. São eles:

- Caminhadas noturnas;
- Caiacadas e remadas na represa;
- Corrida das Nascentes;
- Pedalzinho de 2ª feira à noite;
- Pedalando e Conhecendo Piraquara;
- Caminhada Internacional da Natureza;
- Pedalada Internacional da Natureza.

Essas atividades são programadas e planejadas pela prefeitura. A primeira caminhada noturna de 2019, que ocorreu em 23 de março, reuniu cerca de 300 pessoas, com visitantes de Pinhais, Quatro Barras, Curitiba, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande e São Mateus do Sul. O ponto final da caminhada foi uma feira gastronômica, com a venda de produtos oriundos da localidade (PIRAQUARA, 2019).

Essa foi a primeira iniciativa efetiva do poder público para incentivar produtores locais a participar da atividade e vender seus produtos. Não houve, porém,

para a participação na feira nenhum tipo de capacitação para atendimento aos visitantes ou para definir a melhor maneira de expor e vender os produtos. Ações como essa despertam o interesse de empreendedores locais para o engajamento nas políticas públicas de desenvolvimento local, mas é preciso planejar e organizar detalhes essenciais ao bom andamento do evento.

O desenvolvimento do capital social ocorre com a promoção de ações que envolvam atores sociais interessados no desenvolvimento de novas atividades, que buscam conhecimento e capacitação. Da maneira como está ocorrendo em Piraquara essas ações são ineficazes, haja visto o número de empreendimentos que estão fechados mesmo após a criação do Caminho Trentino Mananciais da Serra, como mostrou o quadro 7 – Situação dos empreendimentos turísticos de Piraquara em 2008..

É nesse sentido que as ações que envolvem iniciativas locais são extremamente importantes para compreender o turismo em Piraquara. As iniciativas locais devem ser definidas por ações coordenadas e integradoras entre os agentes locais, públicos e privados, e sociedade civil nas decisões em relação ao desenvolvimento do turismo.

O envolvimento e a criação de oportunidades de participação coletiva nas ações voltadas ao desenvolvimento da localidade são pressupostos para o fortalecimento do capital social, fator endógeno que interfere no turismo como estratégia para o desenvolvimento local. É papel do poder público promover ações que fortaleçam o capital social por meio de parcerias com forças internas e externas ao território.

Como exemplo de parceria o poder público local organizou em 2018, com os municípios de Quatro Barras e Pinhais, o 1º Fórum Regional de Ciclo Turismo e Negócios, com o objetivo de implementar uma ciclorrota ligando os três municípios limítrofes, denominada Ciclorrotas Nascentes do Iguaçu. O evento reuniu representantes do poder público municipal, empreendedores e praticantes do cicloturismo. Os moradores locais e empreendedores entrevistados relataram desconhecimento sobre o evento e o que seria a ciclorrota proposta.

Segundo informação do jornal eletrônico "há cerca de 4 meses, grupos de trabalho das três cidades já vêm propondo ações para desenvolver o traçado principal das ciclorrotas, que terá extensão de aproximadamente 30 quilômetros. Deste eixo

original serão irradiadas outras ciclorrotas em cada cidade, que poderão ser um fomentador de novos negócios" (AGORAPARANÁ, 2018).

Outro exemplo de articulação e iniciativa local é a pavimentação em paralelepípedo da Estrada Municipal Nova Tirol, que liga o centro da cidade à região rural do município, em um trecho de aproximadamente seis quilômetros, resultado da articulação com o poder estadual — Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento —, Sanepar e Prefeitura de Piraquara. Essa pavimentação caracteriza não só melhoria para a população do entorno como melhoria do acesso a atrativos da área rural, favorecendo o fomento de novos empreendimentos turísticos. “É uma estrada importante, histórica e que há muito tempo precisava ser revitalizada. Essa melhoria vai potencializar o turismo na região, que é a forma mais barata de gerar empregos e renda à população”, afirmou o governador Carlos Roberto Massa Júnior, na inauguração da pavimentação da estrada (AEN, 2019). A revitalização beneficia cerca de 200 agricultores, potencializa as atrações turísticas naturais e históricas e o desenvolvimento econômico da região. A estrada é o principal meio de acesso a alguns atrativos de uso público e áreas naturais de Piraquara, como o Horto Municipal, Parque Trentino, Morro do Canal, Aldeia Araçaí, Reservatório Carvalho, Mirante das Águas e barragens. Os turistas também podem conhecer a história da Colônia Imperial Santa Maria do Novo Tirol da Boca da Serra, ou simplesmente Colônia Santa Maria, onde nasceu a cidade (AEN, 2019).

O COATUR atua na articulação entre os interesses da comunidade, empreendedores rurais locais e poder público municipal. Apresenta o turismo como uma alternativa econômica na implementação de renda para o pequeno produtor rural. Para efetivação desse objetivo realiza audiências públicas e eventos, em parceria com a SANEPAR, de educação ambiental e diversificação da produção rural.

Além disso, promoveu a I Conferência de Agricultura e Turismo, no dia 24 de abril de 2019, das 8h às 17h, no Teatro Heloína Ribeiro de Souza, e teve como tema "Turismo Rural e Desenvolvimento da Agricultura Familiar", com o objetivo de fortalecer a participação democrática no âmbito da agricultura e do turismo e estabelecer diretrizes de aprimoramento destas áreas.

Contudo, a mobilização do poder público na realização de eventos que promovam a discussão sobre o turismo em Piraquara tem gerado pouco resultado, porque não há um efetivo envolvimento da população local, que possa inovar e empreender.

Para fomentar novos negócios para o capital social local de Piraquara, é preciso orientação e capacitação técnica em relação à inovação nos serviços e atendimento aos visitantes.

Nesse aspecto, os moradores, representantes do grupo C, reclamaram da falta de oportunidades, exemplificando que a maioria dos jovens estuda em Pinhais ou em Curitiba. Não há no município ensino técnico profissionalizante na rede estadual, nem instituições que ofertem ensino superior, e há poucas opções de escola para conclusão do ensino médio, como já apresentado no capítulo 4.

Já os empreendedores entrevistados, componentes do grupo B, avaliaram que não há incentivo para formação qualificada para o turismo e criticaram a falta de apoio em relação à administração e exploração da atividade turística.

O Sítio do Seu Zezinho, por exemplo, explora atividade de visitação ao morro do Canal há três gerações, segundo um dos proprietários. É um empreendimento familiar, administrado por três irmãos. O local possui estacionamento (ao custo de R\$ 10,00 para carros e R\$5,00 para motos), banheiros e uma lanchonete. Existe também área para *camping* e três quartos para pernoite, além de lago para pescaria. Atualmente também oferece almoço, mediante reserva.

Os proprietários relataram que há uma grande procura nos finais de semana, que já chegaram a receber 150 pessoas num único final de semana. Ainda não há uma estatística nem uma avaliação feita com os visitantes. Não há controle de quantas pessoas podem fazer a trilha por dia. O visitante, ao pagar o estacionamento, antes de realizar a subida, preenche um pequeno cadastro com informações pessoais como nome completo e telefones para contato. Há no local equipamentos para salvamento, caso ocorra algum incidente, mas é apenas para um primeiro atendimento. Não há nenhum tipo de instrução aos visitantes com relação à subida e aos cuidados necessários, mas há placas indicativas que direcionam a trilha, porém ainda pouco significativas. Em uma das visitas ao local, percebeu-se que um pequeno grupo de jovens não estava conseguindo localizar o início da subida.

Segundo os proprietários, no início o IAP esteve presente com orientações e fiscalização das atividades, bem como orientação para as sinalizações e estrutura na subida do morro, como ganchos para escalada e pequenas pontes e escadas, mas há um bom tempo não aparece ninguém do Instituto para um monitoramento mais constante da atividade. Eles relataram que essa não é a atividade econômica principal da família, pois cada membro tem outra atividade em particular, mas que estão bem

satisfeitos com o retorno financeiro e o investimento realizado para receber os visitantes.

Os empreendedores entrevistados relataram que não há nenhum tipo de capacitação para o atendimento aos visitantes; que as orientações recebidas versam sobre as questões ambientais, o que podem e o que não podem fazer em suas propriedades. Portanto, eles se organizam de acordo com as particularidades e interesses de cada um. Assim, os interesses individuais se sobrepõem aos coletivos, não caracterizando uma mobilização do capital social para o desenvolvimento local.

Ações do poder público no fomento de novos projetos e produtos para promover o turismo em Piraquara continuarão sendo ineficazes se não ocorrer uma efetiva interação entre os atores sociais, criando uma identidade local que se fortaleça através da formação de um capital social capaz de atuar ativa e efetivamente no turismo.

Relaciona-se aqui ao capital social a identidade local inexistente, o que interfere no engajamento da população para o bem comum. O capital social em Piraquara encontra-se fragilizado, sem atendimento do poder público no que diz respeito a capacitação, qualificação e orientação para inovação.

Nessa perspectiva, a formação do capital social do município depende da oferta de formação profissional em nível técnico e em nível superior, além da articulação externa ao município. A oferta educacional em Piraquara ainda é pequena, não há oferta de educação em nível superior na região, nem técnico na rede estadual de ensino, o que prejudica a capacitação do capital social local.

A exploração da atividade turística na região ocorre na zona rural, em pequenas propriedades familiares. Os postos de trabalho criados pelo turismo são ocupados por familiares, não absorvendo a mão de obra local, atuando de acordo com costumes e valores familiares, sem um padrão de qualidade bem definido para os produtos. Não há incentivo do poder público para formação de profissionais para atuação no turismo na região.

A análise dos dados coletados permitiu verificar a inexistência de uma política efetiva, que possibilite maior integração e articulação entre os atores sociais, para o fortalecimento do capital social local. Logo, o desenvolvimento do turismo continuará dependendo da necessária formação e qualificação para o atendimento a visitantes, bem como da inovação nos produtos oferecidos.

O reforço mútuo das estratégias dos atores passa pelas relações específicas às quais eles estão entrelaçados. É da natureza dessas ligações que será determinada a eficiência produtiva dos atores e são elas que permitirão identificar o caráter local do desenvolvimento (PECQUEUR, 2000, p. 41).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela abordagem qualitativa, assumiu-se neste trabalho o objetivo de identificar e compreender a interferência de fatores endógenos no desenvolvimento do turismo em Piraquara, considerando como meta o desenvolvimento local. A pesquisa apresenta algumas respostas e, ao mesmo tempo, novos questionamentos.

Pensar em desenvolvimento local é compreender as relações existentes no território, identificar a realidade da localidade, verificar os recursos territoriais como potencialidades. O desenvolvimento local se apoia na exploração dos recursos endógenos do território, articulando interesses e atores sociais para superação de dificuldades e entraves ao desenvolvimento.

O objeto de estudo, Piraquara, apresenta uma restrição para instalação de indústrias no seu território devido à existência de mananciais e áreas de preservação ambiental. No entanto, essa característica é ao mesmo tempo um desafio e uma potencialidade para o desenvolvimento de estratégias alternativas para o desenvolvimento local.

Pode-se perceber que os recursos territoriais potenciais de Piraquara encontram-se nas características físicas ambientais do território, aliadas à beleza das paisagens. Os atrativos localizam-se predominantemente na área rural e caracterizam-se como naturais.

Assim, ao trazer a discussão para os fatores endógenos, buscou-se limitar o estudo àqueles diretamente ligados ao turismo: território, identidade e capital social.

O turismo surge como uma estratégia para o desenvolvimento local do município de Piraquara por meio da exploração do patrimônio natural e cultural. Logo, torna-se importante compreender a dinâmica do território que se relaciona com a identidade local e o capital social ali existente.

Igualmente importante é a compreensão sobre os conceitos de desenvolvimento, fatores endógenos, desenvolvimento local e turismo e a relação entre eles, objetivo que se considera alcançado totalmente, resultando no entendimento sobre desenvolvimento como um processo, que difere do desenvolvimento local pela forma de condução do planejamento. O desenvolvimento local prioriza o fortalecimento de redes e ações para articulação dos atores locais, fortalecendo laços comunitários para exploração de recursos territoriais potenciais.

A partir deste entendimento, a reflexão sobre a caracterização do território apresenta Piraquara como um município com restrições não só ambientais, mas também sociais. O município apresenta problemas de ordem econômica e social que refletem no desenvolvimento local, como demonstrado a situação do bairro Guarituba, que ocupa grande extensão do município.

A contextualização da configuração geográfica de Piraquara e da inserção do turismo no desenvolvimento local do município foi parcialmente alcançada. Isto porque a percepção do território como resultado das relações que nele se estabelecem, do homem com o meio físico e as relações de poder ali estabelecidas, não se esgota e é mutável. As relações existentes num determinado território não são limitadas. A pretensão de caracterizar alguns aspectos endógenos intervenientes no território, como características físicas, sociais e econômicas, foi alcançada totalmente.

Averiguou-se que os recursos naturais de Piraquara são fonte de renda para o município por meio do ICMS ecológico. Essa arrecadação é extremamente relevante para a administração pública local. No entanto, os recursos naturais como atrativos para o desenvolvimento do turismo não impactam a economia local, uma vez que não geram emprego e renda, direta nem indiretamente.

A atividade turística está concentrada na área rural de Piraquara, e os visitantes que participam das atividades de caminhada, ciclismo e montanhismo não utilizam serviços do município como alimentação, hospedagem, compras, transporte.

Além disso, o turismo também não atrai investimentos externos, haja visto que os empreendimentos são familiares e a atividade turística funciona como uma complementação, não sendo a fonte de renda principal da família; ou são de responsabilidade da SANEPAR, que promove a atividade turística nas áreas de proteção ambiental sem nenhum tipo de atendimento específico voltado a turistas, mas sim atende a todos os visitantes, gratuitamente, com a finalidade de educação ambiental. Logo, o turismo constitui uma atividade de baixo impacto na economia local, ao mesmo tempo em que os recursos naturais pouco impactam no desenvolvimento do turismo em Piraquara, na identidade local e no capital social.

A participação ativa da população nas ações para o desenvolvimento local pressupõe o sentimento de bem comum, gerado pela relação estabelecida com espaço vivido. Sobre a identidade local de Piraquara, constatou-se insuficiência de traços culturais que fortaleçam o sentimento de coletividade.

A caracterização da relação da identidade com o espaço vivido em Piraquara apresentou o sentimento de desenvolvimento e pertença à localidade apenas de forma individual, e não coletiva. A ausência de uma cultura local interfere no engajamento da população em ações para promoção da atividade turística. Há reconhecimento sobre os atrativos naturais de Piraquara, contudo, não há envolvimento da população com esses atrativos.

A população deve refletir sobre as interferências e alterações que o turismo pode causar na localidade, e a partir disso viabilizar maneiras de engajamento para o direcionamento de um planejamento turístico que atenda suas necessidades e peculiaridades. Ainda, é função do poder público local prover meios para o envolvimento dos atores sociais nas políticas para o desenvolvimento.

As políticas públicas para o desenvolvimento do turismo não são efetivas, não alcançam os atores sociais e investimentos. Não há participação coletiva ativa da comunidade, e não há interesse de empreendedores locais em inovar produtos e ampliar o atendimento aos visitantes. A atividade turística é desenvolvida por empreendedores de forma desarticulada, por núcleos familiares. Cada empreendedor busca informação e formação para atividade turística a seu modo, individualmente. Logo, não há um aprimoramento do capital social.

O fato de não contar com uma identidade local capaz de unir interesses para o bem comum, e com um capital social provido de investimentos educacionais e formação qualificada para a inovação e empreendedorismo interfere no desenvolvimento do turismo como estratégia para o desenvolvimento local.

Consideram-se alcançados os objetivos propostos, pois, pela análise dos dados coletados, percebeu-se que Piraquara carece de articulação e envolvimento dos atores e de maior comprometimento dos empreendedores locais com a qualificação e inovação na atividade turística para o desenvolvimento do turismo local.

O estudo do turismo como estratégia para o desenvolvimento local não se esgota, contudo, identificando somente os fatores endógenos aqui analisados. A atividade turística demanda o aprofundamento sobre inúmeros elementos que compõem a dinâmica de um território. A atividade turística planejada coletivamente, com a participação dos atores locais no direcionamento da alocação dos recursos internos e na atração de investimentos externos, é uma estratégia que possibilitaria o desenvolvimento econômico e social de Piraquara.

Faz-se necessário, todavia, criar meios para o fortalecimento de instâncias e lideranças locais, que agrupem interesses difusos tornando-os coletivos para, com o poder público local, viabilizar políticas públicas efetivas.

Por fim, a pesquisa trouxe considerações e questões referentes aos recursos territoriais de Piraquara e ao aproveitamento deles para o desenvolvimento do turismo local, mas, obviamente, não se pretende aqui estabelecer modelo de desenvolvimento local para o município, pois muitos são os aspectos, tanto internos como externos ao território, que interferem no desenvolvimento do turismo como estratégica para o desenvolvimento local.

Pretendeu-se neste trabalho despertar o interesse para a importância dos fatores endógenos como pressupostos ao desenvolvimento do turismo, uma vez que ele se apropria do território e interfere nas relações que ali se inserem.

No entanto, o assunto não se esgota; ao contrário, inspira muitos outros questionamentos relacionados às questões ambientais e aos entraves para o desenvolvimento social e econômico do município de Piraquara.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS (AEN). **Governo Estadual do Paraná**.

Disponível em:

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=101685&fbclid=IwAR3DITRgbcWOrG7HTEQaBiUcAghJ4CFMvBO-ASU8qts8T8KQATOT4FGEEws>.

Acesso em: 1 abr. 2019.

ALVES, J. A. B. **O turismo como fator de contribuição para o desenvolvimento local: uma análise do planejamento municipal de Piraquara – Paraná**.

Universidade do Vale do Itajaí . 2008. Disponível em:

https://works.bepress.com/jorgeab_alves. Acesso em: 14 jul. 2017.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente

federalista. **Revista Planejamento e políticas públicas**, n. 14, dez. 1996, p. 36.

ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **RAP – Revista de Administração Pública** Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, set./out.

2003. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6512/5096>.

Acesso em: 2 maio 2018.

ARAUJO, M. C. S. D. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 66 p.

(Coleção Passo a passo, v. 25).

ARAUJO, F. G. B. Identidade e território enquanto simulacros discursivos. *In*:

HAESBAERT, R (org.). **Identidades e territórios: questões e olhares**

contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 13-32.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local.

INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/interacoes.v1i1.616>.

ISSN ELETRÔNICO 1984-042X.

Acesso em: 10 ago. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro.

São Paulo: Edições 70, 2016.

Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>

Acesso em: 10 ago. 2018.

BARQUERO, A.V. **Política Económica Local**. Madrid, 1993. Ed. Piramide.

Disponível em: [https://digitalis-](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/25131/1/NotasEconomicas6_artigo2.pdf?ln=pt-pt)

[dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/25131/1/NotasEconomicas6_artigo2.pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/25131/1/NotasEconomicas6_artigo2.pdf?ln=pt-pt)

Acesso em : 22 mai. 2018

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**.

Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. p. 101-209.

BAVA, S. C. B. Desenvolvimento local, uma alternativa para a crise social? **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 10, n. 3, p. 53-59, 1996.

Disponível em: www.produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03_07.pdf.

Acesso em: 22 ago. 2018.

BENI, M. C. Sistema de Turismo – SISTUR. Estudo do Turismo face à moderna teoria de sistemas. **Revista Turismo em análise**, v. 1, n. 1 (2006). Universidade de São Paulo. Disponível

em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63854/66610>.

Acesso em: 10 jun. 2018.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 5. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

BENKO, G; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Revista Geosul**, Florianópolis, V. 16, n.32, p 31-50, jul/dez. 2001.

BRAGA FILHO, H.; SILVA, S. C. **Turismo e desenvolvimento local: o turismo de negócios como possibilidade para o desenvolvimento econômico de Franca-SP**. Uni-FACEF. 2009.

Disponível em:

http://legacy.unifacef.com.br/novo/xi_encontro_de_pesquisadores/Trabalhos/Encontro/Sibele%20Castro%20Silva,%20Hélio%20-%20Local.pdf.

Acesso em: 13 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto das cidades. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 21 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.919, de 22 de outubro de 1984**. Disponível em:

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=9009&indice=1&totalRegistros=1>.

Acesso em: junho 2017.

BRASIL. **Lei nº 10257/2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

Acesso em: 29 de jun. 2018.

CABUGUEIRA, A. C. C. M. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 9 (2000), p. 103-136.

Disponível em:

https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9090/1/gestaodesenvolvimento9_103.pdf.

Acesso em: 11 maio 2018.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40,

jan./abr. 2000. Disponível em:
<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8860/4986>.
 Acesso em: 12 jul. 2018.

BANDEIRA, P. S. (org.) **Propostas regionais aos desafios globais**. v. 2. Florianópolis: UDUNISC, 2002. p. 69-89.

CARDOSO, T.; RIBEIRO, J. C. Economia para o homem e desenvolvimento regional: contribuição para uma política regional alternativa. *In*: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (org.) **Propostas regionais aos desafios globais**. v. 2. Florianópolis: UDUNISC, 2002. p. 69-89.

CARPIO, J. *Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local*. *In*: SOUZA, M. A. A. (org). **Metrópole e globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Editora EDESP, 2001, p. 169-177.

CARPIO, J. *Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural*. *In*: **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 57-66, set./2001.

CARPIO, J.; BOURLEGAT, C. A.; MARTINS, S. R. O. *Los retos del Mato Grosso do Sul: entre la globalización y el desarrollo local*. *In*: MARQUEZ, D. (coord.) **Territorio y Cooperación**. Sevilla: AGEAL/Universidade de Sevilla, 1999.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC), 2001. **Relatório de implantação de circuitos de turismo em áreas rurais nos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba**. Ednei Bueno do Nascimento e Isabelle de Cerjat Beltrão. Curitiba, 2001. Disponível em:
<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/plannat09.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

_____. **Plano de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Curitiba**: propostas de ordenamento territorial e novo arranjo institucional. Curitiba, 2006.

CORIOLOANO, L. N. A contribuição do turismo ao desenvolvimento. *In*: **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

CORIOLOANO, L. N. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **PASOS. Revista de turismo y patrimônio cultural**. ISSN 1695-7121 p. 162-171. v. 1 n. 2, 2003. Disponível em:
<http://www.pasosonline.org/Publicados/1203/PASOS02.pdf#page=45>.
 Acesso em: 10 nov. 2017.

CORIOLOANO, L. N. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. *In*: ARROYO, M.; LEMOS, A. G.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006. p. 367-378.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, L. A. G. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. *Self reliance, social capital and territorial development*. **Revista R. RA'EGA**, Curitiba, n. 4, p. 49-60. 2000. Editora da UFPR, Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3339/2675>. Acesso em: 23 ago. 2018.

D'AGOSTINI, F. F.; ABASCAL, E. H. S. **Turismo e desenvolvimento local**. 2016. Disponível em: https://portal.mackenzie.br/fileadmin/OLD/62/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/PORTAL/V_COLOQUIO_BRASIL-PORTUGAL/10.pdf. Acesso em: 23 jul. 2017.

ERBER, F. S. **As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política**. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 1 (121), pp. 31-55, janeiro-março/2011

FUKUYAMA, F. **Confiança: valores sociais e criação de prosperidade**. Lisboa: Gradiva, 1996. 412 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, L. R. (orgs.) **Geografia Cultural, manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999. p. 169-188.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). *In*: ARAUJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R. (orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 33-56.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da globalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 abr. 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico - município de Piraquara**. Disponível em: www.ipardes.pr.gov.br. Acesso em: 18 mar. 2018.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP). **Utilização do ICMS ecológico pelos Estados**. Disponível em: <http://www.icmsecologico.org.br/site/images/artigos/a056.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2019.

JESUS, E. G. S. **A urbanização em áreas de proteção ambiental**: a caracterização do município de Piraquara. Monografia (Especialização em Análise Ambiental), Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

LE BOULERGAT, C. A. Ordem local como força interna de desenvolvimento. **INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 1, n. 1, p. 13-20, set. 2000. Disponível em: www.interacoes.ucdb.br/article/view/610/636. ISSN ELETRÔNICO 1984-042X (versão online). Acesso em: 21 ago. 2018.

LEWIS, W. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

LOPES, J. C. O turismo e o desenvolvimento regional do Norte e Nordeste. **Informações FIEP**, n. 120, p. 15-17, jul. 2008.

MACKE, J.; SARATE, J. A. R. Desenvolvimento territorial e capital social: elementos, conexões e proposta de avaliação de territórios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, G&DR**, v. 11, n. 3, p. 56-79, set-dez/2015, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/1965. Acesso em: 29 jan. 2019.

MACKE, J. Por onde andam os estudos sobre capital social no campo do turismo? Uma meta-análise. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 14, n. 1, p. 35-46, 2012. Disponível em: <https://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/2345/2165>. ISSN eletrônico 1983-7151. Acesso em: 15 set. 2018.

MARTÍN, J. C. *Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local*. In: SOUZA, M. A. **Metrópole e globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999. p. 169-177.

MARTINS, S. R. O desenvolvimento local e turismo: por uma ética de compromisso e responsabilidade com o lugar e a com a vida. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 6, n. 10, p. 109-118, março 2005.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002, DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/interacoes.v3i5.570>.

Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/570>. Acesso em: 6 maio 2018.

MATHIESON, A.; WALL, G. **Tourism: Economic, Physical and Social Impacts**. London: Longman Scientific and Technical, 1987.

MAZZAROTTO, C. S. M. **Entre as tramas do gênero e da tecnologia na aldeia ARAÇA-Í**. Tese (Doutorado em Tecnologia). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/150139989.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MAY, T. **Pesquisa social**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MULLS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista ANPEC**, v. 9, n. 1, 2008. Disponível em: https://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n1p1_21.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

NASCIMENTO, A. C. Piraquara exporta mão de obra. **Jornal Gazeta do Povo**. 13 fev. 2010. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/piraquara-exporta-mao-de-obra-bk0367pt0biklzyoe7pctatzi/>. Acesso em: 20 out. 2018.

PARANÁ. **Lei nº 7919/1984**. . Área de Especial Interesse Turístico. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-7919-1984-parana-publicado-no-diario-oficial-n-1895-de-24-de-outubro-de-1984>
Acesso em: 28 de jun 2018

PARANÁ. **Lei nº 911/2007**. Zoneamento do uso e ocupação do solo das áreas urbanas do município de Piraquara. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-piraquara-pr>
Acesso em: 28 de jun. 2018

PARANÁ. **Lei nº 9491/1990**. Estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS. Publicado no DOE - PR em 26 dez 1990
Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=359140>
Acesso em: 29 de jun. 2018

PARANÁ. **Lei complementar nº 59/91**. Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art.2º da Lei 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental.
Disponível em: <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/lei5991.pdf>
Acesso em: 29 de jun. 2018

PARANÁ TURISMO. **Apostila Paraná Turístico 2006/2016**. Disponível em: http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/institucional/APOSTILAVERSAOFINAL__1.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

PECQUEUR, B. **Le Développement Local**. 2ème edition, Paris: Syros, 2000.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial**: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes* 24(01-02). 2005.

PECQUEUR, B. *Le tournant territorial de l'économie globale*. In **Espaces et Sociétés – Économie des territoires et territoires de l'économie**, n. 124-125, n. 1-2, pp. 17-32, 2006

PIRAQUARA(Paraná). **Lei nº. 854 de 09 de outubro de 2006**. Institui o Plano Diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no município de Piraquara e dá outras providências. Disponível em: <http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/meioambiente/uploadAddress/lei.854.2006.plano.diretor%5B340%5D.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

PIRAQUARA (Paraná). **Decreto nº 6706, de 9 de dezembro de 2002**. Aprova o Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental do Piraquara, denominada APA Estadual do Piraquara. Disponível em: http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacoes/DecretoEstadual_6706_2002_anexo.pdf. Acesso em: 6 fev. 2019.

PIRAQUARA (Paraná). **Decreto municipal nº 1754/1996**. Publicado no Diário Oficial Nº 4750 de 06/05/1996. Instituída a Área de Proteção Ambiental na área de manancial da bacia hidrográfica do rio Piraquara, denominada APA Estadual do Piraquara, localizada no Município de Piraquara. Disponível em: http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacoes/DecretoEstadual_1754_96.pdf Acesso em: 17 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA. **Turismo – Caminho Trentino Mananciais da Serra**. Disponível em: <http://www.piraquara.pr.gov.br/turismo/Roteiro-Turistico-Caminho-Trentino-nos-Mananciais-da-Serra-26-851.shtml>. Acesso em: junho 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA. **Página oficial**. Disponível em: <http://www.piraquara.pr.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2017

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 260 p.

RICCO, A. S. O turismo como fenômeno social e antropológico. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. F.; QUEIROZ, O. T. M. M. (orgs.) **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. ISBN: 978-85-7745-533-1.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. B. Turismo local: oportunidades para inserção. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 55-64.

SANDRONI, P. **Novo dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SACHS, I. Dossiê globalização em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 25, São Paulo, set/dec. 1995.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000300004>, e em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000300004&script=sci_arttext. Acesso em: 5 jun. 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, . (2002) SANTOS, B. S. (Org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, E. R.; BITARELLO, J.; PEDDE, V.; MONTARDO, S. Contrastes regionais que fazem diferença no Rio Grande do Sul: capital social e desempenho institucional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, p. 157-187, 2010.

SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A. Contribuições do Turismo para o desenvolvimento local. **CULTUR - Revista de Cultura e Turismo**, v. 9, n. 1. Jul.. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/554>. Acesso em: fev. 2019.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Desenvolvimento em questão**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 9-26, out. 2011. ISSN 2237-6453. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/87>. Acesso em: 07 jun. 2018.
DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2004.3.9-26>.

SKIDMORE, D. Sociedade civil, capital social e desenvolvimento econômico. *In*: ABREU, A. A. (org.). **Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 129-152.

SILVA, P. S. A teoria e a prática na elaboração de projetos turísticos: reflexo no desenvolvimento local. *In*: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. F.; QUEIROZ, O. T. M. M. (orgs.) **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. ISBN: 978-85-7745-533-1.

SILVEIRA, C.; BOCAYUVA, C.; ZAPATA, T. **Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos**. São Paulo: Polis/Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 56 p.

SILVEIRA, M. A. T. **Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento**: um foco no estado do Paraná no contexto regional. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVEIRA, M.A.T. Turismo e estratégias de desenvolvimento local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 7, N. 11, p. 129-140, Set. 2005. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/505/549> Acessado em 27 ago. 2017

SILVEIRA, M.A.T. **Geografia aplicada ao turismo**: fundamentos teórico-práticos. Curitiba: Intersaberes, 2014.

SOUZA FILHO, J. R. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. Disponível em: http://hdrnet.org/587/1/links%20bq/68_desenvolvimento_regional_endogeno_capital_social_coopera.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

TELES, M. A. **Turismo, ordenamento territorial e desenvolvimento na Região Metropolitana de Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia). Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

TESSEROLLI, A. E. M. S. **Atlas geográfico município de Piraquara**. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/934-2.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2017.

TRENTIN, F. Turismo e estratégias de desenvolvimento local: uma reflexão sobre as políticas difusionista e territorialista. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. F.; QUEIROZ, O. T. M. M. (orgs.) **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. ISBN: 978-85-7745-533-1.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1974. 288 p.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALENTE, J. **Repórter Agência Brasil**. Brasília, 30 abr. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-04/empregos-informais-representam-mais-de-60-das-vagas-em-todo-o-mundo>. Acesso em: 5 fev. 2019.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago. 2012. Taubaté-SP. Disponível em: <http://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/679/2961>. Acesso em: 12 ago 2018.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS PLANEJADORES E GESTORES PÚBLICOS DE PIRAQUARA

Tema: Turismo e desenvolvimento local: um estudo dos fatores endógenos e o seu papel no desenvolvimento do turismo no município de Piraquara-PR.

Objetivo: identificar questões relevantes ao processo de planejamento e gestão do turismo no município, para compreender os fatores endógenos que influenciam o desenvolvimento local.

Questões norteadoras:

- 1- Como a entidade avalia o atual desenvolvimento do turismo no município?
- 2- De que forma a entidade participou ou participa do desenvolvimento do turismo no município?
- 3- Na sua opinião, o Caminho Trentino Mananciais da Serra atendeu aos objetivos iniciais do projeto? Tem contribuído para o desenvolvimento da atividade turística no município?
- 4- Originalmente o Caminho Trentino Mananciais da Serra foi concebido como um projeto com bases no turismo rural, como alternativa econômica para os agricultores familiares. Quais transformações são perceptíveis desde a implementação do projeto até os dias atuais?
- 5- Como a entidade percebe as potencialidades e fraquezas para o desenvolvimento do turismo no município hoje?
- 6- Na sua opinião, o turismo contribuiu para o desenvolvimento local? Se sim, quais as melhorias percebidas?
- 7- Existem outros projetos semelhantes ao Caminho Trentino Mananciais da Serra sendo organizados no momento para o município?
- 8- Como o(a) Senhor(a) espera que o turismo no município esteja daqui a 5 e 10 anos?

APÊNDICE 2 – ENTREVISTA COM PROPRIETÁRIOS DE ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS

Tema geral da pesquisa: Turismo e desenvolvimento local: um estudo dos fatores endógenos e seu papel no desenvolvimento do turismo no município de Piraquara-PR

Objetivo: Discutir questões relevantes ao processo de planejamento e gestão do turismo do município, para compreender os fatores endógenos que influenciam o desenvolvimento local.

QUESTIONÁRIO

Data:	Localidade:
Empreendimento:	
Tipo de produto/serviço oferecido:	
Tempo de funcionamento do empreendimento:	
Entrevistado:	
Proprietário:	
Origem do proprietário:	
Número de funcionários:	
Pertence a alguma associação?	() SIM _____ () NÃO

1 – Como o(a) Senhor(a) avalia o atual estado de desenvolvimento do Caminho Trentino Mananciais da Serra?

2 – Como avalia a participação da Prefeitura no desenvolvimento do turismo na região?

3 – Quais os benefícios que o turismo traz para a comunidade?

4 – Quais os problemas que o turismo traz para a comunidade?

5 – Qual é hoje o perfil do turista/visitante que frequenta o seu empreendimento? Houve alguma mudança desse perfil nos últimos tempos?

7 – Você considera o turismo em Piraquara típico de turismo rural? Por quê?

8 – No que se refere ao roteiro Caminho Trentino Mananciais da Serra, a presença dos turistas, abertura e fechamento de empreendimentos, tem influenciado no desenvolvimento do turismo na localidade? O que pode ser apontado como as principais mudanças na comunidade desde a criação do roteiro?

9 – Como o(a) Senhor(a) espera que o turismo contribua para o desenvolvimento local?

10- Quais são os pontos positivos e negativos para o desenvolvimento do turismo na localidade?

APÊNDICE 3 – QUESTIONÁRIO TESTE APLICADO AOS VISITANTES DE PIRAQUARA EM 16/11/2017

Tema geral da pesquisa: Turismo e desenvolvimento local: um estudo dos fatores endógenos e seu papel no desenvolvimento do turismo no município de Piraquara-PR

Objetivo: Identificar o perfil do visitante bem como as potencialidades e pontos negativos de Piraquara relevantes ao processo de planejamento e gestão do turismo do município, para compreender os fatores endógenos que influenciam o desenvolvimento local.

QUESTIONÁRIO

- 1) Como chegar: descrição de como chegou a Piraquara.
- 2) Informações: presença de sinalização, placas informativas.
- 3) Horário de visitação.
- 4) Acessibilidade.
- 5) Custo.
- 6) Equipamentos disponíveis e condições de manutenção.
- 7) Atividades praticadas na visitação.
- 8) Quais as sensações e sentimentos despertados ao longo da visita?

ITENS AVALIADOS	Ruim	Bom	Ótimo
9. Grau de satisfação sobre o lugar visitado			
10. Qualidade das informações a respeito do lugar			
11. Acessibilidade ao lugar			
12. Valores cobrados			
13. Segurança			
14. Limpeza e manutenção			
15. Infraestrutura ofertada			
16. Preservação do meio ambiente			
17. Conservação do patrimônio natural e cultural			

18) Pretende retornar? Sim () Não ()

19) Acredita que é função do poder público planejar e manter este lugar?

() Sim () Não () Em termos

20) O que pode ser feito para melhorar o lugar?

21) Mais alguma observação que considere importante sobre o lugar visitado?

**APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES DE
PIRAQUARA EM 24/06/2018, DURANTE O EVENTO PEDALANDO E
CONHECENDO PIRAQUARA**

Tema geral da pesquisa: Turismo e desenvolvimento local: um estudo dos fatores endógenos e seu papel no desenvolvimento do turismo no município de Piraquara-PR

Objetivo: Identificar o perfil do visitante bem como as potencialidades e fraquezas de Piraquara relevantes ao processo de planejamento e gestão do turismo do município, para compreender os fatores endógenos que influenciam o desenvolvimento local.

QUESTIONÁRIO

	Sim	Não
1. Já conhecia o município?		
2. Pratica atividades na natureza regularmente?		
3. Conhece outros pontos turísticos de Piraquara?		
4. Já participou de outras atividades/eventos em Piraquara?		
5. Utilizou algum tipo de serviço de Piraquara para participação nesse evento?		
6. A atividade foi realizada com segurança?		

7. Idade: () 20 a 30 () 31 a 40 () 41 a 50 () mais de 50

8. Sexo: () feminino () masculino

9. Origem: _____

10. Como ficou sabendo do evento? () *site*/rede social da prefeitura

() grupos/contatos *WhatsApp*

() outros _____

APÊNDICE 5 - ENTREVISTA CONVERSA COM RESIDENTES DE PIRAQUARA NÃO DIRETAMENTE ENVOLVIDOS COM O TURISMO

Tema geral da pesquisa: Turismo e desenvolvimento local: um estudo dos fatores endógenos e seu papel no desenvolvimento do turismo no município de Piraquara-PR

Objetivo: Discutir questões relevantes ao processo de planejamento e gestão do turismo do município, para identificar e compreender os fatores endógenos que influenciam o desenvolvimento local.

QUESTIONÁRIO

1) Idade () 15 a 25 () 26 a 35 () 36 a 45 () 46 a 55 () mais de 55

2) Bairro que reside: _____

3) Exerce atividade remunerada em Piraquara? () sim () não

4) Mora há quanto tempo em Piraquara? _____

5) Daqui a 10 anos gostaria de estar morando em Piraquara ainda?

() sim () não. Se não, onde? _____

6) Conhece algum atrativo turístico de Piraquara? () sim () não

Qual? _____

7) Participa de atividades de lazer programadas e realizadas na cidade?

() sim () não

Qual ou

quais? _____

8) Conhece o Caminho Trentino Mananciais da Serra? () sim () não

9) Acredita que Piraquara tem potencial para o turismo? () sim () não

10) Gostaria que Piraquara se tornasse uma cidade turística? () sim () não

11) O turismo afeta de alguma forma o cotidiano da família?